

ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MUNDO DO TRABALHO: APRENDER E ENSINAR

André Luciano Viana
Organizador

ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MUNDO DO TRABALHO: APRENDER E ENSINAR

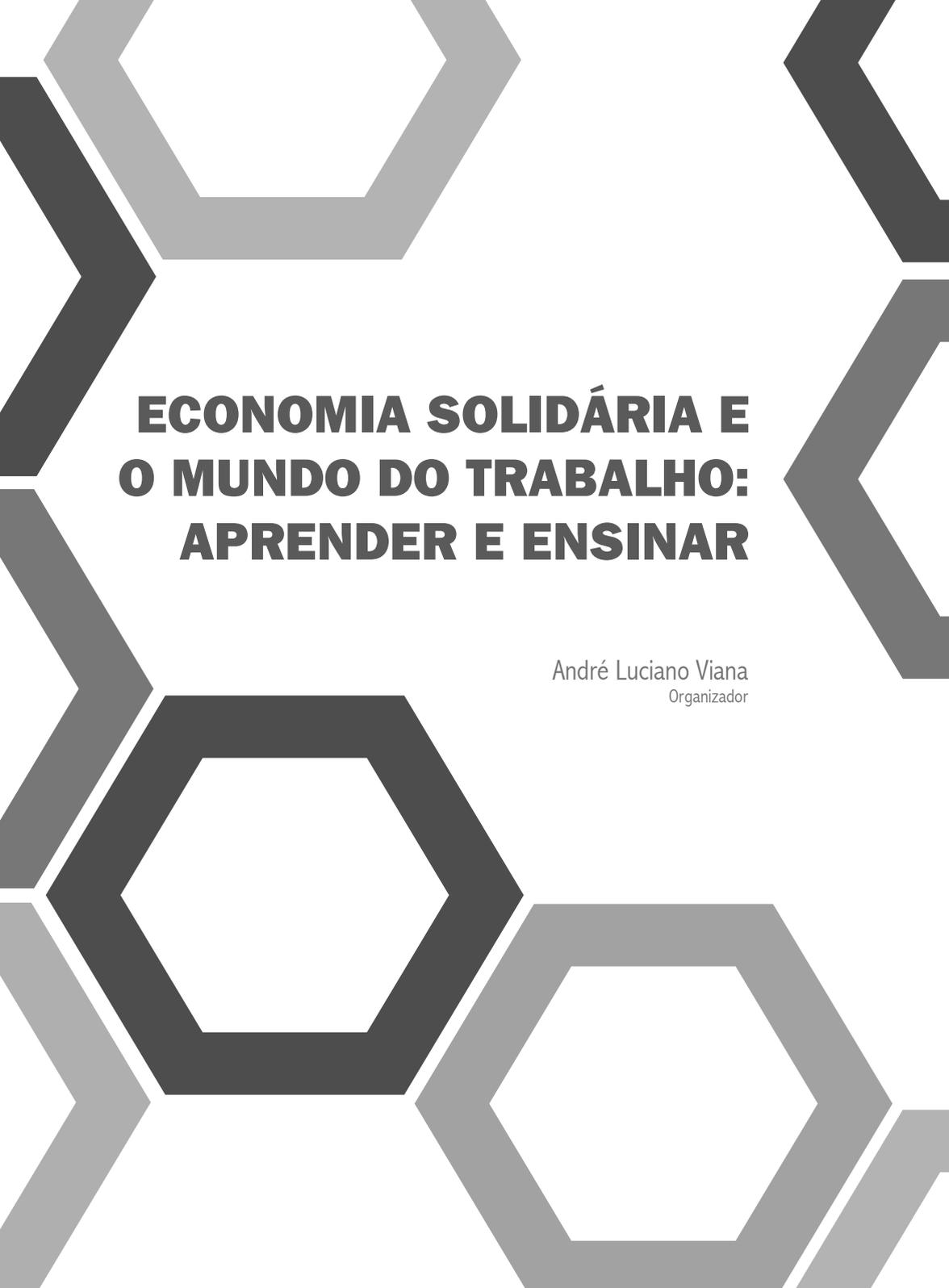


ISBN 978-85-7717-141-5



9 788577 171415





ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MUNDO DO TRABALHO: APRENDER E ENSINAR

André Luciano Viana
Organizador

Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR
Universidade Feevale

ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MUNDO DO TRABALHO: APRENDER E ENSINAR

André Luciano Viana
Organizador



Novo Hamburgo
2015

APOIO

Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)
Universidade Feevale

PRESIDENTE ASPEUR

Ricardo Bohrer

REITORA

Inajara Vargas Ramos

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Denise Ries Russo

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

João Alcione Sganderla Figueiredo

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Zeni

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Gladis Luisa Baptista

PRÓ-REITOR DE INOVAÇÃO

Cleber Cristiano Prodanov

REALIZAÇÃO

Incubadora de Economia Solidária da Universidade Feevale

EQUIPE ORGANIZADORA

André Luciano Viana

Kelly Roselaine Valadares

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Denise Ries Russo

EDITORA FEEVALE

Celso Eduardo Stark

Grazielle Borghetto Souza

Adriana Christ Kuczynski

REVISÃO

Rosi Ana Gregis

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Universidade Feevale, RS, Brasil

Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507

Economia solidária e o mundo do trabalho : aprender e ensinar /
André Luciano Viana, Kelly Roselaine Valadares, organizadores. – Novo
Hamburgo: Feevale, 2015.

144 p. : il. ; 16 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7717-141-5

1. Economia social. 2. Políticas públicas. 3. Trabalho. 4. Renda. 5.
Cooperativismo. 6. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais. I. Viana,
André Luciano.

CDU 330.34:316.42



UNIVERSIDADE FEEVALE

Câmpus I Av. Dr. Maurício Cardoso, 510 – CEP 93525-075 – Hamburgo Velho – Novo Hamburgo – RS

Câmpus II ERS 239, 2755 – CEP 93352-000 – Vila Nova – Novo Hamburgo – RS

Fone: (51) 3586.8800 – Homepage: www.feevale.br

© Editora Feevale – Os textos assinados, tanto no que diz respeito à linguagem como ao conteúdo, são de inteira responsabilidade dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da Universidade Feevale. É permitido citar parte dos textos sem autorização prévia, desde que seja identificada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei n.º 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
AÇÕES INTEGRADAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO	11
Joel Luis Dumke	
FINANÇAS SOLIDÁRIAS EM PAUTA: CONFLITOS IDEOLÓGICOS E MORAIS EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À DEMOCRATIZAÇÃO DO CRÉDITO	31
Talita Jabs Eger	
INCUBAÇÃO E IDENTIDADE DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: CONSOLIDAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ALTERNATIVAS DE TRABALHO, RENDA E CIDADANIA PARA GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA VINCULADOS À ATUAÇÃO DA INCUBADORA SOCIAL DA UFSM	51
Flavi Ferreira Lisboa Filho Caroline Goerck Fabio Gaviraghi Schirlei Stock Ramos	

73

**REDE DE COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO:
APRENDIZAGENS COLETIVAS**

Graziella Costa Emmert
Angelique J. W. M. van Zeeland

95

**AS EXPERIÊNCIAS DA INCUBADORA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA FEEVALE: UM BREVE
RELATO DE UMA LONGA TRAJETÓRIA**

André Luciano Viana

119

**AMPLIAÇÃO DAS FRONTEIRAS DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA NA
COMERCIALIZAÇÃO INTERNACIONAL**

Daniella Damasio de Moraes
Tuani da Silva
André Luciano Viana



APRESENTAÇÃO

A geração de trabalho e renda, a cooperação, a autogestão, a autonomia, o desenvolvimento do coletivo e de movimentos sociais, a inclusão produtiva, a formação de empreendedores e sua capacitação contínua, o desenvolvimento econômico, social e ambiental de comunidades e regiões - múltiplos são os objetivos da política (em todas as suas instâncias) e das ações que buscam o fomento da economia solidária.

Este livro apresenta as produções oriundas das diversas ações, vinculadas às políticas de fortalecimento da economia solidária em níveis municipais, estaduais ou nacionais. Os artigos aqui apresentados emergem da prática extensionista e/ou da inserção das universidades e demais instituições na problemática que contextualiza a exclusão social e econômica, e que busca, por meio de ações, projetos e programas, em parcerias com os governos, meios e formas de transformar as perspectivas envolvidas.

Por meio do financiamento do FINEP, neste livro procura-se compartilhar discussões, ferramentas e resultados, sem, no entanto, toma-lo como findo. Ainda há muito a ser conhecido, apenas iniciamos a caminhada.

Boa leitura!

Prof.^a Me. Angelita Renck Gerhardt

Diretora do ICESA

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Universidade Feevale



INTRODUÇÃO

As políticas de fortalecimento do cooperativismo e da economia solidária passaram a fazer parte das estratégias governamentais nos últimos anos. Buscando parceiros capazes de mediar o processo de desenvolvimento e implementação da política, e utilizando-se do seu viés comunitário, as universidades e instituições de ensino superior desenvolveram-se espaços de grande riqueza para a extensão e a pesquisa, mas principalmente, para grupos e indivíduos à margem do desenvolvimento econômico experimentado pelo país na primeira década do século XXI.

A criação dos Fóruns de Economia Solidária trouxe avanços às políticas de fomento da economia solidária, que, aliadas às ações de cooperativismo, já há muito desenvolvidas pelas universidades, e às políticas de geração de trabalho e renda, de inclusão produtiva e desenvolvimento econômico e social, tanto em nível municipal e estadual quanto nacional, incluído o FINEP, começam a demonstrar frutos.

A economia solidária, enquanto processo educativo e inclusivo e enquanto política de inclusão social e econômica objetiva gerar impactos tangíveis (econômicos) a médio e longo prazo, e intangíveis (desenvolvimento humano, conhecimento, sentimento de pertença, melhoria da autoimagem e da autoconfiança, autonomia dos sujeitos e grupos, entre vários outros) em longo prazo.

Como se percebe, é uma política de alta capacidade de geração de impactos, não apenas estruturais (criação de cooperativas, incubadoras, empreendimentos solidários), mas principalmente, de

desenvolvimento humano, incluindo os sujeitos na discussão e na busca por soluções às demandas apresentadas. Esta complexidade na evidenciação dos resultados é o que gera, muitas vezes, a dificuldade na manutenção do financiamento das ações.

O papel da universidade neste contexto torna-se fundamental. Ao propor ações extensionistas para economia solidária, experimenta na prática o fluxo de conhecimentos e saberes que as relações estabelecidas produzem, trazendo para a pesquisa elementos e problemáticas capazes de dar um novo significado ao seu fazer. A partir da experimentação e da teorização, a pesquisa retorna novas ferramentas, práticas e possibilidades, além de elementos capazes de demonstrar a efetividade das ações e os impactos gerados, desenvolvendo, assim, metodologias das mais diversas para implantação e desenvolvimento da política de economia solidária.

Assim, neste livro apresentam-se as experiências, construções e resultados da economia solidária, com as quais se envolveram e se envolvem, além da Universidade Feevale, a Universidade Federal de Santa Maria, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (Sedetec) de São Leopoldo, o Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP e a Fundação Luterana de Diaconia – FLD.

Prof.^a Me. Angelita Renck Gerhardt

Diretora do ICESA

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Universidade Feevale



AÇÕES INTEGRADAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Joel Luis Dumke¹

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar e discutir as experiências de trabalho do Projeto de Ações Integradas de Economia Solidária e Desenvolvimento Humano (2014-2016). O referido projeto tem como proposta transformar a situação de extrema pobreza desenvolvendo um processo de formação humana, capacitação profissional e inclusão produtiva a partir de ações integradas de Economia Solidária envolvendo os públicos participantes dos programas sociais do governo municipal e grupos existentes ou em formação de Economia Solidária. Inicialmente, o artigo apresenta brevemente o projeto e o método de trabalho desenvolvido junto aos empreendimentos em vista do fortalecimento das identidades dos grupos de Economia Solidária na cidade de São Leopoldo/RS. Em seguida, faz uma discussão sobre a construção das identidades dos empreendimentos de Economia Solidária, abordando o processo de certificação de grupos e os princípios norteadores da

¹ Mestrado em Educação. Pesquisador no Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos no Programa de Pós-Graduação em Teologia - Faculdades EST. Assessor Técnico no Projeto de Ações Integradas de Economia Solidária e Desenvolvimento Humano, vinculado ao MTE/SENAES. E-mail: joeldumke@gmail.com.

Economia Solidária. O artigo conclui a discussão sobre a construção das identidades dos empreendimentos apresentando os avanços e os desafios da Economia Solidária na cidade de São Leopoldo/RS.

Palavras-chave: Educação. Economia Solidária. Identidades.

INTRODUÇÃO

O projeto de Ações Integradas de Economia Solidária e Desenvolvimento Humano é desenvolvido na cidade São Leopoldo/RS, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, em parceria com o Fórum Municipal de Economia Solidária, e com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

O projeto tem como propósito a transformação da situação de extrema pobreza desenvolvendo um processo de formação humana, capacitação profissional e inclusão produtiva a partir de ações integradas de Economia Solidária envolvendo os públicos participantes dos programas sociais do governo municipal e grupos existentes ou em formação de economia solidária.

O projeto tem a duração de 24 meses sendo desenvolvido nas regiões Norte, Nordeste e Oeste, onde são desenvolvidos cursos de qualificação profissional com duração de 160 horas técnicas e 40 horas teóricas cada curso, nas áreas da Gastronomia, Artesanato, Customização de Roupas e Acessórios, Camisetas Temáticas, Bijuterias, Acolchoados e Almofadas Manuais e de Churrasqueiro, junto a usuários de programas sociais do governo municipal da cidade de São Leopoldo/RS. Ao total, serão desenvolvidos 20 cursos de capacitação profissional distribuídos nas áreas acima e outros 17 cursos de Formação Humana e Economia Solidária, desenvolvidos

com concluintes do PRONATEC. Ao total, o projeto objetiva desenvolver formação para 740 pessoas.

Os referidos cursos são acompanhados por Agentes Comunitários de Desenvolvimento Local, que fazem a divulgação do projeto, a inscrição dos alunos e seu acompanhamento até o final do curso, quando os convidam e os ajudam na organização de um empreendimento de geração de trabalho e renda.

O projeto também tem como propósito o fortalecimento da identidade de vinte e um empreendimentos de Economia Solidária existentes, distribuídos entre os segmentos da alimentação, artesanato e reciclagem, além de criar no mínimo nove novos grupos no decorrer dos dois anos de trabalho. Para isso, conta com o apoio de um técnico em Economia Solidária e nove Agentes Comunitários de Desenvolvimento Local que estarão auxiliando os empreendimentos novos.

Quanto ao método de trabalho desenvolvido com os empreendimentos, o mesmo se deu através de visitas aos locais de trabalho dos grupos. Nasce uma metodologia que tem por fundamento o diálogo respeitoso, onde se supera o dualismo entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, por sua vez, os empreendedores dos coletivos de geração de trabalho e renda.

Quando se menciona o diálogo como um fundamento para o desenvolvimento dos trabalhos, não se sente este como um método, mas sim como uma exigência ontológico-epistemológica, para que se evite uma injusta redução das pessoas envolvidas no trabalho a meros objetos de estudo. Acredita-se que tomar homens e mulheres trabalhadores dos empreendimentos de Economia Solidária como sujeitos da pesquisa não é uma opção teórica, mas sim uma postura metodológica e ética necessária.

Dentro do que pensava Freire e Shor (2006), no livro intitulado Medo e Ousadia: o cotidiano do professor (FREIRE; SHOR, 2006), compreende-se os integrantes dos empreendimentos de Economia Solidária como sujeitos do diálogo e da construção,

principalmente como agentes da transformação que esse novo/outro conhecimento poderá criar.

Diante das colocações dos autores acima citados, acena-se para a necessidade da superação do dualismo entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa. Essa superação pode ser trabalhada a partir da pesquisa participante apresentada por Brandão:

Conhecer a sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da sua história, ter no agente que pesquisa uma espécie de gente que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a pesquisa participante – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular. (1984, p. 11).

A pesquisa participante está em plena harmonia com a compreensão dialógica de educação de Paulo Freire. Tanto a pesquisa quanto a educação têm como exigência fundamental o respeito pela cultura e pelos diferentes saberes. A troca e o diálogo são ferramentas de extrema importância para se firmar uma boa relação com os agentes envolvidos na pesquisa, pois se queremos conhecer os modos de pensar das pessoas, é inaceitável reduzi-las a objetos da pesquisa.

Durante as visitas aos empreendimentos, previamente agendadas com os integrantes dos mesmos, busca-se criar caminhos e possibilidades para que os empreendedores pudessem se sentir à vontade, onde foi possível uma conversa sem amarras, um diálogo rico e fecundo (FREIRE; SHOR, 2006), na construção de demandas apontadas pelos grupos e posteriormente sistematizadas e apresentadas em plenária, onde todos os vinte e um

empreendimentos foram convidados a participar da apresentação e debatendo as demandas e encaminhamentos construídos para as mesmas.

Poder falar de si, da história da Economia Solidária na cidade de São Leopoldo/RS, do empreendimento e de suas necessidades teve um significado importante aos próprios empreendimentos e à pesquisa, uma vez que a conversa tomava direções que, às vezes, não eram esperadas, mas que ali se mostravam e se apresentavam sujeitos com histórias de vida e de modos de viver bem particulares enquanto homens e mulheres construindo identidades dentro da Economia Solidária.

Diante disso, retoma-se a importância do diálogo não como algo acessório, apenas útil à educação e ao processo ensino-aprendizagem, mas necessário também para estes processos de trabalho e para todas as formas de existência e de atividade humana; ele sela o relacionamento entre sujeitos (FREIRE; SHOR, 2006).

As colocações dos empreendedores e o pensamento apresentado por Najmanovich renuncia a ideia de se utilizar um único método de pesquisa durante as visitas. Segundo a autora, não é justo “antepormos o método à experiência, que não cremos que haja um só caminho ou um só dispositivo adequado para pensar, explorar, inventar... conhecer” (2003, p. 35).

Considera-se que as pessoas envolvidas no trabalho de pesquisa devem ser respeitadas como sujeitos construídos a partir de determinadas condições sociais, pertencentes a um grupo social específico, com crenças, valores e identidades construídas nas diferentes esteiras da vida.

Fazendo menção a Queiroz, Gonçalves e Lisboa, esses autores reforçam a escolha pelo diálogo quando escrevem que “[...] o relato oral tem sido, através dos séculos, a maior fonte humana de conservação e difusão do saber, ou seja, a maior fonte de dados para a ciência em geral; a palavra antecedeu o desenho e a escrita.” (2010, p. 85).

Diante disso, optou-se durante as visitas aos Empreendimentos de Economia Solidária por se fazer o uso do registro das falas dos sujeitos através de notas de campo que, ao final de cada visita, eram organizadas, sistematizadas e utilizadas na construção do diagnóstico e do relatório.

Considera-se a adoção desse método como um processo metodológico de trabalho eficiente que tem como objetivo ouvir a história de vida dos sujeitos com a história da Economia Solidária em São Leopoldo, onde os mesmos buscam construir alternativas de trabalho e geração de renda e, com isso, reconstruir, inclusive, a sua identidade em espaços onde uma Outra Economia Acontece. As identidades dos empreendimentos de Economia Solidária da cidade de São Leopoldo são construídas através das relações sociais, políticas e culturais, construídas e reconstruídas durante a história.

IDENTIDADES DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA DE SÃO LEOPOLDO

Se uma vez as estruturas das identidades eram consideradas sólidas e assim criavam formas, atualmente as identidades não se sustentam e se perdem no espaço contemporâneo. Se antes era possível reconhecer uma identidade pela sua forma, sólida e clara, atualmente essa tarefa se torna bastante difícil, uma vez que os formatos e as posições por interesse mudam constantemente o modo de a identidade se apresentar.

Em seu livro intitulado *Modernidade Líquida*, Bauman (2001) situa as identidades dentro de um contexto no qual os

sólidos se desmancham. O autor usa a metáfora da “fluidez” ou da “liquidez” para descrever a sociedade contemporânea e as profundas mudanças na condição humana.

Bauman (2001) entende que as identidades contemporâneas perderam seu formato sólido, sua representatividade rígida e firme, um formato único. Atualmente, as identidades apresentam um caráter mais fluído, onde as relações se movem levemente, escorrem e transbordam, diferente dos sólidos, não são facilmente contidos.

Para o autor, “[...] os fluidos são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito tempo e, a menos que sejam derramados num recipiente apertado, continuam mudando de forma sob a influência até mesmo das menores forças” (2005a, p. 57). Segundo ele, em uma sociedade onde as relações mudam constantemente, “[...] não há como saber se o que nos espera é uma enchente ou uma seca – é melhor estar preparado para as duas possibilidades. Não se deve esperar que as estruturas, quando (se) disponíveis, durem muito tempo” (2005a, p. 57).

O mesmo autor escreve que “no admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam” (2005a, p. 33). De acordo com Bauman, “[...] as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta” (2005b, p. 19).

Acredita-se, também, que a “[...] identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, um objetivo; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando” (2005a, p. 21-22).

Frente ao cenário da construção das identidades de Empreendimentos de Economia Solidária em São Leopoldo, salienta-se a importância da Lei Municipal 7812/2012 que institui a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária – PMFES.

A referida Lei é uma conquista da Economia Solidária e coloca-se na sociedade contemporânea como um avanço estratégico para o desenvolvimento dos grupos que procuram na Economia Solidária um outro modo de geração de trabalho e renda.

Sendo uma das demandas do Projeto Ações Integradas de Economia Solidária e Desenvolvimento Humano o fortalecimento das identidades da Economia Solidária, a Lei 7812/2012 torna-se fundamental para a construção e definição das mesmas. Para isso, é importante observar a compreensão da referida Lei sobre a Economia Solidária, que assim a define:

A Economia Solidária constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produtos ou serviços, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Observa-se que a referida Lei apresenta resumidamente através da sua definição os dez princípios da Economia Solidária, os quais são abordados de forma mais ampla pela Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES, conforme se pode observar:

- AUTOGESTÃO

Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão. Eles tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa.

- DEMOCRACIA

A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital.

- COOPERAÇÃO EM VEZ DE FORÇAR A COMPETIÇÃO

Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa à empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

- CENTRALIDADE DO SER HUMANO

As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir satisfação plena das necessidades de todos e de todas.

- VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual.

- EMANCIPAÇÃO

A economia solidária emancipa, liberta.

- VALORIZAÇÃO DO SABER LOCAL, DA CULTURA DO SABER LOCAL E DA TECNOLOGIA POPULAR

Na Economia Solidária o conhecimento não é monopolizado. Os saberes estão a serviço das comunidades.

- VALORIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DA FORMAÇÃO PERMANENTES

Espaço que busca contribuir através da formação permanente dos empreendedores.

- JUSTIÇA SOCIAL

Na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem viver das coletividades e da justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana.

- CUIDADO COM O MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE COM AS GERAÇÕES FUTURAS

Os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, da felicidade, das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico, estimula a criação entre os elos do que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma afirmam a locação local articulada com a perspectiva mais ampla, nacional ou internacional.

Os princípios acima apresentados são considerados de extrema importância para a discussão sobre a construção das identidades dos empreendimentos de Economia Solidária, assim como o DECRETO Nº 50.285, de 30 de abril de 2013, que institui a Política Estadual de Certificação dos Empreendimentos de Economia Solidária.

De acordo com o referido Decreto, para que um coletivo seja considerado empreendimento de Economia Solidária, o mesmo necessita:

I - ser coletivo, com no mínimo cinco integrantes, todos sócios com igualdade de direitos de voz e voto; II - realizar ao menos três assembleias gerais por ano; III - a diferença entre o menor e maior valor de retirada mensal dos sócios não seja superior a seis vezes; IV – participar de Fóruns de Economia Solidária, Redes, Cadeias Solidárias ou Entidades de representação de EES.

Diante do exposto, por meio do DECRETO Nº 50.285, o referido instrumento considera, para fins de certificação de empreendimentos de Economia Solidária, a organização

administrativa dos “grupos formais ou informais, sendo estes cooperativas, associações, pequenos produtores rurais, urbanos e periurbanos, hortas comunitárias, grupos de produção que atuem por meio de autogestão”.

A Economia Solidária constrói suas identidades em meio a diversos coletivos de trabalho, através das relações sociais, nos encontros e nos desencontros de ideias, em resposta aos desafios colocados pela crise e pelo desemprego. Paul Singer (2003), quando se refere ao crescimento dos empreendimentos coletivos autogestionários, diz que os mesmos estão indiscutivelmente associados ao desemprego e à precarização do trabalho que exclui milhões de pessoas do mercado formal de trabalho.

De acordo com Ferreira (2007), que reforça as colocações de Singer (2003), parte dos trabalhadores que buscam no trabalho cooperativo uma maneira de obter trabalho e renda são, na sua maioria, pessoas desempregadas, as quais encontram-se excluídas do mercado de trabalho formal.

Em vista do cenário econômico apresentado na sociedade contemporânea, as oportunidades ligadas ao mercado formal de trabalho estão em declínio em virtude da crise vivenciada por empregados e empregadores. Diante da falta de emprego, muitas pessoas buscam outras alternativas de geração de trabalho e renda e podem encontrar na Economia Solidária um “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10).

AVANÇOS NO FORTALECIMENTO DAS IDENTIDADES DA ECOSOL EM SÃO LEOPOLDO

Para abordar os avanços da Economia Solidária na cidade de São Leopoldo, serão apresentados seis importantes momentos na história da construção das identidades da Economia Solidária.

- DEZ ANOS DO FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

No dia treze de abril do ano de 2015, na Câmara de Vereadores da cidade de São Leopoldo, aconteceu a Sessão Solene de Dez anos do Fórum Municipal de Economia Solidária. Algumas ações da Economia Solidária foram desenvolvidas pela igreja com o intuito de que se fomentasse o trabalho e a geração de renda com mulheres e, mais tarde, ampliado e organizado através das Feiras Populares, onde as pessoas organizadas em empreendimentos comercializavam seus produtos e geravam renda. Atualmente, o Fórum Municipal de Economia Solidária de São Leopoldo destaca-se pela sua organização enquanto espaço de autogestão junto aos empreendimentos de Economia Solidária.

- LEI MUNICIPAL 7812/2012

Em dezembro de 2012 foi instituída a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária no município de São Leopoldo - PMFES, que tem por diretriz a promoção da Economia Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades auto-sustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com o Município, Sociedade Civil e a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em lei. A Lei 7821-2012 também institui a implementação do Conselho Municipal de Economia Solidária e a criação do Fundo Municipal de Economia Solidária.

- ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Os Empreendimentos de Economia Solidária participantes do Projeto de Ações Integradas de Economia Solidária e Desenvolvimento Humano estão recebendo o acompanhamento dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento Local com os quais estão construindo e organizando administrativamente os documentos da constituição dos grupos. Atualmente, cada empreendimento é composto por no mínimo cinco pessoas e, na pasta do empreendimento, consta a ata de fundação, ata de eleição e atas de reuniões mensais. A busca pela organização administrativa dos empreendimentos foi um dos desafios apresentados por 83% dos empreendimentos visitados. Atualmente, 91% dos Empreendimentos de Economia Solidária estão com as atas de constituição e eleição das coordenações organizadas. A organização administrativa dos grupos também tem como objetivo a busca pela Certificação dos Empreendimentos de Economia Solidária, de acordo com o Decreto nº 50.285 de 30 de abril de 2013, que tem por finalidade identificar os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, que em seu processo de gestão seguem os princípios da economia solidária.

- QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Em vista da ausência de cursos do PRONATEC, salienta-se a importância do desenvolvimento de cursos de qualificação construídos coletivamente com a Economia Solidária. Em 2014 foram desenvolvidos dois cursos profissionalizantes do Projeto Ações Integradas de Economia Solidária e Desenvolvimento Humano. Um deles com ênfase em Bijuterias, ocorrido na Região Oeste da cidade de São Leopoldo, no bairro Vicentina e outro com ênfase em Acolchoados em Almofadas Manuais, desenvolvido na Região Nordeste, no bairro Santos Dumont. Em 2015, formaram-se já outras duas turmas. Uma delas com ênfase em Gastronomia, formada por 90% de participantes de

grupos de geração de trabalho e renda da Economia Solidária e outra com ênfase em Acolchoados e Almofadas Manuais. Em desenvolvimento para conclusão ainda no primeiro semestre de 2015, pode-se citar os cursos de Artesanato, Camisetas Temáticas, Bijuterias e Customização de Roupas e Acessórios, distribuídas nas regiões Norte e Nordeste. Para o segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016, irão acontecer, distribuídos nas regiões Oeste, Norte e Nordeste, os cursos profissionalizantes com ênfase em Gastronomia, Artesanato, Acolchoados e Almofadas, Camisetas Temáticas, Customização de Roupas e Acessório e o curso de Churrasqueiro. Cada curso com duração de 200 horas, distribuídas em 160 horas de qualificação profissional e 40 horas de Formação Humana e Economia Solidária. Cada curso dispõe de 20 vagas, sendo cinco dessas exclusivas para integrantes dos empreendimentos de Economia Solidária.

- EQUIPAMENTOS AOS EMPREENDIMENTOS

Os empreendimentos participantes do Fórum de Economia Solidária recebem o apoio e assessoria para a sua organização administrativa e, após concluírem um curso de qualificação de 200 horas distribuídos em teoria e prática, recebem equipamentos para colocar em práticas as experiências vivenciadas nos cursos de qualificação e assim ampliar seus trabalhos na Economia Solidária, podendo atender um número maior de pedidos, aumentando assim a sua renda. Entre os equipamentos, podem ser citadas máquinas de costura emprestadas aos empreendimentos de artesanato, fornos, fogões, batedeiras, liquidificadores, cilindros, fritadeiras, estufas etc., para os empreendimentos de alimentação e aos de reciclagem, prensas hidráulicas, palheteiras elétricas e esteiras.

- PONTO FIXO DE COMERCIALIZAÇÃO

Os grupos de Economia Solidária da cidade de São Leopoldo conquistaram no segundo semestre de 2014 um espaço fixo de comercialização localizado na Praça Vinte de Setembro, onde

foram instaladas as casinhas germânicas e onde acontecem as Feiras da Economia Solidária. A comercialização dos produtos acontece semanalmente, a partir de sexta-feira pela tarde e se estendem até domingo. O ponto fixo é uma reivindicação e uma conquista dos empreendimentos de economia solidária de São Leopoldo que buscam durante o ano de 2015-2016 desenvolver estratégias de divulgação para tornar o espaço conhecido pela comunidade leopoldense.

DESAFIOS DA ECOSOL EM SÃO LEOPOLDO

- FEIRAS MICRORREGIONAIS

Um dos movimentos sempre lembrado pelos grupos de Economia Solidária são as Feiras “Populares”, que eram realiza das nos bairros Feitoria, Campina e outros. Esses eventos são lembrados pelos empreendimentos como um trabalho positivo realizado nos anos anteriores em vista da divulgação e comercialização de produtos da Economia Solidária. Os grupos apresentam como desafio e alternativa para ampliar os espaços de comercialização a retomada das feiras nos bairros. Em vista da demanda apresentada pelos empreendimentos, que seria a comercialização dos produtos da Economia Solidária em Microrregiões, existe a previsão da realização de três feiras descentralizadas até o primeiro semestre de 2016. Uma delas acontecendo na região OESTE da cidade de São Leopoldo, no bairro Vicentina, com previsão de desenvolvimento no segundo semestre de 2015. Uma segunda Feira a ser executada próximo ao Natal e a terceira Feira no primeiro semestre de 2016. Talvez seja o marco inicial da retomada das chamadas “Feiras

Populares”. Cabe, portanto, o empenho e a mobilização dos empreendimentos para que estes eventos possam ter continuidade após a execução das três primeiras feiras Microrregionais.

- CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FUNDO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Lei 7812-2012, que institui a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária no município de São Leopoldo – PMFES, autoriza a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e do Fundo Municipal de Economia Solidária. De acordo com a Lei, o Conselho será de “composição tripartite, de caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador, integrado por representantes do Poder Público Municipal, Empreendimentos Econômicos Solidários e Entidades de Apoio e Fomento” observando-se a seguinte composição:

I - Quatro representantes do Poder Público Municipal e seus respectivos suplentes, indicados através do Poder Executivo.

II - Dois Representantes de Entidades não Governamentais e seus respectivos suplentes, que desenvolvam ações dentro dos princípios da Economia Solidária, indicados através do Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo - FESSL.

III - Dois representantes da Rede Privada de Ensino Superior e seus respectivos suplentes, ligados à promoção do desenvolvimento da economia solidária, indicados através do Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo - FESSL.

IV - Oito representantes dos empreendimentos econômicos solidários e seus respectivos suplentes, indicados através do Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo – FESSL.

Constituído o Conselho Municipal de Economia Solidária, cria-se o Fundo Municipal de Economia Solidária, que terá, de acordo com a Lei 7812/2012, “[...] a finalidade de captar recursos

públicos ou privados, mediante convênios, parcerias, dotações orçamentárias, transferências, aplicações dos recursos, com o objetivo de executar a PMFES, visando o fomento, a capacitação e a qualificação dos empreendimentos econômicos [...]”, observando os princípios da economia solidária.

- CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os empreendimentos de Economia Solidária reúnem-se quinzenalmente no Fórum de Economia Solidária. Atualmente, compõem o Fórum de Economia Solidária empreendimentos formais e informais, sendo os mesmos distribuídos nos segmentos da alimentação e artesanato. Em vista de ampliar a representatividade junto aos órgãos públicos e com o propósito de dar mais visibilidade à Economia Solidária, os grupos estudam a organização do coletivo em forma de associação, que possa representar os empreendimentos enquanto personalidade jurídica junto aos demais setores da sociedade. Cabe salientar que, atualmente, com o propósito de ampliar a comercialização dos empreendimentos, alguns grupos criaram o MEI (Micro Empreendedor Individual) com o objetivo de prestar serviços a terceiros e emitir nota fiscal. Sabe-se que a forma encontrada pelos empreendimentos não é a mais adequada, mas entende-se como uma alternativa temporária, tendo em vista os gastos previstos para a constituição e manutenção de uma associação ou cooperativa. Uma alternativa estudada pelos empreendimentos parece ser a constituição de uma associação mantida coletivamente pelos coletivos de Economia Solidária. O desafio está proposto e a iniciativa parece ir ao encontro do movimento que busca fortalecer a identidade da Economia Solidária na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando o fortalecimento do Fórum Municipal de Economia Solidária, os avanços e desafios apresentados neste texto são considerados acertos viáveis na construção das identidades da Economia Solidária.

Cabe salientar que as identidades da Economia Solidária estão sendo construídas no dia a dia, nas relações interpessoais, nos espaços de formação, no trabalho em grupo. Diante disso, nota-se na Economia Solidária um processo educativo na formação das identidades dos coletivos, sendo a formação pessoal e a qualificação profissional fundamental para o desenvolvimento das habilidades e na construção de novos saberes e produtos, sendo um propulsor para o aumento da geração de renda e da qualidade de vida.

Os avanços e desafios apresentados mostram que Outra Economia Acontece. Uma economia que tem por base a solidariedade, a autogestão, a democracia e a valorização da pessoa. As conquistas da Economia Solidária em São Leopoldo devem ser consideradas como metas alcançadas pelos empreendimentos, resultados de diálogo fecundo com esferas públicas e privadas que apostam em uma economia diferente.

Cabe, no entanto, reforçar a aposta nos desafios apresentados pelos empreendimentos como resultados possíveis de serem alcançados, quando se trata da criação do Conselho Municipal de Economia Solidária, do Fundo Municipal de Economia Solidária e, também, da criação da Associação dos Empreendimentos de Economia Solidária de São Leopoldo, um marco urgente e possível de ser construído, levando em consideração os avanços e as conquistas já alcançadas pela Economia Solidária na cidade, um espaço onde uma Outra Economia Acontece.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005a.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005b.

_____. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participante**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social.

Economia Solidária, outra Economia acontece.

Ministério do Trabalho e Emprego. MTE/SENAES.

Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DD948C22F07/impreso3_cartilha_32pg_web.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

DECRETO N° 50.285, de 30 de abril de 2013. Institui a Política Estadual de Certificação dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

FERREIRA, Iane Rocha Przewodowska. **Do lixo à solidariedade**: avanços e perspectivas na busca de uma nova realidade. 2008. 264 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia**: o cotidiano do professor. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GONCALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. katálysis**. Santa Catarina, v.10, p. 83-92, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0910spe.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

LEI MUNICIPAL 7812/2012. Institui a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária no Município de São Leopoldo – PMFES.

NAJMANOVICH, Denise. O feitiço do método. In: GARCIA, Regina Leite. **Método, métodos e contramétodos**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 25-62.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.



FINANÇAS SOLIDÁRIAS EM PAUTA: CONFLITOS IDEOLÓGICOS E MORAIS EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À DEMOCRATIZAÇÃO DO CRÉDITO

Talita Jabs Eger¹

RESUMO

Ao considerar as políticas públicas enquanto ações intencionais dos governos em busca de soluções para problemas por eles identificados, chama atenção o movimento feito no sentido de articular diferentes propostas (em termos políticos, ideológicos e morais) com o objetivo de consolidar estratégias no âmbito de construção e implementação dessas políticas. Para o centro do debate são trazidos diversos agentes cujas premissas políticas e ideológicas não são apenas distintas, mas, muitas vezes, opostas. Neste sentido, aponta-se aqui para o cenário polissêmico em torno da construção de políticas públicas voltadas para a democratização do crédito que tem por objetivo principal garantir acesso aos serviços e produtos bancários e financeiros por parte da população de baixa renda. A democratização do crédito se estabelece, segundo

¹ Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), possui mestrado em Antropologia Social pela mesma universidade e graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: talitaeger@gmail.com.

parte dos envolvidos neste debate, na criação de ferramentas capazes de garantir a acessibilidade da população de baixa renda aos serviços bancários e financeiros convencionais, enquanto, de outro lado, fala-se na construção e no fortalecimento de instrumentos financeiros solidários que, idealmente, se oporiam ao sistema financeiro fundamentado sobre o modelo econômico hegemônico. A essas ferramentas anticapitalistas, operacionalizadas no seio do capitalismo, caberia a tarefa de fortalecerem dinâmicas próprias de uma *economia alternativa*. No entanto, uma vez que passam a dialogar com as políticas públicas de combate à pobreza e à miséria, de um lado, e com aquelas que buscam a bancarização da população de baixa renda, de outro, estas ferramentas acabam assumindo a identidade de uma *alternativa econômica*, contrariando os princípios sobre os quais seus idealizadores fundaram seus alicerces.

Palavras-chave: Finanças solidárias. Democratização do crédito. Políticas públicas. Bancarização. Grupos de baixa renda.

FINANÇAS SOLIDÁRIAS: UM DOS PILARES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nas duas últimas décadas do século XX, o Brasil assistiu ao surgimento de práticas e ações econômicas conjugadas sobre o termo “Economia Solidária”, também chamada na literatura científica brasileira de Economia Popular Solidária, Socioeconomia Solidária e Economia Solidária e Autogestionária (SINGER, 2002; LECHAT, 2002; SOUSA SANTOS, 2002; GAIGER, 2003/2009). Essa forma de organização das atividades econômicas ao basear-se na solidariedade, na cooperação, na autogestão, na partilha,

na confiança mútua, na gestão democrática e na sustentabilidade visa opor-se, segundo seus defensores mais ferrenhos, ao *modus operandi* capitalista, configurando-se, portanto, em uma economia anticapitalista. Sendo o capitalismo, por sua vez, concebido como promotor de um modelo de desenvolvimento, em termos econômicos, ambientais e sociais, insustentável (SOUSA SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

Ainda que não possamos desvincular essas experiências daquelas realizadas principalmente na Europa nos anos 1980, com a criação em massa de cooperativas de trabalhadores(as), uma vez que ambas procuravam responder ao quadro de mudanças de ordem econômica associadas à “crise do capitalismo” que afetou, sobretudo, a classe trabalhadora à época (SOUSA SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002), faz-se necessário apontar as particularidades das iniciativas e do debate promovido a partir delas no Brasil. No país, sua difusão se deu a partir do encontro e da ação conjunta entre diversos atores, principalmente entre aqueles que integram o “triplo movimento na economia solidária” (LECHAT, 2002, p. 133), formado, sobretudo, por intelectuais vinculados a universidades, organizações da sociedade civil, entidades religiosas³, alguns setores do poder público⁴, movimentos sociais históricos (como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, por exemplo) e os trabalhadores e trabalhadoras ligados(as) a grupos produtivos associativos, os chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Este “jeito diferente de fazer economia” (GAIGER, 2009), esta “outra economia que já acontece”, modos como a

² A autora se refere a três “movimentos” complementares que são, segundo ela: as atividades de cunho intelectual (elaboração de pesquisas, publicações, etc.); atividades de formação, promoção, apoio e assessoria e, por último, a instância de organização dos grupos que trabalham a partir dos preceitos da Economia Solidária.

³ Sobretudo a CÁRITAS (organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB) e setores da igreja Luterana.

⁴ Atualmente, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

economia solidária é frequentemente apresentada, é, portanto, o conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo e crédito ancorado sobre os princípios da autogestão, da solidariedade, da sustentabilidade e do trabalho coletivo. Entre os instrumentos relacionados a um de seus pilares, as finanças solidárias, aspecto sobre o qual pretendo me debruçar, figuram entre os mais conhecidos as Cooperativas de Crédito Solidário, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), as Moedas Sociais Circulantes Locais e os Fundos Solidários. De modo geral, tratam-se de metodologias de *gestão coletiva de recursos*, sejam eles monetários ou não (conforme as características de cada um dos instrumentos supracitados), e operam como instrumentos de *crédito solidário* cujo principal objetivo – mas não único – é viabilizar a utilização de recursos por grupos (eventualmente, indivíduos) que, comumente, não têm acesso ao financiamento e aos serviços financeiros oferecidos por bancos públicos e privados. Ao suprir a ausência de linhas oficiais de crédito para estimular o associativismo (muitas vezes, informal), essas experiências, ancoradas sobre os princípios da educação popular (FREIRE, 1987/2011), promovem não apenas resultados econômicos (o que nos permite diferenciá-los, por exemplo, dos recursos destinados ao capital de giro), mas também a organização social tendo em vista a incidência sobre políticas públicas (financeiras, ambientais, étnicas, de gênero, etc.).

Desse modo, ainda que grande parte das experiências conhecidas remonte ao final dos anos 1980, foi apenas na primeira década dos anos 2000 que o Movimento de Economia Solidária junto à então recém-criada Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)⁵ dedicou-se a identificar os instrumentos de Finanças Solidárias existentes no Brasil. Assim, entre 2010 e 2013, ao longo da execução de convênios estabelecidos entre organizações da sociedade civil e a SENAES, mapeou-se, nas cinco

⁵ A SENAES é vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi criada em 2003.

regiões do país, os instrumentos de finanças solidárias baseados na metodologia de Fundos Solidários⁶ e de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Identificou-se, nesse momento, cerca de mil experiências de Fundos Solidários no Brasil e 106 bancos vinculados à rede de BCD espalhados nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Segundo o Relatório elaborado pela SENAES (2013), as finanças solidárias caracterizam-se enquanto:

Um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o acesso a recursos financeiros, fazendo com que as finanças operem a serviço das necessidades coletivas. De modo geral, essas iniciativas são constituídas para atender demandas de segmentos populacionais e organizações que estão excluídas do acesso ao crédito nos moldes convencionais, seja para financiar o consumo ou para outros tipos de investimentos na produção ou realização de serviços (SENAES, 2013).

Considera-se, portanto, as finanças solidárias como ferramentas que, ligadas às noções de desenvolvimento territorial sustentável, apontam para construção da autonomia financeira *da, com e para* a economia solidária. Avançando, no entanto, em relação à definição elaborada pela SENAES, acrescento à dimensão do acesso ao crédito solidário a gestão coletiva dos recursos, sejam eles financeiros ou não, como um elemento constituinte destes instrumentos.

O debate em torno da importância em mapear e identificar o conjunto dessas experiências dá-se em um contexto em que, por um lado, as organizações da sociedade civil vêm perdendo o apoio financeiro oriundo da cooperação internacional e, por outro, o governo brasileiro passa a implementar políticas públicas

⁶ Na região Sul, coube ao Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP – realizar o mapeamento dos Fundos Solidários existentes (EGER et al., 2015). Foram mapeados cerca de 33 Fundos Solidários no Sul do país. A região Sul, por sua vez, não possui nem um BCD.

de enfrentamento à pobreza focadas, sobretudo, na garantia e aumento da renda e na geração de trabalho.

No que tange, contudo, ao afastamento da cooperação internacional do cenário brasileiro, apoiadores como Alemanha e França, por exemplo, vêm reduzindo os investimentos em ações e projetos promovidos por organizações da sociedade civil no país. Fomentadores históricos das ações de Economia Solidária no Brasil, ao reduzirem os recursos alocados a fundo perdido, tornaram imprescindível o diálogo dessas organizações gestoras de instrumentos de finanças solidárias com o poder público, tendo em vista a captação de recursos que pudessem ser utilizados na mesma perspectiva. No entanto, algumas dessas experiências são desenvolvidas à margem do marco regulatório financeiro atual que, por sua vez, não prevê o empréstimo de recursos financeiros por entidades que não estejam vinculadas ao Banco Central ou, em outros termos, que não se constituam enquanto instituições financeiras⁷. Os Fundos Solidários e muitos BCD, por exemplo, operam informalmente, não possuindo personalidade jurídica e, por esta razão, para além da necessidade de recursos não retornáveis ao financiador, encontram dificuldades em cruzar as fronteiras rígidas da burocracia do sistema financeiro. Nesse sentido, o processo de mapeamento teve como principal meta, não apenas a identificação das experiências, mas a construção de um “sujeito coletivo” capaz de exercer incidência política sobre o debate acerca de uma nova regulamentação financeira no país.

⁷ Compreende-se “instituição financeira” como toda pessoa jurídica que tiver como atividade principal a captação, custódia e empréstimo de recursos financeiros de terceiros. No Brasil, cabe ao Banco Central regulamentar o funcionamento das instituições financeiras.

OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO COMO FERRAMENTAS DE INCLUSÃO FINANCEIRA E BANCÁRIA

No Brasil, o primeiro BCD surge no Conjunto Palmeiras, na periferia de Fortaleza (CE), em janeiro de 1998. Tendo por inspiração o Banco Grameen, localizado em Bangladesh (YUNUS; JOLIS, 2010), o Banco Palmas inspira ainda hoje outras comunidades a se lançarem na experiência de fazer a gestão de seus recursos financeiros. Em comum, essas iniciativas trazem o uso de diversas ferramentas que visam, sobretudo, estimular a promoção de um modelo de desenvolvimento alternativo (SOUSA SANTOS, 2002), construído a partir do local – o chamado desenvolvimento endógeno –, o fortalecimento da organização comunitária e a manutenção da riqueza produzida pela comunidade no próprio território (MELO; MAGALHÃES, 2005; FRANÇA FILHO, [s. d.]; INSTITUTO PALMAS; NESOL/USP (Org.), 2013). Ainda que cada BCD faça uso dos instrumentos que estejam em concordância com seus objetivos, alguns são partilhados por todos os bancos que integram a Rede Nacional de BCD, pode-se, de modo geral, a título de exemplo, citar: a concessão de crédito, o uso de moedas sociais circulantes locais (comumente chamadas de moedas sociais), mapeamento do consumo e da produção local e a instituição de espaços de participação comunitário que visam garantir a gestão do banco (os chamados Fóruns de Desenvolvimento Comunitário)⁸.

⁸ É relevante mencionar que são os(as) próprios(as) moradores(as) do território que sedia o BCD que desenvolvem todas as ações e atividades dentro do banco.

Ainda que essas ferramentas sejam pensadas e implementadas tendo como fundamento e horizonte os princípios da economia solidária, os BCD são, por vezes, criticados, entre outras coisas, pelo fato de que alguns assumem também o papel de correspondentes bancários em seus territórios de origem (principalmente quando consideramos experiências as quais se atribui um caráter antidesenvolvimentista⁹, como os Fundos Solidários, por exemplo).

Os correspondentes bancários cumprem a função de intermediar as relações das comunidades de baixa renda junto aos bancos convencionais. A crítica, nesse sentido, diz respeito, em primeiro lugar, ao questionamento sobre o verdadeiro papel assumido por este instrumento das finanças solidárias nos territórios e sobre a concepção de economia e desenvolvimento por trás dessas ações, uma vez que se promove, a partir da oferta desses serviços, a bancarização dessa parcela da população que, até então, vivia à margem do sistema bancário convencional. E, em segundo lugar, ao que se considera como precarização do trabalho dos(as) bancários(as), elemento que se opõe diametralmente aos princípios da economia solidária, já que os bancos convencionais optam, muitas vezes, em não estar presentes em localidades periféricas¹⁰ e buscam oferecer, através desses parceiros locais (e sem garantir minimamente a infraestrutura e segurança a eles) ofertar parte de seus serviços financeiros. Os BCD passam, neste sentido, de um instrumento financeiro solidário inserido em “territórios empobrecidos” e fruto de uma economia que se quer alternativa a uma ferramenta de inclusão no sistema econômico hegemônico, delegando, assim, à economia solidária o papel de uma “alternativa econômica” para os “pobres”. Eis o mote de uma das críticas a eles destinada.

⁹ Considerando, aqui, o paradigma desenvolvimentista a partir do modelo econômico hegemônico.

¹⁰ Segundo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA, 2011), no que diz respeito à localização das agências bancárias, uma das variáveis que determinam sua presença em determinados locais, está a distribuição de renda. Ou seja, o número de agências bancárias é proporcional ao Produto Interno Bruto (PIB) e não ao contingente populacional.

Não obstante essas práticas econômicas serem denominadas pelo termo “economia solidária” desde a década de 1990 e um conjunto de atores ter passado, desde então, a se mobilizar em torno das causas econômicas e sociais regidas por essas dinâmicas, foi apenas a partir de 2003 que as demandas deste jovem movimento passaram a integrar a agenda política. No entanto, contrariando as expectativas de parte de seus militantes e dos documentos produzidos em plenárias do Movimento, não são pautadas as questões que fazem referência ao enfrentamento ao sistema econômico hegemônico, tampouco as proposições que apontam para uma alteração nas dinâmicas do sistema financeiro nacional, mas, ao contrário, passa-se a enxergar na economia solidária, e em seus instrumentos, tão somente uma ferramenta estratégica para garantir a geração de trabalho e renda para uma significativa parcela da população que, vivendo em situação de pobreza¹¹, encontrava-se integrando os programas de transferência condicionada de renda.

Neste ponto, cabe apontar para a implementação de políticas públicas direcionadas às populações de baixa renda. O combate à “pobreza” e à “miséria” vem sendo apresentado como uma das principais bandeiras dos Governos Federais do Partido dos Trabalhadores (primeiro com Lula e, atualmente, com Dilma). Para tanto, foram criados, ao longo destes 12 anos, uma série de políticas e programas voltados ao combate à “pobreza” e à “miserabilidade”, seja através das transferências monetárias, de uma maior oferta de serviços e ações vinculados à proteção social básica, daqueles que implantam tarifas sociais ou, ainda, daqueles que subsidiam os grupos de baixa renda para compra de bens duráveis. Neste contexto, a discussão em torno das consequências e do alcance da “pobreza” no Brasil apontou para diversas modalidades de exclusão entre as quais encontram-se aquelas

¹¹ Apesar de compreender a dimensão da pobreza como um elemento multidimensional e cujas características e impactos se sobrepõem a escassez de renda, neste artigo considera-se ‘pobreza’ a partir do conceito a ela atribuído nos desenhos de políticas públicas atualmente em voga no país.

em torno da oferta de serviços básicos como saúde, educação, segurança, acesso a trabalhos formais, os limites em torno do consumo e a ausência de serviços financeiros e bancários para a parcela da população considerada “pobre” e “extremamente pobre”. A assim chamada exclusão financeira e bancária (LEAL, 2013) foi, portanto, o motor para a implementação do “Banco Popular do Brasil”.

O Banco Popular do Brasil (BPB) constitui-se enquanto uma instituição financeira que opera como uma espécie de subdivisão do Banco do Brasil. Criado em 2003, tinha por objetivo principal atuar em torno das microfinanças que são, em termos gerais, o conjunto de produtos e serviços financeiros destinados à população de baixa renda (seja pessoa física ou microempresário). Esses serviços financeiros (conta corrente, cartão de crédito e débito, concessão de empréstimos a baixos juros, etc.) são realizados sem que haja a necessidade de comprovação de renda por parte dos(as) usuários(as) (ABROMAVAY, 2005). Segundo Joaquim Melo, um dos idealizadores do Banco Palmas, “a ideia é generosa, mas a metodologia é catastrófica” (MELO, 2014, p. 227). Isso porque, segundo ele, para o BPB o microcrédito consiste apenas na concessão de “empréstimos pequenos a pessoas pobres para criarem sua atividade ou consumirem nos circuitos tradicionais” (MELO, 2014, p. 228), não atrelando as ações financeiras ao processo de formação e acompanhamento, não levando em conta o aspecto das relações de confiança e solidariedade intercomunitária e ignorando a importância das garantias oriundas da vizinhança, o banco se deparou, em um período de dois anos, com uma taxa de inadimplência em torno de 30%. E foi, ao receber a proposta, através do responsável pelo BPB, que o Banco Palmas se tornou o primeiro banco comunitário a operar também como correspondente bancário trazendo, novamente para o centro do debate, a discussão sobre o potencial destas ferramentas no que tange à minimização da condição de pobreza e exclusão destes territórios.

No que diz respeito, especificamente, ao campo dos programas de transferência de renda, ressalta-se o momento em que, na figura da SENAES, o governo federal aponta para a importância dos bancos comunitários não apenas como instrumentos de desenvolvimento sustentável e solidário, como argumenta e defende o Movimento de Economia Solidária, mas, sobretudo, como ferramentas eficazes na superação e combate à “pobreza”. É, portanto, no âmbito da Estratégia Brasil Sem Miséria, que as ações e iniciativas voltadas à economia solidária, e aos bancos comunitários de desenvolvimento por extensão, vêm sendo financiadas e debatidas pelo poder público em nível nacional.

Esse processo de construção de visibilidade das experiências de finanças solidárias, em especial dos BCD, e de constante e renovada articulação destas iniciativas com o poder público, se surgem de uma necessidade prática proveniente da indispensabilidade de convencer possíveis financiadores acerca da eficácia e do alcance de suas ações, acabam por instaurar um debate em torno dos sentidos atribuídos à “pobreza” e às possibilidades de enfrentamento e superação desta condição dentro do modelo econômico capitalista (SINGER, 2002). Assim, travam debates e disputas em torno dos significados, e suas respectivas consequências políticas, acerca das dimensões de “territorialidade”, “pobreza”, “modelo econômico”, “desenvolvimento”, “sustentabilidade”, “solidariedade”, “empoderamento”, “emancipação”, “cidadania” e “autonomia”.

Em termos gerais, se, por um lado, a dimensão de “pobreza” assume, na implementação e execução dos programas de transferência de renda, por exemplo, um caráter de “vulnerabilidade” por parte dos(as) beneficiários(as), o que justificaria a necessidade de intervenção sobre estes agentes (EGER, 2013), por outro lado, os BCD partem do princípio de que as comunidades e seus habitantes não são “pobres”, pura e simplesmente, mas, ao contrário, vivem em condições de

“empobrecimento”. O que significa dizer, em outros termos, que parte-se do princípio de que essas populações produzem riquezas (dos mais variados tipos), assim como essas riquezas por elas produzidas não são mantidas no local onde são travadas as suas principais relações sociais e econômicas, contribuindo para que essas populações vivam em situações econômicas desfavoráveis.

É relevante pensar que negar a “pobreza” tão somente como uma condição de ausência é o que permite aos BCD atuarem e proporem **ações que visam uma modalidade de desenvolvimento endógeno, uma vez** que esses territórios possuem riquezas, mas que, devido às práticas econômicas e sociais que experimentam em seu cotidiano, são “exportadas” para os grandes centros econômicos. No entanto, no contexto das políticas públicas, esses mesmos agentes, para ter acesso aos recursos provenientes da Estratégia Brasil Sem Miséria, são levados a mobilizar a categoria “pobreza” de uma forma distinta daquela que acionam frequentemente. De forma semelhante, a dimensão da territorialidade é, no processo de articulação e diálogo entre estes diferentes agentes, posta em questão. Enquanto o poder público opera com a organização territorial a partir de políticas públicas territorializadas (como, por exemplo, Território da Cidadania, Territórios da Paz, etc.), o Movimento de Economia Solidária se organiza a partir dos territórios políticos (nos quais se organiza a base do movimento) e os BCD atuam em territórios geográficos nos quais as pessoas experimentam **dinâmicas sociais e econômicas**. Essas três dimensões podem ou não dialogar entre si, mas, na medida em que passam a realizar suas ações com recursos governamentais, aos instrumentos de finanças solidárias é exigido que atuem nos territórios definidos pelas políticas públicas, ainda que esses não dialoguem com as estratégias políticas desses instrumentos. Do mesmo modo, pontua-se que o Movimento de Economia Solidária traz à tona o debate em torno da identidade e das características necessárias para denominar experiências que estejam de acordo com seus preceitos, bem como a consequente

atualização dos questionamentos acerca das práticas que podem ou não ser consideradas efetivamente solidárias e emancipadoras do ponto de vista econômico. Em outras palavras, o que está em jogo aqui é a própria dimensão de “solidariedade” por trás das ações realizadas por cada uma destas iniciativas e organizações¹². Une-se a essa dimensão a perspectiva de “desenvolvimento sustentável” que, em termos gerais, nos remete à discussão já citada anteriormente, sobre o modelo econômico hegemônico – e sua manutenção – e a organização econômica anticapitalista a qual se procura promover através das ações e iniciativas vinculadas a economia solidária.

Neste cenário polissêmico estão presentes não apenas os chamados grupos de interesse, nos quais poderiam ser incluídos todos os setores do Movimento de Economia Solidária (com destaque para os atores ligados à esfera das finanças solidárias), movimentos sociais tradicionais (como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, por exemplo), mas também os gestores responsáveis pelo desenho e pela implementação das políticas públicas e as organizações não governamentais (ONGs) que, nesse caso em especial, são, por excelência, as executoras dessas políticas e, com isso, responsáveis pela mediação entre os movimentos e grupos sociais e o governo. Deste modo, aponta-se para os diversos discursos engendrados nas relações estabelecidas por esses atores e no conjunto de normativas, expectativas e classificações distintas que esses operam nos espaços de discussão, deliberação e de articulação política a partir dos quais se encontram e se tensionam entre si.

¹² Neste contexto, para haver solidariedade não pode existir desigualdade, disparidade entre os agentes que participam do processo. Seria, nos termos desses agentes, a diferença entre “fazer caridade” ou “voluntariado” (ações que pressupõem uma relação vertical e um dever unilateral) e “ser solidário” (ação que supõe uma relação horizontal e um laço recíproco).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo a democratização do crédito como fruto da criação de ferramentas capazes de garantir, de um lado, a acessibilidade da população de baixa renda aos serviços bancários e financeiros convencionais e, do outro, como resultado da gestão partilhada e democrática das riquezas produzidas em um determinado território, consolidando, nesse sentido, instrumentos financeiros solidários que, idealmente, se oporiam ao sistema financeiro calcado sobre o modelo econômico hegemônico. A essas ferramentas anticapitalistas, operacionalizadas no seio do capitalismo, caberia a tarefa de fortalecerem dinâmicas próprias de uma *economia alternativa*. No entanto, uma vez que passam a dialogar com as políticas públicas de combate à pobreza e à miséria, de um lado, e aquelas que buscam a bancarização da população de baixa renda, de outro; estas ferramentas acabam assumindo a identidade de uma *alternativa econômica*, contrariando os princípios sobre os quais seus idealizadores fundaram seus alicerces. Chama atenção, nesse sentido, a forma como são articulados e operacionalizados diferentes argumentos e preceitos ideológicos em torno do desenho das políticas públicas voltadas à democratização do crédito.

É relevante observar que esses diferentes atores e instituições (Estado, ONGs, movimentos sociais, etc.) encontram-se em movimentos constantes de aproximação e afastamento, construindo espaços discursivos e morais cada vez mais complexos e imprimindo sobre o desenho de determinadas políticas públicas, nesse caso, aquelas ligadas à democratização do crédito, princípios morais que passam a operar, muitas vezes, como o centro de confrontos e disputas entre eles. Essas narrativas poderiam ser organizadas em quatro grandes grupos argumentativos: morais, políticos, econômicos e identitários. Em torno desses quatro eixos argumentativos, os atores envolvidos neste debate mobilizam

categorias e marcadores distintos com o objetivo de atingir determinadas metas (como a categoria “pobreza”, por exemplo), institucionalizam ferramentas que visam enquadrar e modelar o comportamento de parte dos envolvidos (como os indicadores de eficiência, eficácia e de escala operacionalizados pelos gestores públicos e questionados pelos gestores dos BCD), criam estratégias de incidência política com o objetivo de influenciar direta e indiretamente as decisões dos responsáveis pelo desenho das políticas de modo a tensionar os governos no que tange à definição e à implementação de políticas públicas voltadas para a área.

Desse modo, sem que haja aqui a intenção de encerrar o debate (ao contrário), cabe perguntarmo-nos, por um lado, como se dá a reativação do debate sobre “solidariedade”, “desenvolvimento sustentável” e “autogestão” no âmbito da construção de políticas públicas e ações de intervenção social sobre a pobreza, bem como compreender de que forma se dão as interfaces entre o capitalismo, o governo e as políticas de democratização do crédito baseadas em economias anticapitalistas. Procurando entender, nesse sentido, quais os efeitos das tensões existentes entre essas duas lógicas econômicas nos universos institucionais e burocráticos, mas, principalmente, nos grupos e movimentos sociais que buscam dialogar e tensionar junto ao governo em busca de alternativas (mas também de recursos financeiros) em torno do desenvolvimento econômico e social nos territórios em que estão inseridos. Por outro lado, cabe compreender a importância que as crenças, ideologias, valores e ideários morais assumem no âmbito do debate e formulação das políticas públicas a partir da análise das relações de poder, dos conflitos, aproximações e afastamentos travados nos espaços de articulação em que esses diferentes agentes se encontram a fim de debater e criar estratégias conjuntas com o objetivo de (re)desenhar e implementar as políticas públicas.

Atentar, portanto, para as experiências de gestão e acesso ao crédito solidário, com ênfase nos Bancos Comunitários de

Desenvolvimento, que se constituem no interior do capitalismo, e nos espaços de articulação e construção dessas políticas, nos permite analisar não apenas os efeitos dos processos instituídos a partir destas iniciativas e articulações nas dinâmicas e identidades sociais, mas também compreender como as categorias “pobreza”, “desenvolvimento”, “sustentabilidade”, “cidadania”, “autonomia” e “protagonismo” são acionadas, reapropriadas e reinterpretadas no âmbito das iniciativas associativas solidárias e como influenciam efetivamente o desenho das políticas públicas voltadas para campos que dialogam com estas dimensões.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semiárido brasileiro. In: COSSÍO, Maurício Blanco (Org.). **Estrutura agrária, mercado de trabalho e pobreza rural no Brasil**. 2003. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.htm>.

_____. Informação de crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 16, n. 2, 2005. p. 203-248.

EGER, Talita Jabs. **Dinheiro e Moralidade no Bolsa Família: uma perspectiva etnográfica**. 210f. Dissertação de mestrado (Programa de Pós Graduação em Antropologia Social) - UFRGS, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/81383>>.

EGER, Talita Jabs; JAHN, Elisiane; PIOVESAN, Regina; PIELKE, Márcio; GONÇALVES, Beatriz. Mapeamento dos Fundos Solidários da Região Sul. **Relatório Final do convênio CAMP/SENAES 749630/2010**, 2015.

FASSIN, Didier; EIDELIMAN, Jean-Sébastien. **La raison humanitaire** - une histoire morale du temps présent. Paris: Hautes Études/Gallimard/Seuil, 2010.

_____. **La Force de L'ordre** - une anthropologie de la police des quartiers. Paris: Seuil, 2011.

_____. Introduction. Défense et illustration des économies morales. In: _____. **Économies Morales contemporaines**. Paris: La Découverte, 2012a. p. 19-52.

_____. Vers une théorie des économies Morales. In.: FASSIN, Didier; EIDELIMAN, Jean-Sébastien (Orgs.). **Économies Morales contemporaines**. Paris: La Découverte, 2012b. p. 19-52.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento como expressão de finanças solidárias**: por uma outra abordagem da inclusão financeira. Fortaleza: Arte Visual. 107pp.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GAIGER, Luiz Inácio. **Economia Solidária**. V. 1. Disponível em: <<http://base.socioeco.org/docs/ecosolv1.pdf>>.

GAIGER, Luiz Inácio. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=170>>. Acesso em: 19 out. 2013.

INSTITUTO PALMAS; NESOL/USP (Orgs). **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. São Paulo: A9 Editora, 2003, 180 pp.

LEAL, Leonardo Prates. **Gestão coletiva dos bens comuns na experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento**: o caso de Matarandiba. 180 f. Dissertação de mestrado, (Programa de Pós-Graduação em Administração) - UFBA, 2013.

LECHAT, Noelle Marie Paule. Economia Social, Economia Solidária, Terceiro Setor: do que se trata? Civitas – **Revista de Ciências Sociais**, a. 2, n. 1, jun. 2002. p.123-140.

LIMA, Adelaide Motta et al. **Finanças de proximidade**: um modelo de financiamento para arranjos produtivos locais. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201111161718_Finan%C3%A7as%20de%20proximidade%20-%20um%20modelo%20de%20financiamento%20para%20APLs.pdf>.

MELO, Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Banco Comunitário e cooperativa de crédito**: uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005, 52 pp.

MELO, Joaquim. **Viva favela!** Quando os pobres assumem seu próprio destino. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

NARAYAN, D. **Voices of the poor** - Can anyone hear us? Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

SABATIER, Paul; JENKINS-SMITH, Hank. **Policy Change and Learning**: The advocacy coalition approach. Boulder: Westview Press, 1993.

SANE, Pierre. Pobreza, a próxima fronteira na luta pelos direitos humanos. In: WERCHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch (Org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília: UNESCO, 2003. p. 27-44.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVER, Jean-Michel; VALLAT, David (Orgs). **Exclusion et lien financiers: rapport du Centre Walras**. Paris: Economica, 2001.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**. In: SOUZA SANTOS, Boaventura (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-130.

SOUSA SANTOS, Boaventura; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In.: SOUZA SANTOS, Boaventura (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 23-77.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Prefácio. In: SOUZA SANTOS, Boaventura (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 13-22.

TOROSSIAN, Sandra Djambolakdjian; RIVERO, Nelson Estamado. Políticas Públicas e modos de viver. A Produção de sentidos sobre vulnerabilidade. In.: CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza. **Políticas Públicas e Assistência Social**. Diálogos com as práticas psicológicas. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 56-69.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O banqueiro dos pobres**. 12 reim. São Paulo: Editora Ática, 2010.



INCUBAÇÃO E IDENTIDADE DE EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: CONSOLIDAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ALTERNATIVAS DE TRABALHO, RENDA E CIDADANIA PARA GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA VINCULADOS À ATUAÇÃO DA INCUBADORA SOCIAL DA UFSM¹

Flavi Ferreira Lisboa Filho²

Caroline Goerck³

Fabio Gaviraghi⁴

Schirlei Stock Ramos⁵

¹ Parte deste texto foi apresentado no I Taller Internacional de Economía Social y Solidaria em Cuba. O trabalho realizado na IS-UFSM conta com apoio dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Ciência, Tecnologia e Inovação e do CNPq.

² Doutor em Ciências da Comunicação. Mestre em Engenharia da Produção, Bacharel em Ciências Administrativas e em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor do departamento de Ciências da Comunicação e do programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: flavilisboa@gmail.com.

³ Estágio Pós-Doutoral, Doutorado (2006-2009) e Mestrado (2004-2006) em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Graduação em Serviço Social pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. É professora da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

⁴ Doutorando em Educação nas Ciências na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2010). Graduado em Serviço Social pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí (2007).

⁵ Mestra em Gestão de Organizações Públicas, Especialista em Gestão Pública, graduada em Administração, formação técnica em contabilidade. Tutora do curso de Bacharelado em Gestão Pública no núcleo de tecnologia educacional (NTE) da UFSM, onde é bolsista de formação docente do FNDE.

RESUMO

Trata-se de um projeto que prevê pesquisa, extensão e desenvolvimento sócio-tecnológico para a Incubadora Social da UFSM que atende empreendimentos econômicos solidários. A proposta está relacionada com ações que visam à consolidação da Incubadora Social da Universidade Federal de Santa Maria - IS/UFSM, interligando atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. A finalidade da Universidade consiste em produzir conhecimentos científicos, técnicos e organizacionais para o desenvolvimento sustentável dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES e da sociedade. Neste sentido, a IS/UFSM abriga em um espaço comum projetos e empreendimentos sociais que se baseiam em cooperação, autogestão e inovação, tendo como vetor a integração de saberes e as tecnologias sociais, visando proporcionar as condições necessárias para que empreendedores sociais e grupos com experiências coletivas de trabalho fortaleçam sua cidadania, reduzindo vulnerabilidades socioeconômicas mediante inserção e permanência no mercado, o que promove melhoria nos indicadores de desenvolvimento social e humano de Santa Maria e região. Assim, nosso objetivo é de buscar apoio e melhores condições para a viabilização, organização e consolidação das experiências autogestionárias de geração de trabalho e renda que se encontram inscritas para pré-incubação dentro da IS/UFSM. Buscamos a estruturação e institucionalização da IS da UFSM, que se coloca como uma organização que desenvolve ações de incubação de EES e atua, ao mesmo tempo, como espaço de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, autogestão, sustentabilidade e superação da pobreza.

Palavras-chave: Incubação. Identidade. Empreendimentos econômicos solidários.

CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA E PÚBLICO

Pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica ou em fase de organização solidária, entre eles trabalhadores assalariados e/ou autônomos e/ou beneficiários de programas sociais que já estão inseridos dentro da Incubadora Social – IS da UFSM com seus Empreendimentos de Econômicos Solidários – EES, são o público da nossa proposta e constituem, atualmente, cinco grupos contemplados. Fazem parte também do programa docentes, técnicos-administrativos e estudantes de graduação e pós-graduação da UFSM, que compõem as equipes de assessoria técnica nas ações de incubação. Também poderão ser beneficiados Movimentos Sociais, instituições não governamentais (ONGs/OSCIPs) e grupos organizados, entre outros, que se enquadrem na finalidade da IS/UFSM e que possam ser convidados a participar das ações de capacitação da Incubadora Social da UFSM.

A seguir apresentam-se de forma resumida os cinco EES's constantes desta proposição e em fase de pré-incubação na IS/UFSM:

- PÃO E PONTO

este empreendimento trabalha na produção e comercialização de artesanato, bijuterias e acessórios de moda e decoração, através do reaproveitamento de materiais recicláveis. Pretende-se que o grupo consiga conduzir-se de forma autogestionária e participativa e através do trabalho cooperado resgatar a cidadania, fortalecendo a consciência e a prática da solidariedade, sustentabilidade, comércio ético e justo, pautando-se por uma lógica econômica que valoriza o ser humano e o trabalho digno. O grupo Pão e Ponto localiza-se na ocupação denominada Estação dos Ventos,

na Vila Schirmer, em Santa Maria - RS. Atualmente conta com 25 mulheres moradoras da localidade.

- PÃES E LANCHES

o empreendimento tem como finalidade a elaboração e a comercialização de produtos alimentícios voltados primordialmente para a panificação básica e lanches. Sua produção se dará de forma coletiva, cooperada e autogestionária, proporcionando assim um acréscimo na renda familiar e contribuindo na melhoria da qualidade de vida das mulheres participantes. O grupo é formado por mulheres moradoras da Vila Jardim e Aparício de Moraes, localidades situadas no Bairro Camobi, em Santa Maria – RS, e são em torno de 10 trabalhadoras.

- SANTA MARIA FEITA À MÃO

o grupo visa à produção de objetos artesanais com identidade iconográfica que remeta à Região Central do Rio Grande do Sul, para serem comercializados como souvenirs, obtendo sua inserção por meio do fortalecimento do mercado turístico na região. Esses produtos podem se tornar um importante vetor de desenvolvimento local, ao ampliarem a autoestima e incorporarem uma identidade regional que poderá ser reconhecida pelo circuito de consumidores e visitantes da Região. O grupo é composto por artesãos cooperativados do Projeto Esperança-Coesperança, que trabalham com a fabricação de artesanato. Atualmente, são 10 artesãos.

- ERVATEIRA GUARANI

este empreendimento visa à criação de uma ervateira, na Aldeia Guaviraty – Santa Maria/RS, e tem por objetivo produzir de maneira tradicional, ecológica e sustentável a Erva-Mate para o chimarrão, podendo ser usada também como matéria-prima na produção de alimentos, bebidas e cosméticos. Pretende-se agregar novidades tecnológicas e sociais no processo de fabricação do extrato da Erva-Mate, buscando-se através do trabalho

autogestionário o desenvolvimento econômico e a diminuição dos índices de pobreza das famílias guaranis. O grupo é constituído por aproximadamente 27 famílias, moradoras da Aldeia Indígena Guarani Mbyá Guaviraty em Santa Maria-RS.

- BIRÔ DE EMPREENDEDORISMO CULTURAL

o empreendimento pretende criar um polo de formação de empreendimentos culturais em Santa Maria e região. Também pretende contribuir para o desenvolvimento eficaz dos negócios/projetos na área cultural, incentivando a cultura local e a promoção de cidadania. Objetiva a formação de gestores culturais, transferindo conhecimentos técnicos e administrativos na área de gestão cultural, criação, organização e desenvolvimento de projetos, captação de recursos e formações específicas no campo cultural. Esse empreendimento envolverá diversos profissionais da área cultural e promoverá a transferência de conhecimentos para vários grupos sociais de Santa Maria e região, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho ocupa uma centralidade na forma de organização e socialização dos sujeitos, posto que é por meio desse que o homem se relaciona com a natureza e a transforma. As últimas décadas do século XX foram marcadas por intensas transformações no processo de trabalho decorrente da reestruturação do capitalismo. Essa reestruturação foi marcada pelo desenvolvimento da robótica, automação e micro-eletrônica, criando uma massa de trabalhadores considerados “sobrantes” pelo capital.

Frente a este contexto social e econômico, bem como cultural, emergem na década de 1980 do século XX experiências coletivas e solidárias de geração de trabalho e renda, seguidas posteriormente pela criação das incubadoras universitárias. Destaca-se, como já afirmado, que por meio da Incubadora Social da UFSM pretende-se alavancar os Empreendimentos Econômicos Solidários.

Em relação à Economia Solidária, pode-se mencionar que ela consiste em um tipo de empreendimento que está em processo de criação contínua pelos trabalhadores (SINGER; SOUZA, 2003). Formada por associações, cooperativas e grupos informais, abrange uma realidade muito diversificada, originada por motivações e iniciativas com origens e naturezas distintas, peculiares a cada região e circunstância (GAIGER, 2003). O processo de trabalho existente nestes empreendimentos coletivos pode ser desenvolvido por meio da autogestão, igualdade, participação e democracia, trazendo consigo características de economia e de solidariedade entre os trabalhadores (RAZETO, 2001).

A partir do ano de 2003, o Governo Federal, através da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, tornou a Economia Solidária integrante da agenda pública brasileira. Diante disso, o Governo Federal com o objetivo de fortalecer e promover empreendimentos solidários e econômicos criou no Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, tendo em vista a criação do primeiro programa de geração de renda no Brasil em âmbito federal. A SENAES tem como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional. A SENAES é encarregada de coordenar o Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC. Esse programa foi criado em 1997, vinculado à Financiadora de Estudos e Projetos, Fundação Banco do Brasil e Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional,

que visavam apoiar as primeiras incubadoras universitárias. O objetivo do PRONINC (PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS, 2009) consiste em apoiar a consolidação e ampliação das incubadoras universitárias, de modo a favorecer a criação e o acompanhamento de novas experiências coletivas, principalmente por meio do fortalecimento destes empreendimentos, em parceria com outros órgãos federais.

No Brasil, o Estado do Rio Grande do Sul é historicamente considerado um dos principais lócus de experiências coletivas de geração de trabalho e renda. Considerando-se os dados obtidos pelo mapeamento realizado pela SENAES no ano de 2007, constatou-se que dos 21.857 empreendimentos no Brasil, 2.085 localizam-se no Rio Grande do Sul, totalizando quase 10% dos empreendimentos averiguados (GOERCK, 2009). Localizada no referido Estado, a cidade de Santa Maria é considerada um dos polos de Economia Solidária no Brasil e América Latina, tanto pela quantidade de experiências coletivas existentes, bem como pelo protagonismo na realização de Feiras e Fóruns.

As Feiras de Economia Solidária configuram-se como importantes estratégias de comercialização direta e espaço de trocas solidárias. Deste modo, por meio do Projeto Esperança/COOESPERANÇA são realizadas diversas feiras, posto que a cidade é sede dos maiores eventos, no que tange a esta área temática, como a Feira Internacional de Economia Solidária, do Mercosul e da América Latina, bem como fóruns estaduais e regionais, o que caracteriza Santa Maria/RS como um marco de referência para a Economia Solidária.

Apesar de ser considerado um polo de Economia Solidária, os empreendimentos econômicos solidários existentes em Santa Maria encontram-se ainda em fase incipiente de organização. Esta incipiência decorre do fato de haver poucas instituições que prestam assessoria a esses empreendimentos, seja pela dificuldade na obtenção de recursos ou na elaboração de projetos técnicos

para participar de editais públicos. Salienta-se a importância do apoio das universidades, agências de fomentos ou de órgãos públicos para este tipo de atividade, pois o processo de incubagem de empreendimentos de geração de renda é desenvolvido com os sujeitos que vivenciam as manifestações de desigualdade da questão social e que estão em situação de vulnerabilidade social – realidade esta também existente na Região Central do RS.

Entre as estratégias está o incentivo ao desenvolvimento sustentável que reduz a desigualdade regional, sem prejuízo da diversidade por meio da exploração de bens, serviços e conteúdos culturais, bem como realiza programas de desenvolvimento sustentável que objetivam a preservação da diversidade e do patrimônio cultural, a geração de renda e o aprimoramento contínuo de cursos de formação, fomentando a criação de incubadoras de EES's. Essas atividades culturais podem ser voltadas também para que esses empreendimentos sejam viáveis economicamente e que possibilitem promover a sustentabilidade social e ambiental, fundamental ao desenvolvimento de novas tecnologias, entre elas a tecnologia social.

Frente a esse contexto, a UFSM passou, durante o ano de 2011, a colher subsídios, estabelecer fóruns de debates e elaborar uma proposta própria de incubadora social, tendo como perspectiva atender as demandas da comunidade local e regional. Buscou consonância com o prescrito por Eid (2004) como finalidade das Incubadoras Sociais ou Incubadoras Universitárias, ou seja, atuar por meio da prestação de assessoria técnica, administrativa e organizativa de forma integrada e contínua, visando [...] o fortalecimento local de comunidades, municípios e cidades, através da formação de empreendedores e da geração de empreendimentos com uso de tecnologia social [...], criando um ambiente que beneficia toda comunidade em diversos aspectos, principalmente na qualidade de vida, cidadania e visão de mundo (INSTITUTO GÊNESIS, 2008, p. 01).

É importante salientar a diferença existente entre uma incubadora social e uma incubadora tecnológica. Enquanto as incubadoras sociais objetivam o fortalecimento de empreendimentos populares, utilizando saberes populares e tecnologias sociais, as incubadoras tecnológicas visam o crescimento de novos empreendimentos em áreas de tecnologia de ponta. Outra diferença está atrelada aos objetivos da incubação, em que as incubadoras sociais buscam apoiar grupos de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, assessorando-os e disponibilizando a infraestrutura necessária, de forma integrada e contínua para o desenvolvimento do empreendimento.

No que se relaciona ao trabalho que é desenvolvido pelas incubadoras sociais, pode-se salientar que a mesma objetiva a conciliação entre o saber popular e o saber técnico-científico, conciliando ensino, pesquisa e extensão. O trabalho de incubação busca a inserção socioeconômica de sujeitos que estão à margem do mercado formal de trabalho e contribui com o desenvolvimento sustentável local e regional. Salienta-se ainda que o processo de incubação objetiva formalizar e legalizar as experiências informais de trabalho, transformando-as em associações e/ou cooperativas.

Nas incubadoras sociais, o processo de incubação dos empreendimentos é comumente utilizado para assessorar grupos frágeis socioeconomicamente, sem condições de inovações e dificuldades de inserção no mercado, aspectos necessários para a viabilidade dos empreendimentos e, conseqüentemente, sua sobrevivência. Destaca-se, portanto, o papel das incubadoras no fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais por meio da inovação para esses grupos.

As cadeias produtivas envolvem ao longo do processo (da produção ao consumo) a formação de redes de cooperação, essenciais para a economia solidária. Pode-se reconhecer cadeias produtivas locais ou regionais a partir de aspectos como: existência

na região de atividades produtivas com características comuns e existência de infra-estrutura tecnológica significativa, ou seja, centros de capacitação profissional, de pesquisa, etc. (por exemplo, as incubadoras) (SIES, 2007, p. 33).

A incubadora, a partir do fortalecimento das cadeias produtivas, pode contribuir para o processo de distribuição e comercialização dos produtos e serviços gerados pelas experiências de Economia Popular Solidária, contribuindo também para a competitividade dos mesmos (SIES, 2007). O papel da Universidade no fortalecimento das cadeias produtivas se dá por meio da inovação e fortalecimento dos empreendimentos.

Por intermédio da geração de trabalho e renda, inova-se, criando objetos ou métodos diferenciados, de forma sustentável, para suprir as necessidades presentes sem prejudicar as gerações futuras, possibilitando a elaboração de conhecimentos necessários mediante o constante intercâmbio entre universidade e comunidade, visando fomentar os empreendimentos existentes. Inovar é fazer mais com menos recursos e contribuir na construção da sustentabilidade, a qual é frequentemente “utilizada para tratar de problemas ambientais ou socioambientais” (COSTA NETO, 2009, p. 75), embora tenha também de dar conta das dimensões socioeconômica e cultural. Inovação pode ser considerada a introdução de um novo bem, um produto que os consumidores ainda não estão familiarizados ou uma nova qualidade; e também a aplicação de uma nova metodologia, seja de produto ou de processo, e pode acarretar uma nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria, a abertura de um novo nicho de mercado, a conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, podendo ser, também, uma nova organização de qualquer empreendimento (GALVÃO, 2004). Portanto, as inovações podem proporcionar “novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte novos produtos, processos ou serviços” (BRASIL, 2004, p. 1).

Uma das principais atuações de uma incubadora social consiste no desenvolvimento e utilização de tecnologias sociais. Estas correspondem a um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”. A tecnologia social, para Dagnino (2009, p. 315), pode ser entendida também “como resultado da ação de um coletivo de produtores sobre determinado processo de trabalho engendrado pela propriedade coletiva dos meios de produção, pelo controle autogestionário e pela cooperação voluntária e participativa, permitindo a redução do tempo necessário à fabricação dos produtos e a repartição concertada dos resultados”. O autor apresenta ainda que a tecnologia social se constitui por “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”, ou seja, não só produtos e técnicas, mas metodologias que possibilitam a inclusão social dos sujeitos envolvidos com a Economia Popular Solidária, Agroindústrias e Projetos Culturais que visam à geração de trabalho e renda.

As tecnologias sociais são fomentadas não somente por Incubadoras Sociais, mas por outras instituições públicas estatais e não-estatais, como a Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, que proporciona prêmios a Instituições que utilizam tecnologia social em sua implementação ou implantação. Os empreendimentos que empregam a tecnologia social, fomentada pela fundação citada, vêm dos mais diversos segmentos, como artesanato, plantas medicinais como alternativa de inclusão social, metodologias para construção de Redes Associativas, entre outras.

Por fim, cabe salientar que a importância da extensão universitária se dá, sobretudo, na construção de conexões que possam ampliar o leque de contribuições recíprocas entre as comunidades internas e externas à UFSM. Neste sentido, além da possibilidade do fomento aos segmentos prioritários a serem

beneficiados pela Incubadora Social, esta deve ser considerada como um espaço necessário, interessante e privilegiado na formação acadêmica dos alunos da universidade, no intuito de proporcionar contato crítico e reflexivo com a realidade, contribuindo em patamares qualitativos para uma melhor formação profissional e cidadã dos discentes, conforme os preceitos que constam na atual Política Nacional de Extensão Universitária.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A cidade de Santa Maria-RS é reconhecidamente um dos principais polos de geração de trabalho e renda por meio de economia popular e solidária no Brasil e na América Latina, onde vem ocorrendo conjunta e anualmente a Feira de Economia Solidária do Mercosul, a Feira Nacional de Economia Solidária e a Feira Estadual do Cooperativismo, organizadas pelo projeto Esperança/Cooesperança com apoio e participação da UFSM. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ao assumir o compromisso social de elaborar e transferir tecnologias para o desenvolvimento regional, incluiu em seu plano de desenvolvimento institucional a criação da Incubadora Social (IS/UFSM) para atender às demandas de um público em situação de vulnerabilidade socioeconômica e potencializar as experiências em economia solidária e empreendimentos sociais, buscando estabelecer sinergias com as iniciativas de outros atores neste âmbito, com o intuito último de promover o desenvolvimento humano e social na região. Desse modo a Incubadora Social da UFSM, que iniciou o seu processo de implementação ainda no ano de 2011 por meio da elaboração de um projeto que lhe deu origem e permitiu lançar o primeiro edital para acolher EES's, foi

efetivamente implantada em 22.10.2012. Recentemente concorreu no edital MCT/SECIS/TEM/SENAES/CNPq nº 89/2013 e, com o aporte financeiro, tem conseguido trabalhar com vistas à viabilização e à consolidação dos empreendimentos incubados na IS/UFSM, considerando de sua alta relevância social.

JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal de Santa Maria, ao longo das últimas décadas, vem se constituindo em importante motor do desenvolvimento socioeconômico do município de Santa Maria e região central do RS. Em seu Plano de Gestão, que visa orientar o desenvolvimento institucional, foram traçadas linhas estratégicas que servirão de elo entre as diversas áreas de atuação da Universidade e a sua missão, visão e valores. Entre essas linhas está o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão e gestão com foco na inovação e sustentabilidade, tendo entre suas finalidades (...) “buscar o incremento da capacidade de liderança da UFSM para a inovação científica e tecnológica, assim como para a difusão e sedimentação dos conhecimentos e tecnologias na sociedade” (PLANO DE GESTÃO 2010/2013, p. 29). Seguindo essas diretrizes, a Pró-Reitoria de Extensão da UFSM implantou em 22 de Outubro de 2012 a incubadora Social da UFSM - IS/UFSM.

Em dezembro de 2012 foram selecionados, por meio de Chamada Pública, os EES's para serem organizados, viabilizados e consolidados dentro da IS/UFSM, objetivando a geração de trabalho, renda e inclusão social para os participantes.

Por meio da incubação e dos recursos oriundos deste edital, pretende-se atender de modo mais qualificado cinco

grupos que já estão inscritos na IS/UFSM e buscar a ampliação do atendimento ao público de interesse da IS/UFSM, almejando com isso melhores oportunidades de uma efetiva reinserção social para este público.

Ressalta-se que, por ocasião da chamada pública de seleção de empreendimento sociais da IS/UFSM, vários grupos/projetos manifestaram interesse em fazer parte da IS/UFSM e um expressivo número se inscreveu no processo seletivo para o processo de pré-incubação. Isso demonstra a relevância e o impacto social positivo que a linha de trabalho da Incubadora Social da UFSM representa no município, que apresenta uma demanda represada. Considerando que nem todos os empreendimentos inscritos tiveram a oportunidade de serem atendidos pela IS/UFSM, é necessário ampliar o atendimento à comunidade, o que pode ser feito com recursos captados por este edital. Cabe mencionar que para a fase mais custosa relativa à incubação propriamente dita, até 2015, não há garantia de recursos, o que pode ser um limitante à ação da IS/UFSM. Tais recursos, caso obtidos, permitiriam aumentar e qualificar a capacidade operacional de atendimento da IS/UFSM, seja proporcionando aporte melhor qualificado aos grupos selecionados, que assim podem se consolidar e emancipar mais celeremente, abrindo espaço para outros, seja na preparação e organização de grupos para participarem do próximo edital da IS/UFSM.

Essa consolidação e ampliação qualificada da atuação da IS/UFSM, possível de ser efetuada via recursos deste edital, apresenta alta relevância e significado social em face dos indicadores de desenvolvimento do município onde se insere. Analisando-se os dados demográficos do município de Santa Maria /RS – cidade sede da IS/UFSM –, é possível observar algumas disparidades em relação à realidade estadual e nacional. É necessário destacar que Santa Maria é o município do Estado do Rio Grande do Sul que apresenta o quarto menor PIB per capita

entre os municípios gaúchos com mais de 100 mil habitantes, com média de R\$ 12.854,96. Estes dados revelam uma situação desfavorável do município em relação à realidade nacional, posto que esta apresenta renda per capita de R\$ 19.590,00, de acordo com dados do senso IBGE (2010). Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (2010), em Santa Maria os serviços representam 45,74% das vagas formais de trabalho, porém a remuneração média nesse setor no município é de R\$ 690,02, a terceira menor no estado considerando os municípios com mais de 100 mil habitantes. Essa situação estende-se também para o comércio, que representa 26,85% das vagas de emprego na cidade.

Cabe ressaltar que em Santa Maria existe uma contradição nos aspectos que envolvem qualificação, trabalho e rendimento. Santa Maria está acima da média dos demais municípios, pois quanto ao índice de educação, fica em 5º lugar no Estado entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, com um índice de 90,9. Entretanto, o maior acesso da população à educação não tem refletido em aumento da renda per capita por ocupação formal das vagas de trabalho. Baseando-se nos índices da População Economicamente Ativa e no Número de Empregos Formais, o município de Santa Maria possuía, ao final de 2010, uma Taxa de Desemprego de 7,4%. Esse número pode ser considerado relativamente alto, visto que a Taxa de Desemprego no Brasil, no mesmo ano, era de 6,8%.

Os dados utilizados pelo sistema de Evolução de Emprego do CAGED (EEC) indicam que, dentro do período de Março de 2011 a Março de 2012, foram criadas 2.852 vagas de emprego formal. Entretanto, estima-se que 6.630 pessoas tenham adquirido diploma de nível superior em Santa Maria no mesmo período e estariam aptas a entrar no mercado de trabalho. Cabe destacar, ainda, a estimativa de que em Santa Maria existam 35.000 trabalhadores informais, ou seja, 13,4% da população,

considerando uma população atual de 261.031 habitantes (IBGE, senso 2010).

Outro aspecto importante que justifica a necessidade de apoio deste edital a este projeto refere-se ao significativo número de empreendimentos coletivos e solidários no município que necessitam de atendimento, tendo em vista que o mapeamento de Empreendimentos Econômicos e Solidários realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) identificou a existência de 160 grupos no município. Como apontado, portanto, em face dos indicadores sociais do município, com expressivos grupos em situação de vulnerabilidade social, a implementação de um programa capaz de dar condições de consolidar e ampliar o escopo das ações vinculadas à IS-UFSM será de grande significação para esse público, que passará a se beneficiar mais direta e efetivamente dos conhecimentos produzidos e da finalidade da Universidade Pública, posto que sua finalidade última consiste em produzir conhecimento científico que promova o desenvolvimento da sociedade. O apoio do ente governamental, neste caso, através dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Ciência, Tecnologia e Inovação e do CNPq, tornou-se fundamental para a superação dos enormes obstáculos e desafios desta tarefa: promover inclusão social e melhoria de condições de vida mediante diálogos de saberes e multidisciplinares, integrando neste processo ensino, pesquisa e extensão.

Ademais, os claros benefícios sociais, calcados nas possibilidades de inclusão socioeconômica de grupos em situação de vulnerabilidade é outro aspecto relevante e que justifica a importância da efetivação do programa, bem como a integração da pesquisa, do ensino e da extensão na incubação de empreendimentos sociais.

A IS/UFSM pretende se tornar um efetivo espaço dentro da universidade, onde docentes, pesquisadores, alunos e demais profissionais, em conjunto com os sujeitos dos empreendimentos

incubados, vão elaborar conhecimentos, desenvolver estudos e trabalhos, resolver problemas, sistematizar experiências e intercambiar técnicas e saberes, com base em metodologias participativas e dialógicas, capazes de produzir, aplicar e difundir novas tecnologias sociais, avançando, assim, na consolidação e promoção dos princípios da economia solidária e do ideário do desenvolvimento sustentável.

ESTRATÉGIAS, AÇÕES, ATIVIDADES E ACOMPANHAMENTO

Destaca-se que os empreendimentos ora incubados na IS-UFSM estão atualmente em fase de incubação, em sua maioria, necessitando de assessorias especializadas para estabelecerem autonomia e o planejamento necessário para avançar à fase seguinte de pós-incubação.

Em relação ao trabalho de incubação e assessoria aos empreendimentos sociais, pode-se salientar que o mesmo objetiva a conciliação entre o saber popular e o saber técnico-científico. Outro aspecto relevante, no que tange à elaboração e sistematizações sobre a metodologia de incubação, é a necessária disposição assumida nesta proposta de articular a pesquisa, o ensino e a extensão no processo de incubagem. Estudantes, professores e técnicos podem se engajar na formação acadêmica, podendo a incubadora se constituir em um dos espaços de aprendizagem e de reflexão teórico-prática. Por meio desta proposta pretende-se dialogar e desenvolver atividades em parceria com as instituições locais e regionais privadas, das sociedades civil e pública – entre elas a Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS, a Cooesperança, etc.

O processo de incubação desenvolvido é ainda um trabalho recente, não existindo receitas prontas ou fórmulas acabadas de realizá-lo, ou seja, é necessário observar as demandas específicas de cada grupo e local de atuação. É por meio da práxis social e do contínuo processo de reflexão crítica sobre o trabalho/assessoria que vem sendo desenvolvido, que vão sendo criadas metodologias, processos, práticas, técnicas e tecnologias sociais que, no conjunto, promovem a incubação. Pretende-se, a partir da implementação deste trabalho, definir uma metodologia de incubação adequado ao desenvolvimento territorial e regional.

Conforme a literatura, a incubação consiste numa assessoria voltada às necessidades das experiências incubadas.

[...] a assessoria está voltada para a busca de totalização no processo de prática no sentido de apontar, resgatar e trabalhar as deficiências, os limites, recursos e possibilidade da equipe, socializando conteúdos, instrumentos de indagação e análise, e também produzindo estudos e análises que a equipe não está preparada e nem é seu papel realizar, tendo em vista as respostas concretas e imediatas que precisa dar às demandas que a realidade põe à sua ação (VASCONCELOS, 1998, p. 132-133).

A assessoria pode ser entendida como uma forma de acompanhamento e monitoramento de uma determinada demanda, presencial ou à distância, em que o assessor normalmente não tem vínculo permanente com o local da prestação e realização desse trabalho. Comumente é solicitada pelos representantes da gestão da experiência coletiva, quando se percebe a necessidade da atuação de profissionais de dada área para amparar ou solidificar o empreendimento.

Pode-se, entretanto, sistematizar o processo de incubação ou assessoria, em três ciclos: a pré-incubação, a incubação e a pós-incubação (EID, 2004). O ciclo de pré-incubação consiste na fase

em que as experiências, através de seus representantes, solicitam o processo de incubação. Num primeiro momento é realizada uma visita ao empreendimento coletivo ou individual, esclarecendo aos integrantes sobre o significado da incubadora, bem como sobre a possível assessoria. Após o comprometimento e interesse da experiência coletiva passa a ser desenvolvido um diagnóstico sobre o empreendimento e seus integrantes, em que serão identificadas as potencialidades, necessidades e possibilidades do grupo, bem como as expectativas dos trabalhadores em relação ao mesmo (EID, 2004).

A incubação tem continuidade – após o aceite das experiências e da incubadora – por intermédio de um planejamento participativo, que determina as ações desenvolvidas, tanto pela incubadora como pelas experiências incubadas. São realizadas reuniões e demais formas de acompanhamento das experiências. Mediante esse acompanhamento contínuo do empreendimento por assessores técnicos, são desenvolvidas atividades como oficinas, reuniões e encontros para a qualificação dos trabalhadores assessorados. Em seguida é desenvolvida a etapa da assessoria, que envolve a análise social, administrativa, ambiental e mercadológica (comunicação e marketing) e demais necessidades advindas das experiências coletivas, objetivando a sua viabilidade (EID, 2004).

No ciclo de incubação são ofertados oficinas e cursos específicos, para atender as demandas pontuais de qualificação do trabalho de cada empreendimento incubado. Após a realização das capacitações, são feitas reuniões de autoavaliação entre os membros da equipe de assessoria técnica a fim de discutir o processo de capacitação. Por fim ocorre o período de pós-incubação, que consiste na realização de ações pontuais relacionadas às atividades desenvolvidas pela equipe técnica. Nessa etapa a incubadora terá um papel de aconselhamento e de proposições de decisões estratégicas para a autonomia dos empreendimentos (EID, 2004). Também se deve realizar um novo

diagnóstico das experiências incubadas, que poderá prospectar as ações futuras dos empreendimentos efetuados.

Observa-se também que em todas as etapas deverão ser desenvolvidas reuniões de monitoramento e avaliação, ou seja, de uma avaliação crítica do trabalho que está sendo realizado. No término do processo de incubação o impacto e a relevância da assessoria serão avaliados pelo público envolvido, mediante a aplicação de questionário qualitativo, que contemplará os objetivos previstos e as respectivas atividades. Esse processo de monitoramento e avaliação será realizado para qualificar o trabalho, abordando e refletindo sobre os seus limites e possibilidades de melhorias.

As atividades que compõem o processo de Incubação serão desenvolvidas junto à IS da Universidade, espaço esse que é a sede de alguns empreendimentos no período do assessoramento e acompanhamento. Neste local os empreendimentos poderão desenvolver suas atividades de produção, aprimoramento da comercialização, da prestação de serviços e de suas outras ações através de cursos, qualificações e orientações práticas que serão desenvolvidas pela equipe da IS/UFSM. A Pró-Reitoria de Extensão da UFSM acompanhará, juntamente com a equipe de coordenação da Incubadora Social, o andamento geral das atividades, por meio de reuniões, relatórios e visitas institucionais desenvolvidas nos empreendimentos coletivos.

Essas ações de incubação também serão desenvolvidas com os empreendimentos nas suas próprias sedes ou espaços de organização – levando o trabalho de incubação até a comunidade onde residem os integrantes das iniciativas. Tal prática é inovadora em relação às atuais iniciativas de tecnologias sociais, bem como propicia, aportes de conhecimento da Universidade nos locais onde estão em desenvolvimento suas atividades. Afora isso, dependendo de cada caso, serão realizadas ações/atividades à distância, por meio das ferramentas atualmente disponíveis na UFSM através de seu Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE).

REFERÊNCIAS

COSTA NETO, Canrobert. Agricultura não convencional, biodiversidade e sustentabilidade: a alternativa agroecológica. In.: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (Orgs). **Desenvolvimento Rural: Tendências e Debates Contemporâneos**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2009. p. 113-138.

DAGNINO, Renato. Tecnologias Sociais. In.: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

EID, Farid. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologia de incubação de EES. In.: PICANÇO, Iraci; TIRIBA, Lia (Orgs). **Trabalho e Educação**. Aparecida, SP: Idéias& Letras, 2004. p. 167-188.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística**. Disponível em: Acesso em: 14 de fevereiro 2013.

GALVÃO, Antônio Carlos Figueira. **Política de Desenvolvimento Regional e Inovação: Lições da Experiência Européia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GAIGER, Luís Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In.: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 267-286.

GOERCK, Caroline. Programa de Economia Solidária: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social (Tese de Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**

Disponível em: Acesso em: 18 de Fevereiro de 2013.

INSTITUTO GÊNESIS. **O que é a Incubadora Social?**

Disponível em: . Acesso em: 23 dez. 2008.

PLANO DE GESTÃO da Universidade Federal de Santa Maria (2010-2013).

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In.: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.).

Educação comunitária e economia popular. 3. ed. São Paulo: Cortez,2001.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A Economia Solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 56. São Paulo: Cortez, 1998.



REDE DE COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO: APRENDIZAGENS COLETIVAS

Graziella Costa Emmert¹
Angelique J. W. M. van Zeeland²

RESUMO

Este artigo aborda o processo de construção de uma rede de comércio justo e solidário. O artigo tem por objetivo identificar e sistematizar os principais fatores que contribuem para a sustentabilidade de práticas de comércio justo e solidário envolvendo empreendimentos econômicos solidários. Conforme mapeamento de economia solidária realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, a maioria dos empreendimentos econômicos solidários menciona como dificuldade a comercialização. Dessa forma partimos da hipótese que a articulação dos empreendimentos econômicos solidários em rede possibilita a construção de parcerias para ampliar a comercialização. O artigo examina vários aspectos tais como a gestão compartilhada, a comercialização solidária e os processos

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil/ULBRA/Canoas, assessora técnica da Fundação Luterana de Diaconia. E-mail: graziella@fld.com.br.

² Mestra em Economia, doutoranda em Economia em Desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, assessora programática da Fundação Luterana de Diaconia, membro do Conselho Nacional de Economia Solidária e do Conselho da Aliança ACT. E-mail: angelique@fld.com.br.

de formação e de aprendizagem coletiva dos diversos atores envolvidos. O artigo finaliza com algumas considerações sobre os avanços e desafios que se apresentam para as práticas de comércio justo e solidário.

Palavras-chave: Comércio justo e solidário. Economia solidária. Redes.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o processo de construção da rede de comércio justo e solidário, iniciado em 2012, que compreende empreendimentos econômicos solidários (EES) de diversos segmentos e de diversos estados brasileiros. O artigo tem por objetivo identificar e sistematizar os principais fatores que contribuem para a sustentabilidade de práticas de comércio justo e solidário envolvendo EES.

O primeiro mapeamento de economia solidária, realizado entre 2005 e 2007, pela Comissão Gestora Nacional do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)³ apresenta como principal desafio, mencionado por 68% dos EES, a dificuldade na comercialização (SENAES, 2007). No segundo mapeamento de economia solidária, realizado entre 2010 e 2013, os EES no Rio Grande do Sul declararam como principais desafios gerar renda adequada para as sócias e os sócios (69,5%) e viabilizar economicamente o EES (57%). (SESAMPE, 2013). A comercialização é um importante componente para a viabilidade econômica e para a geração de renda.

³ A Comissão Gestora do SIES é composto pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, além de outros órgãos governamentais.

No período de 2000 a 2015⁴, o Programa de Pequenos Projetos da Fundação Luterana de Diaconia (FLD)⁵ apoiou 196 projetos de EES, muitas vezes o primeiro projeto de grupos comunitários de atores emergentes, em busca de uma chance de estruturar melhor seu trabalho. O objetivo é o fortalecimento dos EES, do trabalho em rede e da incidência em políticas públicas voltadas para a promoção de justiça econômica e de transformação social. A maioria dos projetos apoiados está localizada na região Sul do Brasil, respectivamente 64%, seguida pela região Sudeste (18%), região Norte (8%), região Nordeste (3%), Centro Oeste (3%) e em âmbito nacional (4%) (ZEELAND, 2014^a). No acompanhamento a esses projetos, constatou-se que a comercialização é um dos grandes desafios dos EES para garantir sua sustentabilidade, assim como o potencial do trabalho em rede, entre os EES, tanto de um mesmo setor, quanto de vários setores, para a produção coletiva e para a comercialização solidária⁶.

Dessa forma foi formulada a hipótese que a articulação dos empreendimentos econômicos solidários em rede possibilita a construção de parcerias para ampliar a comercialização. Após uma breve apresentação do conceito de economia solidária e da trajetória do comércio justo em nível internacional e a construção do sistema nacional de comércio justo e solidário no Brasil, serão examinados vários aspectos, a partir da experiência da Rede de Comércio Justo e Solidário formado em 2012, tais como a gestão compartilhada, a comercialização solidária e os processos de formação e de aprendizagem coletiva dos diversos atores envolvidos.

⁴ Uma análise aprofundada foi publicada em 2014; esses dados foram atualizados até junho de 2015, através do banco de dados do Programa de Pequenos Projetos da Fundação Luterana de Diaconia.

⁵ A Fundação Luterana de Diaconia, criada em 2000, desenvolve iniciativas, como o Programa de Pequenos Projetos, a exposição Nem Tão Doce Lar, a Rede de Diaconia, o Projeto Pampa, o Projeto Catadoras e Catadores em Rede, em parceria com organizações e movimentos sociais. Disponível em: <www.fld.com.br>.

⁶ Relatório do Encontro Sustentabilidade das Iniciativas Comunitárias de Trabalho e Renda, promovida pela FLD em parceria com o Núcleo de Economia Alternativa da UFRGS, em 18 de novembro de 2009.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

O termo economia solidária refere-se às formas de produção e de troca que visam satisfazer as necessidades humanas, aumentar a resiliência e expandir as capacidades humanas, através de relações sociais com base em diferentes graus de cooperação, de associação e de solidariedade.

Desde a década de 1990, há uma literatura crescente em relação à economia solidária. A economia solidária surge como uma resposta à pobreza e à desigualdade. Luis Razeto aborda a racionalidade especial da economia de solidariedade.

Concebemos a economia de solidariedade como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. –, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (RAZETO, 1993, p. 40).

Essas iniciativas são desenhadas para atender uma escala de necessidades específicas, como segurança alimentar, moradia, educação, saúde e geração de trabalho e renda e focam na melhoria das condições de vida dos membros e suas famílias. Paul Singer (2000) reforça que a economia solidária é um processo continuado de criação pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores, na sua luta contra o capitalismo, para mudar as relações econômicas injustas e exploradoras. A solidariedade é o aspecto mais importante dessa práxis econômica e se expressa, entre outros, na propriedade coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; gestão democrática e distribuição da receita líquida e das sobras entre os membros. José Luis Coraggio (2007) define

a economia social e solidária como “práticas econômicas de ação transformadora”. O objetivo principal é criar um sistema socioeconômico, organizado pelo princípio da “reprodução ampliada da vida de todos os cidadãos-trabalhadores, em contraposição ao princípio da acumulação do capital”, gerado a partir da economia mista atualmente existente (CORAGGIO, 2007, p. 37). Ash Amin (2009) destaca o aspecto da comunidade: a economia solidária mobiliza capacidades e recursos locais, com base na mobilização popular para atender às necessidades locais e sociais, bem como o desenvolvimento humano.

A participação é uma característica importante da economia solidária, que se expressa nos padrões sociais, econômicos e produtivos, bem como nas formas de organização dos empreendimentos econômicos solidários. Também é fundamental para o processo de tomada de decisões em relação a políticas públicas, com base na ideia de inclusão das pessoas mais afetadas pelas intervenções e respectiva política (ZEELAND, 2014b).

As iniciativas da economia solidária têm como objetivo a sustentação da vida de trabalhadoras e trabalhadores e suas famílias e seguem uma lógica diferente das empresas capitalistas, que são voltadas para o lucro. Essa lógica se expressa nos princípios norteadores dos empreendimentos econômicos solidários: viabilidade econômica associativa, autogestão, cooperação, solidariedade e bem-viver. Esses princípios podem ser encontrados no Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2008.

Atender simultaneamente esses princípios coloca grandes desafios para os EES. A economia solidária se caracteriza como uma prática social transformadora, que contém potencialidades emancipatórias para o fortalecimento da cidadania e visa um projeto de transformação social e de desenvolvimento humano e sustentável.

COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO: TRAJETÓRIA NACIONAL E INTERNACIONAL

O comércio justo, *Fair Trade*, tem uma história de aproximadamente 60 anos: começou na década de 1950, em diversos países de Europa e nos EUA. O comércio justo surge como uma nova proposta de produção e consumo, baseado em relações justas e solidárias, fazendo um enfrentamento ao modelo capitalista vigente.

Consta na carta de princípios da Organização Mundial do Comércio Justo:

El movimiento de Comercio Justo comparte una visión del mundo donde la justicia y el desarrollo sostenible se encuentran en el corazón de las estructuras y prácticas de comercio, para que todo el mundo, con su trabajo, puede tener un salario decente y digno y desarrollar su potencial humano en su totalidad. (WFTO; FLO, 2009, p. 5).

Nas décadas de 1980 e 1990 surgem organizações certificadoras de comércio justo, sendo o café o primeiro produto a receber a certificação. No decorrer desse processo, surgem instituições que unem as diversas organizações de comércio justo, como a International Fair Trade Association (IFAT), Network of European WorldShops (NEWS) e a Fairtrade Labelling Organizations International (FLO).

A partir dos anos 2000 surgem os sistemas nacionais de comércio justo nos países do Sul, baseado nos princípios da economia solidária. Nessa perspectiva são abordadas as novas dinâmicas e estratégias desenvolvidas pelas organizações de produtores e rede de atores dos países do sul. De acordo com

Arturo Palma Torres e Rosemary Gomes (2008, p. 114), isto resulta em “la necesidad de redefinir relaciones entre las organizaciones del Comercio Justo del Norte y del Sur”.

No Brasil, o comércio justo e solidário surge nos espaços de construção da economia solidária. Em 2001 surgiu a Plataforma Faces do Brasil, constituída por organizações da sociedade civil que atuam na área de economia solidária. O comércio justo e solidário se orienta pelos seguintes princípios: fortalecimento da democracia; garantia de condições justas de produção e de trabalho; respeito ao meio ambiente; respeito aos direitos das mulheres e das crianças; garantia de informação ao consumidor, primando pela transparência e pela educação para o consumo responsável e estímulo à integração dos elos da cadeia produtiva (FACES DO BRASIL, 2009).

O Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010, institui o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS), promovendo o comércio justo e solidário, definido como: “a prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e solidariedade realizada pelos empreendimentos econômicos solidários”. Entre seus objetivos está favorecer a prática do preço justo, tanto para quem produz, quanto para quem comercializa e consome, sendo assim definido: “preço justo: é a definição de valor do produto ou serviço, construído a partir do diálogo, da transparência e da efetiva participação de todos os agentes envolvidos na sua composição que resulte em distribuição equânime do ganho na cadeia produtiva.” (BRASIL, 2010). Outros objetivos são fomentar a melhoria das condições de comercialização dos EES e apoiar processos de educação para o consumo, estimulando hábitos sustentáveis. O SCJS conta com uma Comissão Gestora Nacional, que tem entre suas atribuições subsidiar o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) em relação ao SCJS. A estruturação do serviço da certificação solidária é uma parte importante na organização do SCJS. A Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, nº 1780 de 19 de novembro

de 2014, institui o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL). A gestão nacional do CADSOL é feita pelo CNES e pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). De acordo com essa portaria:

O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL tem por finalidade o reconhecimento público dos Empreendimentos Econômicos Solidários de modo a permitir-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicas de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas (BRASIL, 2014, Art. 1º).

O EES cadastrado terá direito à emissão da Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL). O registro dos EES no CADSOL constitui requisito obrigatório para a inclusão no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Ainda em fase de implantação encontra-se: o Termo de Adesão ao SCJS, o Contrato Comercial de Base Justa e Solidária, o Espaço de Comercialização Solidária (ECOS), a Rede Nacional de Entidades Parceiras de Certificação Solidária (Rede CERTSOL) e o procedimento para avaliação de conformidade à prática de comércio justo e solidário, que visa assegurar o reconhecimento dessa prática pelos EES e por parceiras comerciais, com base nos princípios e critérios do comércio justo e solidário. O Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário encontra-se em fase de estruturação. O fortalecimento do comércio justo e solidário no Brasil conta com iniciativas desenvolvidas por organizações da sociedade civil.

REDE DE COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO: UMA SISTEMATIZAÇÃO

A Rede de Comércio Justo e Solidário (RCJS) é uma articulação de empreendimentos econômicos solidários, por iniciativa da Fundação Luterana de Diaconia, de fomento à economia solidária, com atuação desde 2012. De acordo com o regimento interno, a rede tem como objetivo:

[...] a promoção da economia solidária e do comércio justo e solidário, na busca por relações comerciais socialmente justas, através da aproximação entre produtoras e produtores e de consumidoras e consumidores e do intercâmbio de saberes e aprendizagens entre os EES (RCJS, 2015, Art. 2º).

Para a consecução de seu objetivo, a RCJS desenvolve ações que visam aproximar EES e comunidades/instituições ligadas à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a escolas da Rede Sinodal de Ensino, para promover processos educativos para o consumo e para a adoção de hábitos sustentáveis, a partir da construção de relações comerciais justas, solidárias, transparente e duradouras, promovendo a prática do preço justo para quem produz, comercializa e consome.

A FLD tem contribuído para a promoção de relações solidárias e do direito ao trabalho digno e à renda justa sustentado em iniciativas comunitárias. Grupos formados majoritariamente por mulheres, assim como por quilombolas e indígenas constituem o público prioritário no âmbito dos EES. Mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas e pessoas com deficiência constituem o público ligado à igreja, suas instituições e escolas. A luta pela transformação dos atuais padrões de consumo, que promova uma justiça econômica, inclusão social, a incidência

em políticas públicas e a redução das desigualdades sociais são os desafios a que essa rede busca responder. A RCJS apoia formas alternativas de comercialização, pautadas na cooperação e solidariedade, e fomenta uma nova forma de consumo que respeite o meio ambiente, as condições de trabalho e a defesa dos direitos dos EES. Para além da comercialização, promove a capacitação e a qualificação dos EES, através de encontros de formação, oficinas direcionadas às demandas e às dificuldades enfrentadas pelos grupos, atividades de sensibilização e reuniões que contribuam para seu fortalecimento. O apoio através do Programa de Pequenos Projetos para a qualificação da produção, através de aquisição de equipamentos, cursos de capacitação e outras ações, ajuda na estruturação e fortalecimento dos EES, na melhoria da qualidade dos produtos e na preparação para a comercialização.

Atualmente, integram a Rede de Comércio Justo e Solidário 47 EES com atuação em seis segmentos produtivos: alimentação, artesanato, confecção, reciclagem, serviços e atividades culturais. Esses grupos são compostos majoritariamente por mulheres (95%), somando aproximadamente mil pessoas, sendo esses justamente os públicos mais afetados pelas relações de exploração e opressão tão presentes na sociedade brasileira. Entre os integrantes da rede estão associações e cooperativas de agricultoras e agricultores familiares e assentados, de pescadoras e de quilombolas, apoiados pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), grupos e associações de diversos povos indígenas que trabalham com artesanato, apoiados pelo Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN) e associações e cooperativas de catadoras e catadores, que atuam na prestação de serviços de coleta seletiva solidária, ligadas ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

No acompanhamento aos EES que integram à Rede de Comércio Justo e Solidário, identificaram-se iniciativas promissoras, embora com dificuldades e desafios na comercialização de

produtos, gerando dificuldades para a sustentabilidade dos grupos. Frente a esse contexto, a FLD percebeu a necessidade premente de criar propostas e mecanismos de apoio e fortalecimentos dos EES. No que se refere à comercialização, a proposta do comércio justo é possibilitar consumidoras e consumidores a conhecer as produtoras e os produtores, bem como os produtos e o processo de produção, para assim terem a oportunidade de adquirirem produtos realizados de forma cooperada e solidária, com valor social e cultural agregado. Constituindo assim relações solidárias, que contribuem para o desenvolvimento local e para o cuidado com o meio ambiente. Nesse processo, a transparência e o preço justo do produto, bem como o acesso à informação sobre sua origem são fundamentais para construir e consolidar uma relação de confiança entre produtor/a e consumidor/a.

GESTÃO COMPARTILHADA: DESAFIOS E AVANÇOS

Para o desenvolvimento da proposta de construção da Rede de Comércio Justo e Solidário, a FLD e os empreendimentos econômicos solidários constituíram um conselho gestor. Em um dos encontros gerais, que também podemos denominar de assembleia, realizada com todos os empreendimentos, se propôs a votação de um grupo que passaria a compor o conselho gestor. O encontro teve por premissa eleger dois representantes (titular e suplente) de cada segmento produtivo, compondo assim um total de 12 empreendedoras e empreendedores, mais um representante da FLD. O objetivo do conselho gestor é construir propostas, planejar ações, avaliar o andamento do projeto e realizar o monitoramento. O conselho gestor funciona como a porta

voz das demandas do coletivo de empreendimentos e reúne-se bimestralmente, ou em caráter de reunião extraordinária, quando necessário.

Outro avanço importante que demonstra o fortalecimento e legitimidade da RCJS é a construção do Regimento Interno, que desde 2013 vinha sendo discutido e trabalhado pelo conselho gestor, e que no primeiro semestre de 2015 foi construído e finalizado, se tornando um documento oficial orientador e norteador ao funcionamento da RCJS, aprovado pela assembleia geral em um encontro promovido para essa finalidade, no dia 10 de abril de 2015. O encontro contou com a participação expressiva da maior parte dos empreendimentos, em um total de 58 representantes. Na ocasião da discussão sobre o regimento interno, houve participação colaborativa e ativa e posteriormente passou por votação e aprovação. Conforme consta no regimento interno:

Este Regimento Interno foi construído pelo Conselho Gestor da Rede de Comércio Justo e Solidário - RCJS e aprovado no encontro geral com a participação dos EES, tendo por objetivo orientar e normatizar o funcionamento da mesma. (RCJS, 2015, Art. 1º).

O regimento interno é composto de treze capítulos que tratam de assuntos tais como a finalidade e abrangência dos direitos e deveres dos EES integrantes da rede, da estrutura interna e funcionamento da rede, do conselho gestor, do encontro geral, dos órgãos de apoio e dos mecanismos de promoção e cumprimento dos objetivos da rede.

Integrantes da Associação dos Artesões da Feitoria de São Leopoldo/RS tiveram representação significativa em número de representantes do empreendimento e em nível de contribuição na proposta do regimento interno. Os participantes relataram que a intenção de haver um número máximo possível de representantes

do grupo se deu pelo fato de considerar que se apropriar e participar da construção do regimento interno é de extrema relevância para o avanço da rede e, por sua vez, para o fortalecimento da Associação, além de ser um momento de aprendizagem e reflexões⁷.

Como reflexo do trabalho coletivo, no final do segundo semestre de 2013, a RCJS ganhou reconhecimento nacional, tendo sido certificada como uma tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil. A certificação atesta, em âmbito nacional, que a proposta é replicável, promove interação com a comunidade, trazendo efetivas soluções de transformação social.

A integração de novos EES de diversas regiões geográficas do Brasil coloca um desafio frente ao processo de gestão compartilhada. Os EES de outras regiões geográficas têm menor representação no Conselho Gestor, assim como no Encontro Geral. Dessa forma precisa-se pensar no uso das novas tecnologias de comunicação para facilitar a participação de integrantes de EES de outras regiões nas reuniões e nos encontros. Também é importante considerar a realização de encontros regionais.

COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA: PROCESSOS EM CONSTRUÇÃO

O processo de comercialização na Rede de Comércio Justo e Solidário se organiza através de feiras, eventos e encontros, articulados com parcerias estabelecidas pela RCJS, principalmente no âmbito de comunidades e instituições ligadas a IECLB.

⁷ Relatório do 1º Encontro Anual da Rede de Comércio Justo e Solidário, “Apresentação e aprovação do Regimento Interno”, realizado em 10 de abril de 2015.

No decorrer desses três anos, a Rede de Comércio Justo e Solidário tem buscado promover e potencializar o fortalecimento das relações entre empreendimentos econômicos e solidários e o público luterano, sensibilizando as pessoas para a adoção de um consumo responsável e consciente por meio de novos hábitos de consumo que agreguem valor cultural, étnico e nutricional através do trabalho e produtos divulgados ou adquiridos. Nestes três anos foram realizados 40 eventos de comercialização.

Em 2012, os EES da RCJS participaram pela primeira vez de um grande evento: o Dia da Igreja, promovido pelo Sínodo Nordeste Gaúcho. O encontro contou com a participação de um público de aproximadamente oito mil pessoas das comunidades luteranas, paróquias e sínodo, que tiveram a oportunidade de conhecer a proposta da RCJS, os EES e seus produtos, podendo adquiri-los a preços justos. Em 2014, o Dia da Igreja aconteceu novamente na cidade de Nova Petrópolis/RS. Estima-se que tenham participado do evento e da feira aproximadamente cinco mil pessoas, que conheceram a RCJS, realizando trocas com as empreendedoras e os empreendedores, adquirindo produtos diferenciados por um preço justo e com valor cultural e social agregado. Participou-se ainda em 2014 das comemorações do Dia da Igreja do Sínodo Rios dos Sinos, realizado nas Faculdades EST de São Leopoldo/RS. Participou um público de aproximadamente mil pessoas. Todavia, ampliar e estabelecer relações de parcerias com outros sínodos, paróquias, comunidades, instituições e a Rede Sinodal de educação é um desafio premente.

A participação nos eventos do Dia da Igreja foi uma experiência marcante para as representantes e os representantes dos EES, conforme diversos relatos. Empreendedoras mulheres mencionaram a surpresa com o sucesso das vendas que foi muito superior ao esperado. Participantes de empreendimentos que participaram pela primeira vez, como Associação Artesanato Pampa Caverá de Rosário do Sul/RS, Associação de Pequenos Agricultores de Alegrete/RS, Mulheres Artesãs de Alegrete/RS e

Costurando Cidadania de Porto Alegre/RS relataram a importância de estarem inseridas nestes espaços e a forma positiva como foram recebidas e acolhidas no evento, além da oportunidade de novos aprendizados, trocas, partilha e experiências, bem como conhecer novas pessoas que realizam trabalhos similares e diversos⁸.

Referente às parcerias estabelecidas no decorrer desses três anos, o Sínodo Nordeste Gaúcho (um dos 18 sínodos que formam a IECLB) possibilitou que a Rede de Comércio Justo e Solidário fosse mais conhecida por suas comunidades. O mesmo tem priorizado a compra direta de produtos dos EES que compõem à RCJS e tem aberto espaço em seus eventos para a participação dos empreendimentos, através da realização de feiras e oficinas de sensibilização ao público jovem e adulto.

Outro avanço importante foi a criação do catálogo virtual, que promove maior visibilidade e divulgação para os simpatizantes da proposta e para o público consumidor. Nesse espaço, cada EES divulga informações referentes à sua constituição e organização, tempo de atuação, contatos e demais informações que sejam pertinentes transmitir ao consumidor. Nessa perspectiva, são divulgados até cinco produtos, com respectivos valores e formas de encomendas e aquisições em uma espécie de vitrine. O catálogo virtual da RCJS colaborou para que os EES fossem mais conhecidos pelo público consumidor, ampliou as vendas e continua sendo um dos principais meios de divulgação dos produtos, juntamente com a página na rede social⁹.

Os desafios na área de comercialização estão relacionados com a ampliação das parcerias, principalmente em outros estados, para promover a realização de feiras, eventos e encontros de comercialização e de formação. A atualização do catálogo virtual também é um desafio, tanto ao incorporar os novos EES, quanto à atualização dos dados. No regimento interno consta entre os

⁸ Conforme blog. Disponível em: <www.diadaigreja.org.br>.

⁹ Disponível em: <www.comerciojustofd.com.br>.

deveres dos EES: “Manter seus dados atualizados no catálogo virtual e com a equipe de gestão, garantindo revisão a cada 2 (dois) meses” (RCJS, 2015, Art. 6). Outro desafio colocado para o conselho gestor da RCJS é o monitoramento da comercialização através do catálogo virtual.

FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM COLETIVA: ENTRELAÇANDO COMUNIDADES

Desde a constituição da Rede de Comércio Justo e Solidário, foram realizadas diversas atividades de formação, como encontros de formação, oficinas de qualificação e sensibilização para o comércio justo, tanto para os empreendimentos como também para as comunidades com as quais a RCJS se propõe a trabalhar no âmbito da IECLB. Destacamos também a realização de inúmeras feiras, congressos nacionais e internacionais, seminários, assembleias, encontros, dias da igreja, entre outras. Atividades realizadas pelo projeto Educação para Solidariedade, outra iniciativa da FLD junto a colégios da Rede Sinodal de Educação, que consiste na conscientização, mobilização e sensibilização através de práticas de educação, como forma de motivar pessoas e grupos para se responsabilizarem por mudanças estruturantes na sociedade, a partir da construção de outra consciência frente ao consumo. O projeto Educação para Solidariedade tem seu lugar na comunidade escolar, envolvendo estudantes, educadoras e educadores, famílias e demais funcionárias e funcionários, com o intuito de dialogar e vivenciar diferentes contextos sociais, muitas vezes invisíveis à vida institucional de uma escola, entre essas a economia solidária e o comércio justo e solidário.

Em 2014, entre diversas atividades realizadas que envolveram empreendimentos da RCJS de forma direta, citamos a oficina promovida pela RCJS em parceria com o Colégio Dohms Zona Sul em Porto Alegre. O objetivo da oficina foi capacitar as participantes para conhecimentos na área da informática, como um instrumento de comunicação e que com essa ferramenta os participantes possam ampliar a divulgação de seus produtos e estabelecer contatos de vendas, dando assim maior visibilidade ao empreendimento.

Outro evento que merece destaque foi a participação da Rede de Comércio Justo e Solidário, através da divulgação da proposta, exposição e comercialização de produtos dos empreendimentos que compõem a rede no 22º Encontro Nacional da Juventude Evangélica da Igreja de Confissão Luterana no Brasil (CONGRENAGE - IECLB) e o VIII Fest'Art. O evento ocorreu do dia 20 a 25 de julho de 2014 em Espigão do Oeste em Rondônia e contou com a participação de mais 1200 pessoas, entre congressistas, convidadas e convidados e membras e membros da comunidade local. Entre esses, estima-se que 850 eram jovens representantes dos 18 sínodos da igreja luterana.

Outras atividades de comercialização, formação e divulgação foram realizadas no decorrer desses três anos. Foram 40 eventos de comercialização, 7 grandes encontros de formação com a participação de todos os empreendimentos que compõem à RCJS, 10 oficinas de capacitação voltada para os empreendimentos e 8 oficinas de sensibilização, em parceria com o projeto Educação para Solidariedade, realizada em 3 escolas da Rede Sinodal de Educação.

Muitos resultados já foram alcançados, entretanto, o desafio da sensibilização e formação para a adoção de práticas de consumo justas e solidárias continua colocado. Substituir uma cultura consumista e imediatista por uma cultura que valoriza as pessoas produtoras e não apenas os produtos, que exige uma participação ativa da pessoa consumidora, não é tarefa fácil ou

capaz de ser desenvolvida em curto prazo, uma vez que o aumento da renda, a sustentabilidade dos EES e o aprofundamento do debate em torno do comércio justo e solidário continuam se constituindo em grandes desafios.

Destaca-se como desafio a ampliação das relações entre a RCJS e o público consumidor, buscando superar os abismos culturais, sociais e étnicos existentes, por meio da sensibilização para a realidade de outras pessoas em meio à fragmentação social, à cultura do individualismo e ao predomínio da indiferença. Na economia solidária, o ato de consumir é uma escolha para a valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores e das produtoras e dos produtores de grupos comunitários, para a promoção da autonomia e protagonismo, bem como para a preservação do meio ambiente e para o estímulo ao desenvolvimento local sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a construção do comércio justo e solidário no Brasil, evidencia-se o processo participativo a partir das instâncias de economia solidária, tais como o Conselho Nacional de Economia Solidária, que conta com representantes de Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento e Gestores Públicos, assim como a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Dessa forma, o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário está sendo construído a partir dos processos da economia solidária, como exemplo, pode ser mencionado que o registro no Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários constitui requisito para a inclusão no SCJS. O SCJS ainda encontra-se em fase de implantação e para sua consolidação precisam-se ampliar as práticas de comércio justo e solidário.

Dessa forma optamos, neste artigo, identificar e sistematizar fatores que contribuem para a sustentabilidade de práticas de comércio justo e solidário, a partir da sistematização da Rede de Comércio Justo e Solidário, iniciado em 2012. Em relação à gestão, destaca-se a compartilhada através do conselho gestor, composto por representantes dos diversos segmentos dos EES, a realização de encontros gerais com participação dos EES e a elaboração, num processo participativo, do regimento interno. Porém o crescimento da rede, com a integração de EES de outras regiões geográficas, coloca um desafio para o processo de gestão compartilhada. No uso de novas tecnologias de comunicação, pode ser encontrada uma solução, assim como no processo de gestão descentralizada.

Em relação à comercialização, destaca-se o estabelecimento de parcerias da rede com instituições, comunidades e escolas, com o objetivo de promover processos educativos para o consumo para adoção de hábitos sustentáveis, assim como a construção de relações comerciais socialmente justas. A parceria consiste na realização de feiras, eventos e encontros de formação e de comercialização, assim como no estabelecimento da prioridade de compra de produtos dos EES da rede de comércio justo e solidário. Outro destaque é o catálogo virtual, que é um dos principais meios de divulgação dos produtos dos EES e tem impulsionado as vendas. Os principais desafios são a ampliação de parcerias, principalmente em outros estados e o monitoramento do processo da comercialização através do catálogo virtual.

Em relação à formação, destaca-se que o intercâmbio entre integrantes de EES da RCJS e entre membros de comunidades, instituições e escolas tem levado a processos de aprendizagens coletivos e tem construído laços de solidariedade, que aos poucos se transformam em mudanças de hábitos e desse modo fortalecem as práticas de comércio justo e solidário. Entre os desafios, destaca-se a educação para a adoção de práticas justas e solidárias de consumo, porém substituir uma cultura consumista por uma cultura de participação e de valorização das pessoas produtoras

consiste numa tarefa de longo prazo. Nesse processo destacamos a importância da articulação dos empreendimentos econômicos solidários em rede, que possibilita a construção de parcerias para ampliar a educação para o consumo, a comercialização solidária e o comércio justo e solidário.

Os desafios precisam ser enfrentados, as práticas de comércio justo e solidário mostram seu potencial, porém ainda são incipientes, muitas vezes pontuais e localizadas, e precisam ser aprofundadas para afirmar-se como uma estratégia de sustentabilidade da economia solidária.

REFERÊNCIAS

AMIN, Ash. **The Social Economy: International Perspectives on Economic Solidarity**. Zed Books, London: Zed Books, 2009.

BRASIL. **Portaria MTE Nº 1.780**, de 19 de Novembro de 2014. Brasília: Ministério de Trabalho e Emprego, 2014.

_____. **Decreto Nº 7.358**, de 17 de Novembro de 2010. Brasília: Presidência da República, 2010.

CORAGGIO, José L. **Economia Social, Acción Pública y Política (Hay vida después del neoliberalismo)**. Buenos Aires: CICCUS, 2007.

FACES DO BRASIL. **O Comércio Justo e Solidário no Brasil**. São Paulo: FACES, 2009. Disponível em: <www.facesdobrasil.org.br/midioteca/doc_download/524-cartilha-do-sistema-nacional-de-comercio-justo-e-solidario.html>. Acesso em: 05 mar. 2014.

RAZETO, Luis. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: Moacir Gadotti and Francisco Gutiérrez (Eds.), **Educação Comunitária e Economia Popular**, São Paulo: Cortez, 1993.

RCJS – Rede de Comércio Justo e Solidário. **Regimento Interno**. Porto Alegre: FLD, 2015.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 – 2007**. Brasília: SENAES/MTE, 2007.

SESAMPE-DIFESOL – Secretaria de Economia Solidária e Apoio a Micro e Pequena Empresa. **A economia solidária no Rio Grande do Sul**. Resultados do 2º Mapeamento e cadeias produtivas solidárias no estado. São Leopoldo: Unisinos, 2013.

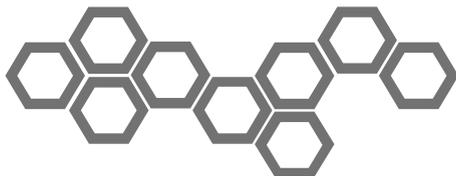
SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: Paul Singer and André R. de Souza (Eds.), **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

TORRES, A. P.; GOMES, R. Comercio Justo y Solidário en América Latina. In: **El Comercio Justo em España 2008**. Canales de importación y distribución. 2008. Disponível em: <www.base.socioeco.org/docs/cjesp_3.1_cj_en_al-1_2_.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

WFTO – World Fair Trade Organization e FLO – Fairtrade Labelling Organizations International. **Carta de los Principios del Comercio Justo**. WFTO, FLO, 2009. Disponível em: <www.fairtrade-advocacy.org/images/FTAO-%E2%80%99-charters_3rd-version_ES_v1.3.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

ZEELAND, Angélique J. W. M. van. **Economia Solidária, Diaconia e Desenvolvimento Transformador: Por mudanças significativas e duradouras.** São Leopoldo: Oikos, 2014a.

_____. The Interaction between Popular Economy, Social Movements and Public Policies: A Case Study of the Waste Pickers' Movement. **Occasional Papers Potential and Limits of Social and Solidarity Economy.** UNRISD, v. 11, p.1-13, 2014b. Disponível em: <<http://www.unrisd.org/vanzeeland>>. Acesso em: 10 out. 2014.



AS EXPERIÊNCIAS DA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA FEEVALE: UM BREVE RELATO DE UMA LONGA TRAJETÓRIA

André Luciano Viana¹

RESUMO

O estudo tem como objetivo geral descrever as atividades desenvolvidas pela Incubadora de Economia Solidária Feevale ao promover a incubação, o apoio, a formação e o acompanhamento técnico e de gestão aos empreendimentos de Economia Solidária (EES). Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico a respeito dos conceitos relacionados à Economia Solidária e Empreendimentos Econômicos Solidários e, posteriormente, uma pesquisa descritiva apresentou uma síntese das atividades desenvolvidas na Incubadora frente às demandas dos empreendimentos. Como resultado, percebe-se que as ações da Incubadora fortalecem o movimento social da Economia Solidária em suas instâncias municipal, regional, estadual e nacional, assim como contribuem com o desenvolvimento de políticas públicas

¹ Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social e Mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale. Esp. em Relações Internacionais e Gestão Cultural. Docente da Universidade Feevale. E-mail: andreviana@feevale.br.

e possibilitam a construção teórico-metodológica no campo da economia solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária. Incubadora. Trabalho e renda. Feevale.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inicialmente, para abordarmos este tema, é importante refletirmos a respeito dos diversos significados que tangenciam o conceito sobre a Economia Solidária: se trata de um movimento social e que, por isso, é uma ação coletiva e solidária, de homens e mulheres em busca de mudanças sociais em meio aos diversos embates políticos; é vista como um meio diferenciado de vivenciar o mundo do trabalho e que, por isso, busca distanciar-se do modelo capitalista habitual de grandes corporações; pretende construir uma relação mais próxima entre produtor e consumidor, através da venda direta e do oferecimento de produtos e serviços que tenham características artesanais e que respeitem o meio ambiente; e por fim, mas não menos importante, é um processo de formação contínua, sob a qual se organiza a construção de uma aprendizagem coletiva.

Existe certo consenso, por parte dos autores que abordam esta temática, de que a relação entre os sujeitos que vivenciam os êxitos e os desafios da Economia Solidária é construída por um longo – e muitas vezes complexo – processo de formação, de compreensão de mundo e, principalmente, de constituição de um senso de solidariedade entre os membros. Situa-se como um mecanismo de apropriação dos conhecimentos pelos atores

sociais envolvidos (os empreendimentos, as entidades de apoio e os gestores públicos) com o intuito de atingir resultados tangíveis e intangíveis. Outro ponto interessante é a impossibilidade de discorrer a respeito da Economia Solidária, sem considerar os saberes populares dos empreendimentos, as ações desenvolvidas pelas entidades de apoio e, ao mesmo tempo, o papel dos gestores públicos no atendimento às políticas públicas relacionadas à área.

Desse modo, por tratar-se de um tema amplo e diverso, optou-se neste estudo delimitar a pesquisa a respeito do relato de experiências de uma entidade de apoio à Economia Solidária. Assim, o objetivo geral da pesquisa é descrever as atividades desenvolvidas pela Incubadora de Economia Solidária Feevale ao promover a incubação, o apoio, a formação e o acompanhamento técnico e de gestão aos empreendimentos de Economia Solidária (EES). Complementarmente, descrevem-se os seguintes objetivos específicos: a) conceituar a Economia Solidária e seus principais atores sociais envolvidos; b) descrever as atividades desenvolvidas pela Incubadora de Economia Solidária Feevale.

O relato, apresentado neste artigo, compreende uma síntese das ações desenvolvidas na experiência no âmbito das atividades do Projeto de Extensão Incubadora de Economia Solidária Feevale, em Novo Hamburgo – RS – Brasil, cujas atividades estão vinculadas à Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROACOM), ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e é financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), com verbas repassadas pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e pelo Programa Nacional de Incubadoras Universitárias (PRONINC).

O presente estudo está estruturado a partir da introdução, seguida por duas seções: a primeira aborda os conceitos principais sobre a Economia Solidária; a segunda trata a respeito das atividades desenvolvidas pela Incubadora. Posteriormente, são apresentadas as considerações finais e as referências.

2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CONCEITO DE UMA NOVA ECONOMIA

Esta seção tem a finalidade de caracterizar o ambiente no qual o movimento social da Economia Solidária se constituiu e também apresentar o papel dos atores sociais envolvidos: os empreendimentos de economia solidária, as entidades de apoio e os gestores públicos.

A Economia Solidária apresenta-se como um meio alternativo à geração de trabalho e de renda para uma parte significativa da população brasileira e pode ser considerada como um norteador aos princípios do trabalho coletivo, pois aborda conceitos práticos e vivenciais sobre a produção, a comercialização e a apropriação da autogestão. Ao mesmo tempo, é presente nesta discussão a transversalidade, pois oferece valores e princípios no relacionamento entre os sujeitos envolvidos; valoriza a diversidade cultural; promove a inclusão social e apresenta a importância do consumo consciente e sustentável.

Os primeiros experimentos no contexto da Economia Solidária iniciam na década de 1980, no período considerado pós-industrial, quando surgem as primeiras experiências de novas formas de trabalho (LAVILLE, 2009). Na América Latina, o surgimento da Economia Solidária, segundo França Filho e Lavelle (2004), é devido aos mesmos fatores originados na Europa, como a crise do desemprego e precarização de postos de trabalho mediante a substituição de firmas capitalistas em crise por cooperativas formadas pelos próprios trabalhadores ameaçados pelo desemprego, as lutas pela criação de novos postos de trabalho mediante a conquista da terra via reforma agrária ou pela organização de pessoas excluídas da produção social e as diversas modalidades de empreendimentos considerados autogestionários.

E, assim, embora sua constituição de forma mais representativa ocorra na década de 1990, com o surgimento de várias cooperativas e de outros empreendimentos, o espaço de discussão e de articulação nacional começou a ser formado durante as atividades no I Fórum Social Mundial², que aconteceu em 2001, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, evento em que grandes temas foram debatidos: a) a produção de riquezas e a reprodução social; b) o acesso às riquezas e à sustentabilidade; c) a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos; d) poder político e ética na nova sociedade, afirma o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2014).

Para Paul Singer (2008), “a economia solidária é definida como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central”. Já para o MTE (2015), a “Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem”.

A partir desses conceitos apresentados anteriormente, pode-se considerar que a Economia Solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma série de práticas organizadas sob a forma de grupos, associações, clubes de troca, cooperativas, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam diversas atividades que visam à cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e também a solidariedade. Considerando essa

² O Fórum Mundial Social é “um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. O primeiro FMS foi realizado em 2001, seguido de um processo mundial de busca da construção de alternativas às políticas neoliberais. Esta definição está consagrada na Carta de Princípios do FSM. O Fórum Social Mundial é também é caracterizado por sua pluralidade e diversidade” (FÓRUM MUNDIAL SOCIAL – FMS, 2015).

concepção, a Economia Solidária possui diversas características, apresentadas no Quadro 1, a seguir:

(continua)

CARACTERÍSTICA	CONCEITO
Cooperação	Existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.
Autogestão	Os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
Dimensão Econômica	É uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

CARACTERÍSTICA	CONCEITO
Solidariedade	O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Quadro 1 - Características da Economia Solidária

Fonte: desenvolvido pelo pesquisador a partir de MTE (2015)

No Quadro 1, podemos identificar algumas das características essenciais, que conceituam as ações da Economia Solidária e aborda conceitos que podem ser considerados como norteadores de um processo de construção coletiva do que são considerados como uma nova economia”. Esses conceitos abarcam a ideia de um trabalho que se constitui como um meio de sobrevivência, mas, sobretudo, como um modo de vivenciar a relação entre a produção e o consumo.

Os atores sociais envolvidos na Economia Solidária que serão identificados neste artigo têm enfoque principal da atuação de três eixos fundamentais: os empreendimentos de economia solidária (EES); as entidades de apoio e também os gestores públicos.

Ainda segundo o MTE (2015), os empreendimentos de economia solidária (EES) são organizações constituídas das mais diversas formas e podem ser consideradas:

- **Coletivas e suprafamiliares** (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural, que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados;

- **Permanentes** (não são práticas eventuais), além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e definido sua atividade econômica;

- **Com ou sem registro legal**, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização;

- **Com a realização de atividades** econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário, cujas atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização;

- **Singulares ou complexas**, ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Sabe-se que existem muitos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) no país, e juntos proporcionam a geração de trabalho e renda a milhares de pessoas. Nesse sentido, é importante considerar a importância da Economia Solidária no modo de viver de diversos públicos, que, muitas vezes, marginalizados por sua condição social, constitui-se na própria subjetividade do trabalho e do trabalhador.

As Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF), segundo Cirandas³ (2015), são organizações que desenvolvem ações nas diversas modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento. Existem diversas entidades de apoio que trabalham para compor o contexto de formação aos empreendimentos de Economia Solidária, estas organizações são cadastradas pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES, organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com o intuito de ter um mapeamento das ações da Economia Solidária no país.

Compondo uma união importante no processo de constituição da Economia Solidária, os Gestores Públicos são peças fundamentais. A principal função dos gestores públicos é gerenciar as ações voltadas às políticas públicas de Economia Solidária, sejam no âmbito municipal, estadual ou federal. No setor público, Guimarães (2000) lembra que o desafio que se coloca para a nova administração pública é como transformar estruturas burocráticas, hierarquizadas e que tendem a um processo de insulamento em organizações flexíveis e empreendedoras.

Se considerarmos os desafios propostos nesta construção da Economia Solidária e o papel de cada um dos atores sociais envolvidos, temos a amplitude em que esse movimento social transita e assim podemos visualizar que as ações não podem ser construídas individualmente. Ou seja, se desejamos uma Economia Solidária com ações concretas como agentes de mudança, inovadores e, sobretudo transformadoras da sociedade,

³ O Cirandas é um portal de apoio à Economia Solidária. O Cirandas é uma iniciativa do FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária - que tem como objetivo oferecer ferramentas na internet para promover a articulação econômica, social e política de quem gosta da Economia Solidária ou vive dela. Seus principais objetivos são: potencializar o fluxo de saberes, produtos e serviços da Economia Solidária; oferecer ferramentas para a constituição e consolidação de redes e cadeias solidárias; ser um espaço de divulgação da economia solidária e de busca de seus produtos e serviços para consumidores individuais e coletivos (públicos, privados e grupos de consumidores) e permitir a interação entre vários atores em comunidades virtuais e espaços territoriais, temáticos e econômicos (CIRANDAS, 2015).

cabe também aos envolvidos atuarem de modo conjunto na constituição de um senso comum do que se deseja para essa “nova economia”.

E, assim, por acreditar que fazemos parte de um projeto de extensão que deseja a transformação da sociedade, na seção seguinte, apresenta-se uma síntese das ações desenvolvidas da Incubadora de Economia Solidária Feevale, que atuando como Entidade de Apoio à Economia Solidária, vem esforçando-se ao longo dos anos na construção de uma inovadora configuração do mundo do trabalho.

3 A INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA FEEVALE: UM BREVE HISTÓRICO DE UMA LONGA TRAJETÓRIA

Como questões relevantes da pesquisa, cabe, nesta seção, identificar uma síntese das ações que caracterizam a trajetória da Incubadora de Economia Solidária Feevale, a fim de contextualizá-la na forma de um projeto de extensão que possibilita uma mudança na sociedade em que está inserido.

A Universidade Feevale é uma instituição comunitária, mantida pela Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (ASPEUR), no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública federal, estadual e municipal que atua em todos os níveis de formação. Criada há mais de quatro décadas, a partir de demanda da comunidade, hoje se dedica à formação de cidadãos

em diferentes áreas do conhecimento e tornou-se Universidade em 2009 (FEEVALE, 2015).

A Feevale, comprometida com a indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão através da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROACOM), assessora os projetos continuados de extensão, oriundos dos Institutos Acadêmicos, com atendimento às demandas sociais de diversos públicos.

Nesse contexto, nasce a Incubadora de Economia Solidária Feevale, quando, a partir da relação da Universidade e a demanda da comunidade, no ano de 2005, por meio da ação multidisciplinar de professores do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e também do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes (ICHLA), ocorrem as primeiras reuniões, com o intuito de mapear as demandas regionais e solidificar a intenção e a criação de uma Incubadora de Economia Solidária na cidade. Na época, no município de Novo Hamburgo, existiam pequenas cooperativas e associações que congregavam profissionais dedicados à reciclagem, ao artesanato, à produção de alimentos, à costura, entre outros ofícios. Assim, o grupo, que era constituído por professores de várias áreas, contava com docentes dos cursos de Administração, Comunicação, Filosofia, Psicologia e Serviço Social e acreditava que a necessidade de composição de um grupo multidisciplinar para estudar o tema estava também vinculada à característica particular das associações solidárias: a diversidade de desafios e que, por isso, apenas sob o olhar de uma única área de formação não seria possível assessorar de modo adequado os empreendimentos, pois era preciso avaliar o que havia “em torno” desses grupos atendidos e também visualizar as provocações propostas pela vulnerabilidade sob a qual esses trabalhadores e trabalhadoras estavam envolvidos (FEEVALE, 2005).

Assim, o marco inicial da Incubadora foi o ano de 2006, com as atividades de pesquisa e extensão realizadas junto a um grupo de trabalhadoras do bairro Canudos de Novo Hamburgo. Com a aprovação do projeto pelo Programa Nacional de Incubadoras

Universitárias (PRONINC), em 2008, a Incubadora amplia as atividades de extensão universitária, mantendo-se articulada ao ensino e à pesquisa. As atividades têm como foco os Empreendimentos de Economia Solidária - EES, que são organizações de caráter associativo, formais ou informais, que realizam atividades econômicas, com foco na autogestão, constituídas por trabalhadores do meio urbano ou rural. No geral, os empreendimentos apresentam carências socioeconômicas e tecnológicas em seus processos de gestão, produção e comercialização, tornando-se um espaço diferenciado para as atividades de incubação e assessoria, em uma lógica de cooperação e de atuação em redes.

Ao longo de sua caminhada, a partir da execução do convênio financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), com verbas repassadas pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e pelo Programa Nacional de Incubadoras Universitárias (PRONINC), foram diversas ações desenvolvidas: a formalização da Incubadora; a formação dos docentes e discentes; a participação na criação do Fórum Municipal de Economia Solidária; a promoção de Seminários de Economia Solidária; a elaboração de diagnósticos e projetos; o acompanhamento sistemático aos grupos com a colaboração de acadêmicos não remunerados; as atividades de assessoria e formação dos empreendimentos dos diversos ramos, tais como: produção de calçados; cooperativas de triagem de resíduos sólidos; grupo que desenvolvem atividades de reciclagem a partir do óleo de cozinha; clubes de trocas solidárias; grupos informais de produção de alimentos e artesanato, entre outros.

Um dos grandes objetivos da Incubadora é consolidar empreendimentos econômicos solidários (EES) na perspectiva da geração de trabalho e renda, estimulando a sua inserção em redes de cooperação como alternativa de inclusão social e de emancipação socioeconômica pela melhoria de seus processos de gestão, produção e comercialização. Nesse intuito, o cotidiano de uma incubadora torna-se desafiador, conforme se destaca na seção seguinte.

3.1 O COTIDIANO DE UMA INCUBADORA: APRENDENDO A SER

Podemos dizer que quando se aprende algo, este significado não será mais esquecido e assim aprende-se estudando, refletindo, interagindo, e, principalmente, convivendo. Muitas vezes, ao pensar sobre o que é o trabalho de uma Incubadora de Economia Solidária, somos tecnicamente desafiados a definir o termo “Incubadora”:

Uma incubadora é uma entidade que tem por objetivo oferecer suporte a empreendedores para que eles possam desenvolver ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso. Para isso, oferece infraestrutura, capacitação e suporte gerencial, orientando os empreendedores sobre aspectos administrativos, comerciais, financeiros e jurídicos, entre outras questões essenciais ao desenvolvimento de uma empresa. Existem diversos tipos de incubadoras: as de base tecnológica (abrigam empreendimentos que realizam uso de tecnologias); as tradicionais (dão suporte a empresas de setores tradicionais da economia); as mistas (aceitam tanto empreendimentos de base tecnológica, quanto de setores tradicionais) e as sociais (que têm como público-alvo cooperativas e associações populares) (ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores., 2015).

Nesse sentido, as incubadoras de Economia Solidária são consideradas incubadoras sociais, por abarcarem a aproximação com o público-alvo e com as cooperativas e associações populares. Mas, além da técnica, se pensarmos sobre o que é uma Incubadora de Economia Solidária, podemos dizer que, assim como o próprio

movimento da Economia Solidária, a Incubadora tem uma proposta própria de ser e agir a partir de uma perspectiva multidisciplinar.

Em nossas observações, foi possível perceber um processo, ao mesmo tempo natural e complexo, em relação aos princípios fundamentais de um processo de assessoria técnica e de gestão, o qual se revela na Figura 1:

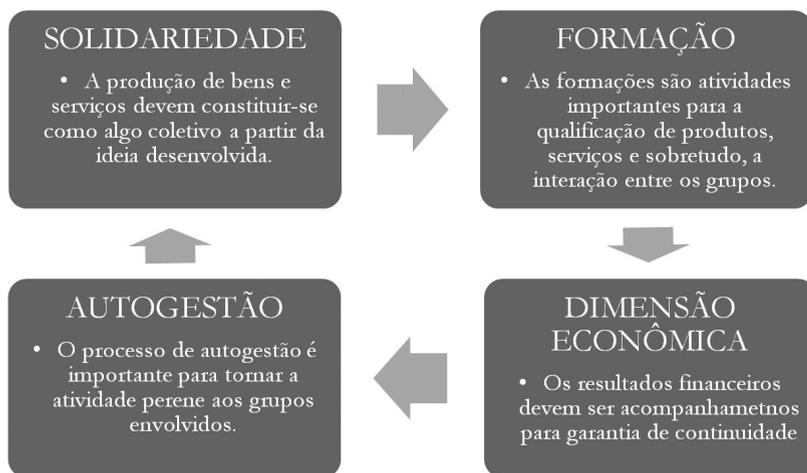


Figura 1 - Os princípios fundamentais de um processo de assessoria técnica e de gestão
Fonte: Elaborado pelo autor

Neste processo, apresentado na Figura 1, pode-se dizer que inicialmente existe a necessidade de atendimento de uma demanda específica, condicionada à geração de renda, de parte de uma população, de uma localidade, sob a necessidade de identificar indícios que levem a **solidariedade** como norteadora do trabalho, sendo que a produção e a comercialização devem ser fornecidas pelos próprios empreendimentos. Na sequência do trabalho, o papel de uma entidade de apoio, no caso a Incubadora, deve interagir como um local de capacitação e **formação** que possibilite ao empreendimento condições de apropriação de saberes, além daqueles oriundos de seu próprio núcleo familiar, e

de transformá-los em capacitação técnica, melhoria de processos e produtos, mas sem perder a identidade que o caracteriza como produto da economia solidária. Ao mesmo tempo, a **dimensão econômica** precisa ser considerada e monitorada, pois a criação de mecanismos de controle de compras de insumos, vendas e acompanhamento de um mercado sob qual o empreendimento transita é importante, pois fará com que ele tenha condições de sobreviver por meio de seu trabalho e que esse faça a geração de renda e garanta sua continuidade na Economia Solidária. Por fim, a ideia de **autogestão** aborda o contexto de que, ao sentir-se preparado para o enfrentamento às demandas, o empreendimento de Economia Solidária desenvolve características que o tornam capaz de manter-se e sobreviver do fruto de seu trabalho.

O que tem se constatado na realidade é uma nova configuração dos arranjos produtivos no que tange à Economia Solidária e, desse modo, também inferem diretamente a esse contexto uma nova realidade no processo de Incubação. Assim, torna-se importante refletir acerca do cotidiano de uma incubadora, não como um processo estanque e de fácil mensuração, mas sim como um meio efetivo de torná-lo adequado e alinhado à proposta de relação da Universidade com a Comunidade, conforme apresenta-se a seguir.

3.2 UM PASSO DE CADA VEZ: APRENDENDO A CONVIVER

Não há nenhuma intenção de propor, nesta etapa do artigo, algum tipo de manual de instruções que possa sob quaisquer aspectos nortear o trabalho das Incubadoras, mas

simplesmente deseja-se compartilhar as experiências de como as ações desenvolvidas no trabalho da Incubadora são realizadas, com o intuito de colaborar e até mesmo servir de pesquisas para futuras outras ações, conforme é descrito nos passos seguintes.

Na verdade, torna-se importante refletir que o processo de assessoria técnica e de gestão, para que promova a Incubação de modo adequado, embora precise de métodos e indicadores, torna-se complexo quando abordamos questões inerentes à relação dos sujeitos com suas necessidades, anseios, qualificações e atividades, muitas vezes desiguais. Por isso, um mapeamento dos passos na construção de um cotidiano de trabalho poderá auxiliar na mensuração dos resultados esperados.

PASSO 1: A CONSTITUIÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE DOCENTES

As incubadoras, por sua própria aptidão de auxiliar pessoas de realidades diferentes, de situações econômicas distintas, de uma grande diversidade cultural, mas com objetivos comuns em seus processos de inclusão, precisam, necessariamente, de uma equipe multidisciplinar, ou seja, docentes de diversas áreas de atuação são importantes na construção de uma equipe de trabalho, com o objetivo comum de proporcionar uma aprendizagem que consiga interagir em torno dos temas transversais dos empreendimentos.

PASSO 2: A FORMAÇÃO DE BOLSISTAS E ACADÊMICOS

Até mesmo pela característica extensionista de uma Incubadora, não haveria sentido sua composição sem a participação efetiva dos acadêmicos, igualmente constituídos de diversas áreas. Sendo assim, cabendo uma equipe multidisciplinar de docentes, cabe também a mesma importância de uma equipe multidisciplinar de discentes, sejam eles bolsistas ou acadêmicos de extensão não remunerados, que se sintam instigados em apropriar-se de um conhecimento além daquele obtido em sala de aula. A formação dos discentes deve ser contínua, por meio da necessidade de alinhamento das etapas

conceituais e práticas, caracterizado por seminários, oficinas, leituras dirigidas e atividades práticas e vivenciais.

PASSO 3: O PLANEJAMENTO E A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES

Na constituição de um trabalho conjunto, em benefício de trabalhadoras e trabalhadores, que buscam na solidariedade uma nova forma de constituição de sua relação com a sociedade por meio de sua força de trabalho, a construção de um planejamento torna-se muitas vezes uma relação delicada, não apenas pelo contexto administrativo, mas sim pela mensuração correta de indicadores. Portanto, além dos monitoramentos dos indicadores planejados no Plano de Trabalho do Projeto, faz-se necessário um mapeamento semestral de atividades, permitindo interações entre os membros da equipe, a fim de atingir os objetivos por meio de grupos de trabalho. É importante uma mensuração desses objetivos de modo mensal, por meio de reuniões de equipe, contornando possíveis problemas e, principalmente, fornecendo meios virtuais e físicos, para que todos os membros da equipe conheçam o planejamento, saibam suas responsabilidades e competências, promovendo, também, a autogestão dos colaboradores.

PASSO 4: A METODOLOGIA

O trabalho de uma incubadora tem muita relação com a pesquisa-ação, como uma autorreflexão coletiva pelas ações desenvolvidas ao longo do projeto. Tendo em vista que o projeto tem por objetivo consolidar empreendimentos econômicos solidários (EES) na perspectiva da geração de trabalho e renda, a metodologia adotada toma como base as práticas dialógicas e, sobretudo, as trocas de saberes desenvolvidas por meio das atividades de Incubação, Assessoria Técnica, Oficinas de Formação, Feiras de Economia e de Trocas Solidárias e também apoio aos Fóruns de Economia Solidária, por meio do mapeamento do desenvolvimento dos empreendimentos vinculados à Incubadora.

PASSO 5: O TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo é essencial no processo de manutenção da práxis do processo de Incubação. Muitas vezes, ao analisar a própria realidade do sujeito, os docentes e discentes do projeto de extensão têm a dimensão de sua própria atuação através das visitas técnicas, pois o conhecimento que é gerado a partir da realidade poderá trazer a mensuração do conhecimento necessário para uma formação mais adequada. Além disso, a visita in loco nos locais de produção e até mesmo nas casas dos beneficiados são muito importantes, bem como a participação da equipe da incubadora nas reuniões do Fórum Municipal, do Fórum Estadual, nos eventos das outras Incubadoras da Rede ITCP (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) e locais que possam contribuir, seja na esfera municipal, estadual ou federal, com informações sobre a Economia Solidária. As Feiras de Economia Solidária também adquirem papel de relevância, neste acompanhamento, por julgar-se como momentos ímpares de interação e desenvolvimento dos sujeitos da Economia Solidária.

PASSO 6: A ASSESSORIA TÉCNICA

A assessoria técnica pode constituir-se de modo multidisciplinar, por meio das ações dos próprios professores, dos alunos, por meio de atendimentos individualizados, formações, núcleos de trabalhos específicos, oficinas ou workshops, práticas, palestras, seminários, reuniões informativas, entre outros. Todo esse contexto de estratégias é importante para uma análise do sujeito como sendo capaz de promover mudanças e assim ampará-lo em contexto mais amplo de atuação.

PASSO 7: AS PARCERIAS

As parcerias nas esferas públicas e privadas são essenciais para a condução de um projeto que vise a transformação da sociedade. Neste sentido, o trabalho de uma Incubadora de Economia Solidária necessita de parcerias para que seja possível conduzir, de modo adequado, as ações planejadas.

Na esfera pública, é essencial o trabalho próximo com os gestores públicos, para que as ações possam ser articuladas e para que haja um conhecimento que possa ser compartilhado. Assim a participação nos Conselhos de Economia Solidária, seja na esfera municipal ou estadual, poderá contribuir para a compreensão de ações conjuntas que vise à resolução de problemas comuns da região. Ao mesmo tempo, a participação em discussões regionais ou federais também é importante.

Por tratar-se de um projeto de extensão comunitária, muitas vezes as parcerias com empresas privadas também são necessárias, para concessão de espaços para formação ou até mesmo, subsídios na construção de propostas que beneficiem os empreendimentos.

PASSO 8: A DIVULGAÇÃO

Torna-se importante divulgar as ações realizadas, com o intuito de promover a discussão acerca da Economia Solidária, seja para acadêmicos ou comunidade. Acredita-se que para as ações mais específicas, como formações, torna-se importante haver ferramentas de divulgação que priorizem o público-alvo, de forma que esses sujeitos possam acompanhar a divulgação das informações. Também é relevante a necessidade de utilizar-se de meios de visibilidades das próprias instituições, como mailings para alunos e comunidade externa, cartazes e banners; site institucional ou, até mesmo, mídias externas, Jornais, Rádios, Televisões locais e, sem dúvida, as redes sociais, como ferramentas de grande alcance a custos reduzidos.

PASSO 9: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E AS TROCAS DE EXPERIÊNCIAS

Comenta-se muito a respeito da produção de conhecimento, como sendo uma ação da prática das incubadoras, o que de fato concretiza a atividade fim de uma Universidade. A forma de produção deste conhecimento, seja por docentes e também por discentes, é um meio adequado para que seja possível conduzir uma política de apropriação deste conhecimento, uma reflexão sobre a

prática, como meio de garantir o processo de aprendizagem. Esta produção pode ser realizada por meio da publicação de artigos, participação em eventos, seminários, feiras de iniciação científica, palestras, entre outras possibilidades, promovendo a difusão deste conhecimento produzido.

PASSO 10: A REFLEXÃO COMO PRÁXIS

Ao confrontar os referenciais teóricos com nossa prática, pode-se dizer que o processo de extensão é importante para uma profunda análise da relação entre teoria e prática, entre universidade e comunidade, entre ação e geração de conhecimento. Torna-se muito importante, após ações, a mensuração dos resultados tangíveis (geração de renda, qualificação técnica e de processos, entre outros) e intangíveis (desenvolvimento humano, adaptação dos sujeitos, modificação da realidade, entre outros), como um processo contínuo da práxis extensionista. As análises, mensuradas também por meio de questionários do impacto das ações da Incubadora na qualidade de vida dos beneficiados, também são importantes ferramentas para esta reflexão.

Assim, após um breve relato dos passos relacionados ao processo de experiências vivenciadas na Incubadora, torna-se importante refletir acerca do contexto em que a Economia Solidária se solidifica e se configura na relação dos sujeitos e de sua prática.

Apresentam-se, na sequência, as considerações finais deste artigo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões abarcadas até o momento demonstram a importância da Economia Solidária e dos diversos contextos sob a qual está inserida. Nesse processo de construção de um conhecimento coletivo, os sujeitos ressignificam sua concepção de trabalho, de produção e de comercialização, e melhoram suas condições de inserção no mundo de trabalho, de uma forma menos subordinada ao capital. Ao mesmo tempo, apreendem as contradições impostas pelo mesmo capitalismo, que geram dificuldades e formas de enfrentamento, tendo em vista a manutenção de condições de existência mais dignas.

Assim, acredita-se que o objetivo geral da pesquisa, que foi descrever as atividades desenvolvidas pela Incubadora de Economia Solidária Feevale ao promover a incubação, o apoio, a formação e o acompanhamento técnico e de gestão aos empreendimentos de Economia Solidária (EES), foi contemplado. Ao mesmo tempo, os objetivos específicos: a) conceituar a Economia Solidária e seus principais atores sociais envolvidos e b) descrever as atividades desenvolvidas pela Incubadora de Economia Solidária Feevale foram apresentados nas seções 2 e 3 respectivamente.

Acredita-se que as análises apresentadas permitam verificar as possibilidades de expansão da experiência desenvolvida no âmbito da Incubadora de Economia Solidária Feevale, ao refletir sobre como são realizados os monitoramentos e acompanhamento das atividades, a fim de facilitar o processo de incubação, para a construção da autonomia e emancipação dos empreendimentos.

Coube, neste trabalho, trazer um breve histórico das atividades de uma Incubadora, mas principalmente teve a intenção de enaltecer o trabalho desenvolvido por tantos professores, acadêmicos, parceiros e, sobretudo, por muitas trabalhadoras e trabalhadores da Economia Solidária da cidade de Novo Hamburgo e do Vale do Rio do Sinos, que ao longo de quase

dez anos de desafios e conquistas juntos à Incubadora, buscaram juntos fortalecer o movimento da Economia Solidária, de forma efetiva, em suas instâncias municipal, regional, estadual e nacional e contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas e a construção teórico-metodológica no campo da economia solidária.

REFERÊNCIAS

AMPROTEC. **O que é uma incubadora?** Disponível em: <<http://anprotec.org.br/site/pt/incubadoras-e-parques/perguntas-frequentes/>> . Acesso em: 28 jun. 2015.

CIRANDAS. **Entidade de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF).** Disponível em: < <https://cirandas.net/mapeamentos/definicoes/entidade-de-apoio-assessoria-e-fomento-a-economia-solidaria-caf> >. Acesso em: 26 jun. 2015.

FEEVALE. **Feevale criará incubadora de economia solidária.** 2005. Disponível em: <https://aplicweb.feevale.br/site/hotsite/default.asp?intMenu=3&intIdHotSite=44&intIdSecao=2579&intIdConteudo=17919&intIdPai=17919>. Acesso em: 28 Jun 2015.

_____. **Quem somos.** Disponível em: <<https://www.feevale.br/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FÓRUM MUNDIAL SOCIAL – FMS. **O que é o Fórum Social Mundial?** Disponível em: <<https://fsm2015.org/pt-pt/o-que-e-o-forum-social-mundial>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. 1. ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004.

GUIMARAES, Tomas de Aquino. A nova administração pública e a abordagem da competência. **Revista de Administração Pública - RAP . Rio de Janeiro 34(3):125-40, mai./jun. 2000. Disponível em:** <file:///C:/Users/Andre/Downloads/6284-12076-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

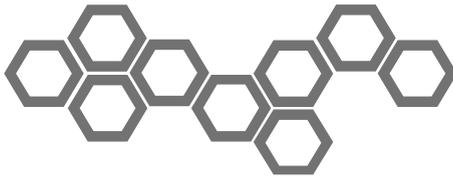
LAVILLE, Jean Luis. A economia solidária: Um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 84, mar. 2009. p. 7-47. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6284>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Economia Solidária**: histórico. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/historico.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

_____. **Os Empreendimentos Econômicos Solidários**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empreendimentos-economicos-solidarios.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2015a.

_____. **O que é Economia Solidária**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2015b.

SINGER, Paul. Economia solidária: Entrevista com Paul Singer. **Estudos avançados**. v. 22, n. 62. jan./abr. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020>. Acesso em: 10 fev. 2015.



AMPLIAÇÃO DAS FRONTEIRAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA NA COMERCIALIZAÇÃO INTERNACIONAL

Daniella Damasio de Moraes¹

Tuani da Silva²

André Luciano Viana³

RESUMO

O presente artigo tem como proposta abordar conceitos sobre a economia solidária, os empreendimentos, as formas de cooperativas, comércio justo e, além disso, relatar conceitos sobre internacionalização, apontando os meios necessários para inserção internacional através da exportação como uma alternativa de um novo mercado para a economia solidária. O objetivo principal do estudo é analisar quais são as oportunidades e desafios de uma cooperativa solidária na exportação de seus produtos. Para isso, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, descritiva, por meio de um

¹ Graduanda no Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior pela Universidade Feevale. E-mail: moraes_daniella@hotmail.com.

² Graduanda no Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior pela Universidade Feevale. E-mail: tuanisilva_@hotmail.com.

³ Professor orientador. Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social e Mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale. Esp. em Relações Internacionais e Gestão Cultural. Docente da Universidade Feevale. E-mail: andreviana@feevale.br.

estudo de caso desenvolvido na Cooperativa Solidária Justa Trama, na cidade de Porto Alegre - RS. Por fim, como resultados da pesquisa, percebe-se que a cooperativa já exportou seus produtos para países como Espanha e Itália, demonstrando sua capacidade de exportação, no entanto, ainda existem desafios inerentes ao processo de preparação da cooperativa para atuar rumo às oportunidades diferenciadas oferecidas no mercado internacional.

Palavras-chave: Economia Solidária. Cooperativismo. Internacionalização. Exportação. Justa Trama.

1 INTRODUÇÃO

A economia solidária afirma-se como uma nova alternativa de geração de trabalho, renda e inclusão social. Trata-se de uma reorganização contra a estrutura capitalista habitual, por meio do trabalho coletivo, de um jeito diferente de produzir, vender e consumir. A diferenciação da economia solidária para uma empresa capitalista é a forma como seus lucros são distribuídos, não existem os sujeitos “patrão e empregado”, todos decidem em conjunto e se beneficiam de forma igualitária, buscando cooperar e fortalecer um grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

Os grupos que trabalham sob essa perspectiva de geração de renda constituem-se, por meio de coletivos que visam à produção e à comercialização, através dos Empreendimentos de Economia Solidária. Sendo assim, a economia solidária tem sido reconhecida, por sua relação com os meios urbanos ou rurais, adquirindo outras possibilidades de ampliações com o mercado.

Recentemente, os empreendimentos de economia solidária buscam outras formas de acessos aos mercados, como meio de garantir a troca de conhecimento de experiências e também a manutenção da dimensão financeira que garantirá a perenidade

desses grupos. Como por exemplo, comenta-se a respeito do site Cirandas⁴, que tem promovido a inclusão digital de grupos da Economia Solidária, que podem utilizar-se da internet como um meio de divulgação de seu trabalho e compartilhamento de saberes. Há também cooperativas que já mais amadurecidas na sua forma de trabalho conseguem vislumbrar possibilidades da internacionalização de seus produtos e serviços. Para refletir a respeito da diversidade cultural existente neste contexto, cabe lembrar a Feira Internacional do cooperativismo (FEICOOP)⁵, que ocorre anualmente em Santa Maria e chega à sua 22ª edição em 2015.

Assim, o tema deste artigo busca visualizar os meios diferenciados e inovadores de ampliação de mercados para os empreendimentos de economia solidária. Desse modo, para delimitar o estudo e por acreditar que, ao exportar, uma cooperativa agrega valor em seus produtos e serviços e adquire novas aprendizagens e, ainda, tendo em vista o processo de globalização, no qual todos os consumidores podem estar interligados, a economia solidária também pode encontrar essa oportunidade para divulgar seus valores e princípios, como um novo meio de produzir e comercializar.

Buscou-se conhecer experiências de internacionalização, as quais apresentaram a cooperativa Justa Trama, como uma cooperativa solidária que já teve experiências com a exportação. A Justa Trama é uma cooperativa solidária do ramo de vestuário de Porto Alegre e já obteve algumas experiências de vendas internacionais. Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo é analisar quais são as oportunidades e desafios de uma cooperativa solidária na exportação de seus produtos. Para atingir esse propósito, faz-se necessário também os seguintes objetivos específicos: a) descrever

⁴ O Cirandas é uma iniciativa do FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária - que tem como objetivo oferecer ferramentas na internet para promover a articulação econômica, social e política de quem gosta da Economia Solidária ou vive dela (CIRANDAS, 2015).

⁵ A Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP) ocorre anualmente na cidade de Santa Maria, no RS. Acolhe grupos que atuam no Brasil e da América Latina para os significativos Eventos do Cooperativismo, de Economia Solidária e Agricultura Familiar, segundo o portal oficial, é considerado o maior Evento de Economia Solidária da América Latina (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2015).

os principais conceitos a respeito da economia solidária e a formação de uma cooperativa; b) descrever os meios de realizar uma exportação como uma alternativa de comercialização para os produtos oriundos da economia solidária.

Com o intuito de atingir objetivos mencionados, será elaborada uma pesquisa bibliográfica e uma análise por meio de estudo de caso, seguida pela metodologia de pesquisa e demonstração de resultados, encerrando com as considerações finais e as referências utilizadas para a elaboração do artigo.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nesta seção serão abordados os conceitos de economia solidária, relacionados com a atividade econômica a partir da cooperação, a qual tem a prerrogativa de “não existir patrão e nem empregados”, pois todos que participam são donos e trabalhadores. Dessa maneira, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, com o intuito de implementar soluções de gestão coletivas e autogestionárias. Serão apresentados os conceitos sobre os empreendimentos de economia solidária, formas de cooperativas e comércio justo.

Culturalmente, conforme Santos (2005), a economia solidária é um jeito de estar no mundo e de consumir produtos locais, saudáveis e que não afetam o meio ambiente, mudando o paradigma da competição para cooperação de inteligência coletiva, livre e partilhada. Politicamente, é baseado em um desenvolvimento para as pessoas e construído pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos. Economicamente, a finalidade básica não é maximizar o lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho, resultando que:

As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc. (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 162 apud CATTANI et al., 2009).

Nunes (2009) afirma também que a economia solidária é a atuação na economia sem se submeter aos princípios capitalistas de competitividade e de lucro privativo, dentro de uma lógica de cooperação, de igualdade, de liberdade e autonomia e respeito ao meio ambiente. A empresa solidária não visa o lucro somente para uma pessoa, como uma empresa capitalista; para tanto, Santos (2005) explica que o excedente anual tem um destino já decidido pelos trabalhadores: uma parte é para o fundo “indivisível”, que pertence ao coletivo, que poderá ser sacado quando se desligar da empresa ou vai para os fundos de educação e cultura e, eventualmente, vai para a divisão entre sócios com o mesmo percentual. “Como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade” (SANTOS, 2005, p. 33).

A cooperação é uma ação intencional para atingir determinados objetivos, caracterizando a fusão de muitas forças em uma força social comum, resultando em um produto global diferente das forças individuais dos trabalhadores. “No sentido restrito, a cooperação é entendida como a base das relações econômico-sociais que os trabalhadores associados pretendem estabelecer no processo de trabalho (JESUS; TIRIBA, 2009 p. 80 apud CATTANI et al., 2009)”.

Assim, segundo Santos (2005), a cooperativa de comercialização que é composta por produtos autônomos, tais como artesãos, taxistas e camponeses, que fazem compras em comum e também suas vendas, caracterizando sua produção

individual e seu lucro também. A cooperativa de produção é a mais básica na categoria da economia solidária.

As cooperativas de consumo apresentam como o objetivo máxima satisfação ao menor custo ou serviço, porém, para ser uma empresa solidária, não pode haver diferença entre trabalho e capital, e muitas empresas desse segmento optam por serem cooperativas mistas. Ainda, conforme o autor mencionado anteriormente, a cooperativa de crédito é um conjunto de empresas que têm intermediações financeiras havidas pelos depositantes, porém os funcionários que atuam nela devem ser sócios. Há também as cooperativas comunitárias, que são formadas por membros do mesmo sindicato que aplicam seus depósitos em empréstimos pessoais aos cooperados.

O site do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2014a; 2014b) relata que a economia solidária se expandiu a partir de entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias. Hoje está ganhando forças com a organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e também com mais de 27 fóruns estaduais e vem se destacando no Brasil, com as diferentes iniciativas de grupos sociais, normalmente de base popular, que por meio da solidariedade se organizam para enfrentar suas problemáticas locais através de atividades econômicas, gerando empregos e renda (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

As práticas de economia solidária, no Brasil, iniciaram-se nos anos 1980, com o Projeto Alternativo Comunitário (PACs). Depois disso, outras entidades vieram a ser importantes na história da organização da economia solidária no Brasil, atuando para a redemocratização no país, entre eles o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e Movimento dos Sem-Terra (MST). Já na década de 1990, surgiu a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) e também a criação das incubadoras. O Estado que se destaca no território brasileiro é o Rio Grande do Sul, desenvolvendo organizações de economia solidária desde os anos de 1980 (NUNES, 2009).

Nunes (2009) destaca alguns empreendimentos da Economia Solidária no Brasil, entre eles estão: a Cooperativa Catende Harmonia (Pernambucana); O Banco de Palmas (Ceará) e a Justa Trama, cadeia ecológica de algodão solidário que produz roupa para “vestir a consciência” (Porto Alegre).

Na próxima seção, serão abordados os conceitos sobre exportação, que, embora estejam vinculados ao sistema capitalista, podem ser adaptados e aplicados em cooperativas de economia solidária, trazendo vantagens em relação aos conhecimentos adquiridos, para atender ao potencial aumento da demanda para atender outros tipos de consumidores.

3 INTERNACIONALIZAÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária tem muitas oportunidades no mercado internacional e, por meio da exportação, surge uma nova alternativa de ampliação de mercados, sobretudo pela forma diferenciada que ela se constitui enquanto relação. A internacionalização ocorre quando uma empresa começa a ter algum tipo de relação com clientes ou fornecedores no exterior, necessitando de um plano bem traçado para obter sucesso, sendo ela a base de decisões importantes para o futuro de uma organização na área de Comércio Exterior. Nesta seção, serão abordados os aspectos de negociações e meios de se inserir no mercado internacional através da exportação.

O comércio internacional cresce em um ritmo constante e influencia consideravelmente a transformação econômica e social do mundo. Hoje em dia, o comércio mundial é maior que o crescimento da produção e, por este motivo, a empresas

estão cada vez mais inter-relacionadas e são mais dependentes umas das outras, segundo Churrua e Llamazares García-Lomas (1998). Nesse sentido, de acordo com Lopez e Gama (2011), a internacionalização é uma tática empresarial muito importante no mercado atual. Além de proporcionar à empresa o acesso ao mercado internacional, também aumenta suas chances de sucesso em relação à produção, ganhos de escala e superação de barreiras comerciais. Minervini (2012) complementa dizendo que a inserção internacional é o primeiro desafio das empresas não exportadoras e que nesta fase é necessário escolher adequadamente os mercados que deseja atuar, decidindo sobre as melhores opções de acesso no mercado internacional.

Deste modo, Kuazaqui (2007), propõe um check-list para uma ótima negociação internacional: ter um pensamento de longo prazo; ter uma cultura organizacional voltada ao marketing internacional; estar motivado a quebrar barreiras; estar disposto a novos desafios; conhecer o comércio exterior; conhecer exigências específicas de cada país; adequar produtos e serviços conforme o país; conhecer os preços da concorrência e praticar preços coerentes; cumprir os prazos de entrega e embarque. Lopez e Gama (2011) salientam que cabe a empresa verificar criteriosamente as situações que estimularam a exportar, ou seja, fazer uma análise do seu empreendimento bem como suas vantagens e limitações para atuar nesse ramo.

Segundo o site Aprendendo a Exportar (2014a), para que a exportação obtenha sucesso orientam-se três tópicos fundamentais: pesquisas de mercado, promoção comercial e feiras e exposições. Sendo assim, pode-se obter o conhecimento das oportunidades e ameaças, reconhecer a concorrência, selecionar mercados para a venda do produto e identificar tendências e expectativas.

De acordo com a decisão da empresa de participar do mercado mundial, a elaboração de estudo de mercado e planejamento de como atingir o público alvo são essenciais para apresentação e internacionalização de seu produto. Uma das maneiras de conhecer e se colocar no mercado mundial são as feiras

internacionais, que têm por objetivo obter informações concretas de avaliar a aceitação do cliente potencial, sendo o meio perfeito e mais completo de promover a empresa e um ótimo lugar para conhecer seus concorrentes. Minervini (2001) relata algumas expectativas dos expositores, tais como: início das negociações, acesso ao público desconhecido, pesquisa de mercado, desenvolvimento da imagem e realização de vendas. “A pesquisa de mercado é um investimento necessário que pode economizar dinheiro e fornecer elementos essenciais para a aproximação com o mercado consumidor (APRENDENDO A EXPORTAR, 2014a)”.

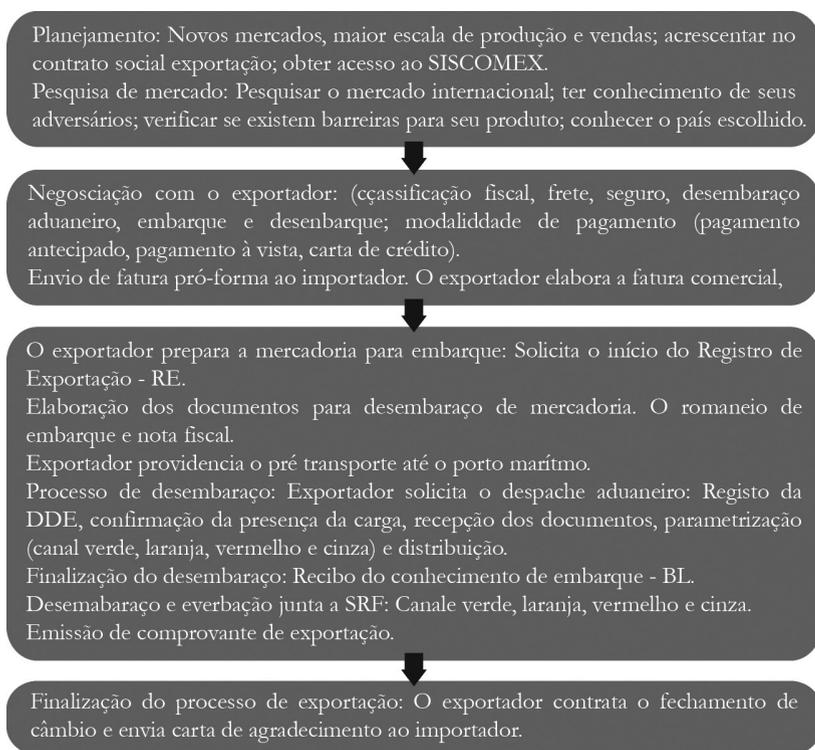
A exportação tem como princípio a comercialização de seu produto adequado no mercado-alvo. Segundo Lopez e Gama (2011), na medida em que estimula a eficiência para a exportação, se torna uma alternativa estratégica de desenvolvimento. Portanto, conforme relatado no site Aprendendo a Exportar (2014b), a exportação se divide em exportação direta e indireta. A venda direta é quando o exportador vende e conduz diretamente para importador, realizando os primeiros contatos até a conclusão da venda, podendo ser a modalidade mais lucrativa, proporcionando um maior desenvolvimento no mercado internacional. As exportações podem ser feitas por meio de contato direto com o importador, exportação via correios, comércio eletrônico, agente que trabalha para o exterior, agente revendedor (representante) e agente que trabalha para representante.

Na exportação indireta é necessária a contratação de uma empresa apta para atuar no mercado internacional. Essas empresas são conhecidas por trading companies e por empresas comerciais exportadoras. Lopez e Gama (2011) citam que as empresas comerciais exportadoras exercem a competitividade da exportação direta, estabelecendo um canal alternativo para produtos brasileiros, especialmente para empresas que não comportam estrutura para atuar em todo o processo do comércio internacional.

Ao invés de vender diretamente seus produtos para compradores estrangeiros, pode ser vendido para uma empresa de

trading, assumindo todos os riscos, e vende internacionalmente por conta própria. Outro tipo são os agentes de exportação, que residem no mercado externo e atuam como agentes do fabricante para o exportador (LAMB et al., 2004).

O site Aprendendo a exportar (2014d) disponibiliza um fluxograma para melhor entender o processo de exportação, orientando e guiando as empresas que estão iniciando no mercado internacional. Os principais itens a serem seguidos em uma operação de exportação, podendo orientar em forma de um roteiro àqueles que estejam iniciando na atividade de exportação, segundo o site Aprendendo a Exportar (2014c; 2014d), são:



Fluxograma 1 - Roteiro para a exportação
Fonte: Desenvolvido pelos pesquisadores a partir de
Aprendendo a Exportar (2014c; 2014d)

Conforme se percebe no fluxograma 1, o processo de internacionalização precisa ter uma sequência de ações, para que tudo aconteça de maneira planejada e ciência das regras do mercado internacional, exigindo muito planejamento e aprendizado. Na seção seguinte, será apresentada a metodologia utilizada para o embasamento do artigo.

4 METODOLOGIA

A natureza desta pesquisa é classificada como aplicada, tendo como finalidade produzir soluções para problemas, tendo como consultas a livros, entrevistas, documentos, entre outros (PRODANOV; FREITAS, 2013). Quanto ao objetivo da pesquisa, caracteriza-se como descritiva, envolvendo o uso de procedimentos para a coleta de dados, realizando um questionário, observação, entrevista, analisa e interpreta as informações, sem manipulá-las ou alterá-las.

Os procedimentos técnicos utilizados foram pesquisa bibliográfica, tendo como base livros na área de Economia Solidária, Comércio Exterior, Marketing Internacional e também sites governamentais, que segundo Prodanov e Freitas (2009) proporcionam ao pesquisador um contato direto com tema pesquisado. Ainda com relação à elaboração de pesquisa, outro método utilizado foi o estudo de caso, que incide em coletar e analisar informações sobre determinado assunto da pesquisa. Portanto, para se realizar as coletas de dados, segundo Prodanov e Freitas (2013) o tipo de entrevista é padronizada e segue um roteiro, sendo realizada face a face. Os profissionais da cooperativa Justa Trama, de Porto Alegre-RS, convidados para a entrevista atuam na área do financeiro/costura e assessora técnica. O Quadro 1 demonstra o

perfil dos entrevistados, tendo em vista que o objetivo da coleta de dados foi possibilitar a análise comparativa entre teoria e prática. A entrevista ocorreu presencialmente no mês de Outubro de 2014.

ENTREVISTADOS	CARGOS	TEMPO DE ATUAÇÃO	LOCAL ONDE OCORREU A ENTREVISTA
Entrevistada 1	Assessora técnica	4 anos	Na cooperativa Justa Trama – Porto Alegre, no dia 22 de outubro de 2014.
Entrevistada 2	Diretora financeira e costureira	15 anos	Na cooperativa Justa Trama – Porto Alegre, no dia 22 de outubro de 2014.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados
Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2014)

A abordagem da pesquisa é qualitativa, na qual se pode observar o desenvolvimento da economia solidária na exportação. Os dados extraídos com a pesquisa foram confrontados com o referencial teórico a fim de compreender o assunto proposto. No próximo capítulo será feita a apresentação e discussão dos resultados.

5 RESULTADOS E ANÁLISE: CONHECENDO UMA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL DE UMA COOPERATIVA SOLIDÁRIA

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa teórica realizada em comparação à análise das respostas dos entrevistados e confrontados com a pesquisa bibliográfica desenvolvida.

A cooperativa escolhida para este estudo de caso é a Cooperativa Justa Trama, com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A Justa Trama é uma cadeia produtiva, que se inicia no plantio do algodão ecológico, transformação, produção e comercialização das peças de confecção produzidas desse insumo. A Justa Trama adquire seus insumos somente com cooperativas solidárias de tecelagem, que conseqüentemente os adquirem de outras cooperativas solidárias, ao invés de comprar do mercado comum, tendo assim como base o comércio solidário. Seus empreendimentos iniciaram o trabalho no ano de 2004 com o desafio de produzir sessenta mil bolsas para a venda no Fórum Social Mundial de 2005, realizado em Porto Alegre. Na ocasião, participaram cerca de 30 empreendimentos, no entanto, agora a Justa Trama compreende seis cooperativas e uma associação e todos trabalham na perspectiva da economia solidária, localizados em seis estados do Brasil, sendo assim, obtendo uma troca rica em experiência e desenvolvimento.

Suas relações econômicas são baseadas no comércio justo, desenvolvendo uma economia solidária e sustentável. O que significa crescer para a Justa Trama é fazer essa cadeia ter um retorno muito significativo, gerando renda, oportunidade de produção de roupa sustentável, de moda e de acessórios

com acesso a preços justos para que as pessoas possam estar consumindo e principalmente obterem consciência do consumo. A Justa Trama está inserida no mercado brasileiro e também no exterior, realizando vendas e participando em feiras internacionais na Itália e Espanha.

No entanto, a Justa Trama tem ciência que o processo de crescimento da cooperativa se dá conforme a consciência das pessoas de pensar no que estão consumindo, não somente como uma questão de marketing ou moda, mas sim de sentir-se bem. Para a cooperativa não basta somente vender, mas conscientizar seus clientes, mostrando o valor do meio ambiente, da natureza, de todo o processo de sustentabilidade e do desenvolvimento local, obtendo o compromisso com a construção de toda a cadeia de 700 pessoas.

Após a identificação do perfil dos respondentes, inicialmente questionou-se às entrevistadas sobre a forma de apoio que a cooperativa recebe. Nesse sentido, foram relatadas as maneiras que a Justa Trama foi apoiada desde seu início em 2004 pela UNIVENS- Cooperativa de costureiras Unidas Venceremos de Porto Alegre. Nos primeiros anos, obtiveram o apoio da incubadora de Economia Solidária da prefeitura de Porto Alegre, na qual deixavam, segundo relato da entrevistada 2, 10% de seu faturamento. E foi então que conseguiram adquirir um terreno para a construção de um prédio, sendo que esse foi financiado com a ajuda da CONOSUD- Asociación de Cooperación Internacional Nord-Sud da Espanha. Com o passar dos anos, a cooperativa foi obtendo diversos tipos de apoios nacionais e internacionais. Assim, conforme Araujo e Ribeiro (2001), essas respostas têm relação com a teoria, pois essas entidades não capitalistas precisam receber apoios mútuos, pois elas são vulneráveis em relação ao mercado capitalista e às condições políticas desfavoráveis. Segundo relatado pelas entrevistadas e também por Araujo e Ribeiro (2001), as redes de apoio são de extrema importância para o crescimento e o fortalecimento dos empreendimentos da Justa Trama, tendo como

objetivos das entidades uma ajuda indispensável na economia solidária.

O relato das entrevistadas, referente à forma que a Justa Trama é apoiada enquanto cooperativa, vai de acordo aos estudos de Gaiger (2009), que ressalta uma qualidade importante dos empreendimentos solidários, que atuam em seu caráter multifuncional, atuando nas esferas econômicas, sociais e políticas e agindo concretamente no campo econômico ao mesmo tempo. A Justa Trama está envolvida em sete empreendimentos. Contudo, essas sete cooperativas se unem e se aliam todas com os mesmos objetivos para que possam enfrentar a concorrência com melhor desempenho.

De acordo com a entrevistada 1, vê-se que todos integrantes da cooperativa têm ganhos reais pela agregação de valor proporcionada pelo sistema de distribuição e comercialização, consolidando um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, em que a cooperação vai do primeiro ao último elo da cadeia, até chegar ao consumidor final com um preço justo. A entrevistada 2 ressaltou que comércio justo é ter um produto que tenha um valor competitivo para o consumidor final, que o produtor ou a agricultora familiar tenha projeção em sua condição econômica resultando em preço justo, tendo assim condições de comprar, o que condiz com a teoria abordada no referencial. O preço justo é um encontro entre os produtores responsáveis e consumidores éticos. No entanto, a Justa Trama trabalha para obter um comércio justo e digno para todos os envolvidos na cadeia, sendo que seu consumidor final irá adquirir produtos sustentáveis, gerando renda não somente para uma pessoa, como em empresas capitalistas, mas sim para uma cadeia que comporta salário justo desde o agricultor até o processo final, sendo sustentável de fato.

Segundo Minervini (2012), a empresa deve analisar adequadamente o mercado que deseja se inserir, para obter melhores acessos. Nas questões a respeito disso, as entrevistadas comentaram sobre os incentivos à entrada no mercado externo.

Foi mencionado que o apoio e o incentivo de cooperativas, da Espanha e Itália, proporcionou a oportunidade da inserção no mercado internacional, essas cooperativas internacionais propuseram, juntamente com a Justa Trama, exportar seus produtos para países específicos, com início em 2009. A partir desse momento, a cooperativa começou a exportar, porém seus objetivos como exportadores é somente exportar para esses parceiros específicos. A Justa Trama, no momento, não pensa em focar em outros mercados além dos quais já está inserida, pois ainda encontra algumas dificuldades nessa área, não tendo ainda um plano para essas exportações, para os países da Espanha e Itália. O site Aprendendo a exportar (2014d) ressalta a importância de um plano de exportação, sugerindo um fluxograma, orientando de uma forma um roteiro para empresas que estejam iniciando com o processo de exportação.

Os estudos apontam que para se inserir no mercado internacional é preciso primeiramente identificar o mercado alvo, porém, segundo a entrevista realizada, ambas respondentes ressaltaram que a cooperativa não realizou nenhum estudo em relação ao mercado de destino de seus produtos, pois a ideia surgiu através dos importadores. Devido a isso, não tiveram dificuldades de entrar nesses países, mas mesmo assim a Justa Trama não tem conhecimentos das particularidades nesses países que exercem a exportação. Contudo, para futuras exportações em novos mercados internacionais, necessitariam de uma estratégia de marketing internacional para obter resultados positivos.

Em relação às dificuldades que tiveram para se inserir no mercado internacional como cooperativa solidária, segundo Kuazaqui (2007), para obter uma internacionalização adequada, o produto tem que se adequar ao consumidor do país desejado, sendo assim, as duas entrevistadas abordaram que as dificuldades da cooperativa foram as de adequar seu próprio produto conforme a customização requerida pelo importador. Para isso, precisam obter maquinários mais modernos para poder investir no acabamento de

seus produtos para que se tornem mais competitivos no mercado internacional.

Na prática, a exportação é realizada como exportação direta, pois a entrevistada 1 relata que entra em contato direto com o importador, porém os documentos não são emitidos pela Justa Trama, mas sim por uma empresa especializada nessas emissões. Também utilizam o meio de exportação do correio por Exporta Fácil⁶. A entrevistada 2 ressalta a falta de conhecimento nesta área. Com isso, a cooperativa concluiu que a melhor maneira seria trabalhar com o *Inconterms*⁷ EXW, quando o exportador é responsável de colocar a disposição do importador a mercadoria assim, o importador assume todos os custos e riscos referentes à retirada da mercadoria no exportador até seu destino no exterior. Esses meios de exportação escolhidos pela cooperativa só confirmam a teoria abordada pelo site Aprendendo a exportar (2014b), sendo essa a modalidade com a qual se tem o melhor resultado dos lucros, obtendo-se um melhor desenvolvimento no mercado internacional. Sendo assim, a cooperativa, por ser nova no mercado externo, e por não possuir muitos conhecimentos na área de comércio exterior, tomou uma ótima decisão em optar por essas modalidades, tornando suas negociações viáveis.

E, para encerrar a entrevista, foi questionado como a cooperativa se vê daqui a alguns anos em relação ao setor de exportação. Ambas respondentes visam à cooperativa com seu plano de negócios colocado em prática e, em relação ao comércio internacional, pretendem planejar as exportações com a Espanha para futuros negócios. Primeiramente, a Justa Trama pretende somente fortificar seus negócios internacionais. Com isso, um planejamento focado em um mercado específico seria mais adequado, considerando que a globalização trouxe a possibilidade de expansão do comércio internacional, com a oferta e a procura

⁶ Exporta Fácil: Serviço disponibilizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos dando auxílio na exportação até 50 mil para pequenas e médias empresas.

⁷ *Inconterms*: Define direitos e obrigações nos contratos de compra e venda internacional composta por 11 siglas, simplificando a elaboração das cláusulas dos contratos comerciais.

por produtos e serviços de diversos segmentos. Além disso, impôs maior nível de exigência no atendimento, na qualidade de produto e na obtenção de um relacionamento e práticas de sustentabilidade. Portanto é necessário realizar um adequado planejamento de marketing internacional, o que condiz com a teoria abordada por Minervini (2012), para o qual o planejamento estratégico é a base de qualquer negócio de sucesso. Com base no embasamento teórico apresentado, realizando análise da presente seção e tendo a comparação desses, chega-se a algumas conclusões, apresentadas na próxima seção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo realizou o estudo a respeito da possibilidade de internacionalização de uma cooperativa solidária. Aparentemente, quando se fala em economia solidária, não se imagina que uma cooperativa solidária tem potencial para exportação, por ser uma economia que expressa por meio de coletivos de arrecadação de renda. Na maioria das vezes, o nível de escolaridade das pessoas que atuam na cooperativa não é abrangente e, com isso, muitas vezes a cooperativa tem dificuldade de simplificar ou até de melhorar seus meios de trabalho. Mas como a entrevistada 2 comentou, “muitas vezes vai testando o jeito de fazer, até conseguir a melhor maneira de se realizar o processo”.

Mesmo com essas dificuldades, contendo riscos, deve-se sempre ponderar a relação de vantagens e desvantagens. Algumas limitações das cooperativas, pelo fato de os participantes não terem conhecimento da área de exportação, podem ser supridas com capacitação, pois terão vantagens maiores em comparação aos ganhos que a cooperativa pode adquirir.

No entanto, com base na pesquisa bibliográfica realizada e na análise dos dados, acredita-se que a Justa Trama mostrou capacidade de exportação, porém relatou conhecimento de possíveis mudanças para a melhor aceitação do seu produto no mercado internacional. Considera-se que o objetivo geral e os objetivos específicos foram contemplados, por meio do capítulo 3. Nota-se que a cooperativa Justa Trama tivesse um plano de exportação, teria capacidade de atingir com êxito os mercados escolhidos para a inserção de seus produtos e buscando a qualidade para que possa concorrer com outros produtos internacionais.

A limitação encontrada referente à elaboração do artigo foi a falta de informação a respeito da economia solidária relacionada à exportação, pois existem poucos trabalhos que desenvolvem este tipo de estudo, sendo assim houve dificuldade em alguns pontos relevantes abordados na congregação entre esses dois assuntos.

Na elaboração deste artigo, para o melhor entendimento do movimento social em que está inserido o contexto, houve a participação de uma das alunas pesquisadoras, como acadêmica de extensão na Incubadora de Economia Solidária da Feevale, durante o segundo semestre de 2014, com o objetivo de compreender os conceitos de economia solidária e assim compará-los com os processos vivenciados pela cooperativa analisada no artigo. Dessa forma, a pesquisadora esteve envolvida ativamente do processo de aproximação da Incubadora de Economia Solidária Feevale com a cooperativa Justa Trama, o que resultou na participação deste empreendimento em um Workshop no 7º Núcleo de Formação para beneficiados do projeto e também na comercialização dos produtos da Justa Trama na Feira de Economia Solidária Feevale de novembro de 2014.

Sugere-se, a partir deste artigo, a possibilidade de nova pesquisa para analisar a capacidade de exportação dos empreendimentos de economia solidária, beneficiados pelo projeto da Incubadora da Universidade Feevale.

A pesquisa desenvolvida neste artigo retrata a importância, os meios e as possibilidades da internacionalização de uma cooperativa solidária, tendo como finalidade o crescimento contínuo, ganhos e o fortalecimento do seu produto e, principalmente, do contexto de valores da Economia Solidária também na esfera internacional. Esta pesquisa pode servir de auxílio para possíveis exportações por parte das cooperativas de economia solidária, disponibilizando um fluxograma e seus primeiros passos para se inserir no mercado externo.

REFERÊNCIAS

APRENDENDO A EXPORTAR. **Identificando seu mercado alvo.** Disponível em: <<http://www.aprendendoaexportar.gov.br/sitio/paginas/plaExportacao/index.html>>. Acesso em: 23 ago. 2014a.

_____. **Planejando a exportação.** Disponível em: <http://www.aprendendoaexportar.gov.br/maquinas/planejando_exp/plan_estrategico/mod_comercializacao/direta.asp>. Acesso em: 02 ago. 2014b.

_____. **Por que exportar.** Disponível em: <<http://www.aprendendoaexportar.gov.br/sitio/paginas/porQueExportar/>>. Acesso em: 12 ago. 2014c.

_____. **Fluxograma de exportação.** Disponível em: <http://www.aprendendoaexportar.gov.br/simuladores/fluxograma/popup_fluxograma.htm>. Acesso em: 10 set. 2014d.

ARAUJO, Margarete Penerai; RIBEIRO, Neusa M. B.
Economia Solidária - experiências na extensão universitária.
Novo Hamburgo. Feevale, 2011.

CIRANDAS. **Entidade de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF)**. Disponível em: <<https://cirandas.net/mapeamentos/definicoes/entidade-de-apoio-assessoria-e-fomento-a-economia-solidaria-eaf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean Louis.
Economia Solidária - uma abordagem internacional. Porto Alegre, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimento econômico solidário.
In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis;
GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da outra Economia**. São Paulo, 2009.

JUSTA TRAMA. **Cooperativa Justa Trama**. Disponível em:
<<http://www.justatrama.com.br/home>>. Acesso em: 05 out. 2014.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Empreendimento econômico solidário. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da outra Economia**. São Paulo, 2009.

KUAZAQUI, Edmir. **Marketing Internacional**.
Desenvolvendo conhecimento e competências em cenários globais. São Paulo, 2007.

LAMB, Charles W. et al. **Princípios de Marketing**. 2. ed. São Paulo, 2004.

LOPEZ, Manoel Cortiñas; GAMA, Marilza. **Comércio Exterior Competitivo**. 4. ed. São Paulo, 2010.

MINERVINI, Nicola. **O exportador**. 3. ed. São Paulo, 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Origem recente da economia**. Empreendimento na Economia Solidária. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empresendimentos-economicos-solidarios.htm>>. Acesso em: 07 out. 2014a.

_____. Entidades de apoio. **Economia Solidária**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/entidades-de-apoio-assessoria-e-fomento-a-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2014b.

_____. **Sistema nacional de comércio justo e solidário**. Comércio Justo. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-comercio-justo-e-solidario/>>. Acesso em: 12 out. 2014c.

_____. Origem recente da economia. **Economia Solidária no Brasil**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2014d.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO. Indústria e Comércio Exterior - MDIC. **Economia Solidária no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=13224>> Acesso em: 06 ago. 2014a.

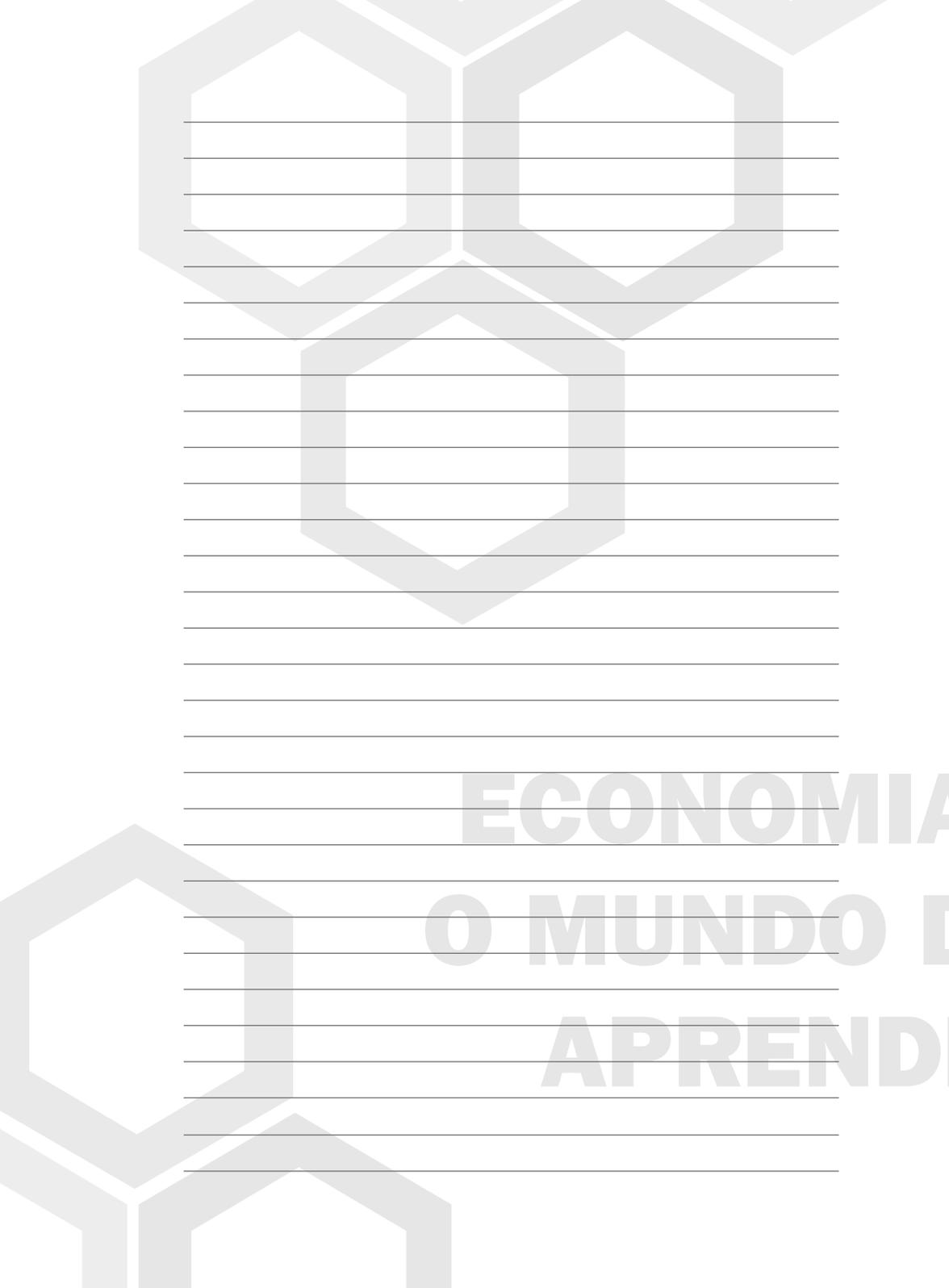
NIETO CHURRUCA, Ana; LLAMAZARES GARCÍA-LOMAS, Olegario. **Marketing internacional**. Madrid, Espanha: Pirâmide, 1998.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação.** São Paulo, 2009.

PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2015. **Pré-programação 22ª Feicoop.** Disponível em: < <http://www.esperancacooesperanca.org/#!PRÉPROGRAMAÇÃO-22ª-FEICOOP/c1elz/5596fbea0cf208817043bd30>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.



ECONOMIA
O MUNDO D
APRENDI



Miolo impresso em papel Offset 70 g/m². Tipografia: Garamond no corpo e Geometr706 Md BT nos títulos. Capa impressa em papel Supremo 250g/m². Acabamento: Plastificado brilho.
Impressão: Gráfica Pallotti - São Leopoldo, RS.